



Brigada de Intervenção

Revista da Brigada de Intervenção, junho 2014, Ano VIII, Nº 12



FORÇA BLINDADA DE RODAS

À VOLTA DE UM DELTA HÁ SEMPRE LUGAR PARA MAIS UM.



Eleito café de confiança há 13 anos consecutivos.

Este é o café dos amigos. O café da família. O café dos momentos de partilha. O café à roda do qual giram as nossas histórias, as nossas conversas e os nossos sonhos. Há 13 anos consecutivos que este é o café em que mais confiamos. Delta, marca de confiança dos portugueses.

O CAFÉ DA SUA VIDA 



Ficha Técnica

Diretor:

MGen Carlos Henrique de Aguiar Santos

Coordenação & Projecto:

Maj Inf José Campos

Ten RC Isabel Joaquim

Redação, Grafismo e Imagem

1º Sarg SGE Rui Marceneiro

Capa & CCapa:

Alf RC Barroqueiro

1º Sarg Cav Luis Barbosa

Propriedade:

Brigada de Intervenção

Publicação:

Semestral Distribuição: Gratuita

Impressão:

250 exemplares

Reprodução: Oficina de S. José

geral@oficinasaojose.pt

ÍNDICE



Índice-----	01
Editorial-----	02
Agradecimentos ao Comando-----	03
Entrevista ao Exmo TGEN Vaz Antunes-----	04
A BrigInt e a Cidadania-MGen Martins Ribeiro-----	07
Resenha Histórica do Cargo de Adj do Comando-----	08

FND

Desafios de Liderança de um Cmdt de Pelotão na Recce Coy/NRF2014-----	09
Os desafios da Liderança de Comandante de Companhia FND-----	11
Emprego Operacional das VBR PANDUR II 8x8 no TO do KOSOVO-----	12
Apoio de CSI no TO do Afeganistão - CTm BrigInt-----	13
Regresso do 2BI do TO do KOSOVO-"Missão Cumprida"-----	15
O período de "Stand by" da Recce Coy/NRF 2014-----	17

EXERCÍCIOS

Exercício JÚPITER 142 – MAPEX (1BI)-----	21
Exercício MERCÚRIO 141-----	21
Exercício NEPTUNO 141-----	21
Exercício MEDULA 133-----	21
Exercício JÚPITER 144-----	22
"OPERAÇÃO LOBO 03"-----	22
Exercício MAPEX 14-----	23

TEMAS DIVERSOS

As funções de combate – primeiras lições identificadas-----	24
Grupo de Reconhecimento – O futuro do reconhecimento no Exército-----	26
A Artilharia Antiaérea no Apoio à Capacidade Operacional da BrigInt-----	30
A Engenharia na Integração de Obstáculos com as Armas Combinadas;-	35
O Grupo de Artilharia de Campanha USMC-----	36
A digitalização da Brigada de Intervenção – Parte II-----	38
O Apoio de Serviços na BrigInt-----	42
Manutenção em Sistemas Complexos-----	44
A Pandur II 8x8vRemoteWeapon System (RWS) M151/M1 PROTECTOR;-	46
UAV'S no Apoio de Combate-----	47
O Trio de Combate no 1º Batalhão de Infantaria-----	50
O Estágio em Contexto de Trabalho do TPO e CFS: a experiência no RI13	51
A Engenharia no Apoio às Populações-----	53
Projeção da Força do Regimento de Infantaria N.º 14 para Tavira-----	54
Cap Capelão – O Bem Estar dos Outros-----	56
A Segurança da Informação no Exército - Parte II-----	59
O Oficial de Ligação num ambiente internacional-----	60
O Capelão no Afeganistão-----	62
Os Uniformes do Exército Português-----	62
O Papel do Cmdt de Companhia na Administração da Justiça-----	64
	66

CAMPEONATOS DESPORTIVOS MILITARES-----

CERIMÓNIAS E EFEMÉRIDES-----	74
------------------------------	----

EXERCENDO CIDADANIA

Apoios Prestados-----	
-----------------------	--



Na data em que se cumpre mais um aniversário da Brigada de Intervenção, gostaria de destacar dois pilares estruturantes desta Grande Unidade – os militares e civis que nela servem o Exército e a sua elevada capacidade operacional.

A dedicação à missão e a forma profissional como são cumpridas todas as tarefas e atividades, são o principal “argumento” de um conjunto de homens e mulheres que diariamente se dedicam com esforço e abnegação às mais diversas componentes da missão: o treino operacional, as Forças Nacionais Destacadas, os aprontamentos, os apoios e colaborações com as gentes de Portugal, mas também nas Competições Desportivas Militares. São esses os rostos da Brigada de Intervenção, rostos de satisfação e felicidade pela missão cumprida!

Merece destaque nesta edição da revista a missão que o 2º BI cumpriu no KOSOVO como Reserva Táctica do Comandante da KFOR. Demonstrando competência e confirmando a qualidade do Soldado português, contribuiu decisivamente para a manutenção de um ambiente estável e para a segurança das populações daquele país, como foi amplamente reconhecido por autoridades militares e civis, nacionais e da NATO.

No âmbito da atividade operacional a Brigada de Intervenção é hoje uma grande unidade coerente, dotada de mobilidade, proteção e poder de fogo, tecnologicamente avançada e adequadamente flexível, porque disponibiliza ao Exército um conjunto de opções de emprego em todo o espectro das operações militares.

A aplicação do potencial de combate é resultante da combinação e integração das funções de combate, sendo que apenas a do “movimento e manobra” está organicamente limitada pela não existência de um sistema de armas tipo Mobile Gun System (MGS). Esse constrangimento é facilmente ultrapassado por uma composição e articulação das forças que contemple o poder de choque.

Conscientes de que esta Brigada consubstancia uma capacidade de forças médias, continuamos fortemente empenhados no desenvolvimento das diversas áreas ou elementos que a constituem. Entendemos que o treino operacional, integrando as VBR PANDUR e outras viaturas da mesma natureza, com uma doutrina própria, que continuamos a aprofundar, e com a li-

derança esclarecida e motivadora dos nossos quadros mais jovens, é o principal instrumento que nos permite afirmar que estamos hoje mais aptos a cumprir qualquer missão que exija uma resposta imediata e empenhamentos prolongados.

Mas também, e como é reconhecido, é a nossa estrutura base, os Regimentos, que continuam a pugnar por disponibilizar as melhores condições de treino, tanto ao nível das infraestruturas como do pessoal dedicado aos respetivos encargos operacionais.

Em suma, a Brigada de Intervenção é, em cada ano que passa, uma força mais capaz e mais pronta para o cumprimento das missões que lhe venham a ser atribuídas.

Bem hajam!

Carlos Henrique de Aguiar Santos
Major-General
Comandante da Brigada de Intervenção



“Realizou-se a 19Dec13, no âmbito do Módulo de Formação Complementar, o Exercício de Fogos Reais na Carreira de Tiro A7 do Campo Militar de Santa Margarida, destinada aos Cursos do Tirocínio para Oficial de Cavalaria 2013/14 e 41.º Curso de Formação de Sargentos de Cavalaria;

Para o efeito foram disponibilizados meios materiais e humanos do Regimento de Cavalaria Nº6 imprescindíveis à realização de tal atividade, garantindo à equipa de formadores da Escola das Armas a consecução dos objetivos superiormente estabelecidos;

A Escola das Armas vem por este meio agradecer o apoio prestado pela Brigada de Intervenção e em particular pelo Regimento de Cavalaria Nº6/BrigInt, sendo de enaltecer o profissionalismo, empenhamento, dedicação e competência na forma como foi prestado o referido apoio, assim como o enquadramento mantido durante o planeamento e execução desta atividade formativa, que em muito dignifica a formação dos futuros Oficiais e Sargentos da Arma de Cavalaria.”

*Cor Tir Inf Domingos Luís Dias Pascoal
O Comandante da Escola das Armas*



“O Centro Regional de Sangue e da Transplantação de Lisboa vem, por este meio, agradecer a vossa excelência e a todos os seus colaboradores a disponibilidade e o empenho demonstrados que tornaram possível a sessão de colheita de sangue do dia 04 de Fevereiro.

Não queremos, pois, deixar de enaltecer o elevado sentido cívico e a grandeza do vosso gesto de solidariedade. Há cada vez mais pessoas que tomam consciência das necessidades em sangue e procuram dar o seu contributo.

Como tal, em nome dos doentes e de todos nós, renovamos os nossos agradecimentos.

Com os melhores cumprimentos,”

A Coordenadora do Serviço de Promoção de Dádiva



“O CASPAE, IPSS, vem pelo presente agradecer encarecidamente a V. Exa. ter aberto, mais uma vez, as portas da Entidade que representa à nossa Instituição, (...)

Enquanto responsáveis pela programação, organização e dinamização dos programas de férias de todas as crianças que frequentam as Componentes de Apoio à Família/Centros de Atividades de Tempos Livres (CAF/CATL) do CASPAE, preocupamo-nos em proporcionar-lhes atividades que sejam simultaneamente lúdicas e de aprendizagem, contribuições importantes para o seu desenvolvimento global individual.

Foi nesse sentido, e tendo já a experiência do excelente trabalho de divulgação e sensibilização que a V/entidade desenvolve deste público, que solicitámos novamente a visita às instalações da Brigada de Intervenção. (...)

Esperamos que a colaboração entre ambas as entidades possam continuar no futuro, proporcionando a ambas as partes experiências enriquecedoras (...).

Gratos pela atenção dispensada e com os melhores cumprimentos, subscrevemo-nos com elevada estima e consideração”,

*A Presidente da Direção
Dra. Maria Emília Bigotte de Almeida*



"OS DESAFIOS DA FUNÇÃO DE COMANDO"



[TGen Vaz Antunes] Começo por agradecer à Brigada de Intervenção a oportunidade que me dá de responder a tamanho desafio que é o comando e o seu exercício. Efetivamente, falar de Comando e Liderança não está ao alcance de todos, pois, como é sabido, não há um modelo standard que nos permita seguir "o formulário", e eu não tive a oportunidade de exercer o comando em operações (na frente do combate).

É verdade que o Oficial do QP, oriundo da Academia Militar, tem como principal ambição comandar mas, infelizmente, nem a todos é permitido esse desafio. Felizmente, não estamos em guerra "visível", pois o País não declarou guerra a ninguém, mas não podemos dizer que estejamos propriamente numa situação de paz ideal, quando temos Forças em diferentes Teatros de Operações, de natureza muito complexa.

Feito este agradecimento e esta introdução vou procurar responder às questões que me colocaram procurando dar respostas objetivas, quando possível ou deixar questões no ar para que os leitores possam refletir.

1. **[BrigInt]** A atual publicação doutrinária do Exército sobre a temática das Operações (PDE 3-00, 2012), na abordagem ao exercício do comando, refere o seguinte: "... os Comandantes desempenham o papel central no processo operacional, combinando a arte do comando e a ciência do controlo, orientados pela sua experiência, conhecimento, educação, aptidões e intuição, utilizando a liderança para traduzir as suas decisões em ação."

Da sua experiência profissional e pessoal, atendendo às suas referências familiares, considera que este conceito teve alterações significativas nas últimas décadas? Se sim, quais e como é que se manifestam na atualidade?

[TGen Vaz Antunes] A questão suscitada na publicação doutrinária do Exército parece-me, à primeira vista, uma questão permanente, qual Princípio da Guerra, uma vez que, na minha leitura, ela reflete o ambiente operacional aplicável ao caso de Aljubarrota da mesma forma que se aplica ao Afeganistão de hoje.

Ou seja, o Comandante D. Nuno Álvares Pereira teve de comandar e controlar as suas forças com base na experiência adquirida noutras batalhas, no seu conhecimento e estudo da "coisa militar", na sua intuição de como melhor derrotar o inimigo e, através do exemplo, conduzir os seus homens à vitória.

A palavra-chave do exemplo não é hoje tão visível pois não se espera ver o Comandante na 1ª linha do campo de batalha. Não esperamos ver o Comandante da ISAF a combater ou a disparar. Mas todos esperam que tenha o discernimento de perceber o ambiente operacional que o envolve para melhor definir a estratégia operacional a seguir.

A grande diferença de Aljubarrota para a ISAF ou a KFOR, como exemplos, tem a ver com o tempo e o modo. O tempo uma vez que as batalhas se decidiam em questão de horas ou dias e, os combates que poderiam, no seu conjunto, levar mais tempo (não ocorriam todos os dias), conduziam a resultados mais rápidos. Apesar disto, é preciso relembrar que também em épocas mais remotas houve a Guerra dos Trinta Anos, entre outras, de longa duração. De qualquer forma, quando pensamos em Aljubarrota em termos de liderança político-militar, pensamos em D. João I e em Nuno Álvares Pereira.

Se pensarmos na ISAF, teremos dificuldade em perceber quem exerce, realmente, o Comando. Pensar na ISAF implica pensar no COMISAF, Brunssum, SHAPE, Obama, Karzai, eu sei lá, são tantos os comandos, os diretórios políticos e os seus interesses que se torna difícil perceber, ao certo, quem manda no quê.

É claro que estou a cometer um erro de comparação (situação interna versus coligação internacional), mas com a finalidade de tentar perceber o papel que hoje é desempenhado pelas Forças Armadas em contraposição com aquele que era desempenhado. A razão de ser das Forças Armadas não se alterou mas o quadro político do seu emprego e a perceção das opiniões públicas e publicadas é bem diferente.

2. **[BrigInt]** Será mais ou menos consensual que, hoje em dia, existe a necessidade de decidir em ambientes mais complexos e dinâmicos, levando a que a tomada de decisão se concretize de forma mais célere e num ambiente de maior incerteza e risco. O meu General esteve intimamente ligado à formação dos líderes do nosso Exército. Como é que comentaria esta afirmação, na ótica dos diferentes escalões de comando e à luz do modelo de formação em vigor?

[TGen Vaz Antunes] Do que nos é dado ver e ouvir, o modelo de formação em vigor parece adequado às nossas necessidades, quando falamos do emprego de forças. Temos dado provas de estar ao nível dos exércitos mais modernos em termos de conhecimentos.

Os nossos jovens Quadros têm tido desempenhos altamente meritórios e prestigiantes para o País sendo, sem sombra de dúvidas, um dos principais fatores de credibilidade externa de Portugal.



O que nos temos de interrogar é sobre o tipo de missões que temos cumprido e aquelas que um dia poderemos ter de desempenhar. Não é só uma questão nacional, mas também no meu entender, um problema europeu ou mesmo ocidental.

As nossas Forças Armadas têm sido chamadas a missões no quadro das Alianças e Organizações Internacionais de que fazemos parte, nas quais o Comando não é nacional e a nossa participação global nessas missões é, na maioria dos casos, quase residual.

Temos dados palpáveis sobre a nossa participação nos baixos escalões que, como disse, nos indicam que a formação é a adequada, embora haja sempre espaço para melhorar, nomeadamente, ao nível do domínio das línguas.

A questão que se coloca à reflexão de todos os leitores prende-se com a questão da razão de ser da existência das Forças Armadas: existimos para fazer a Guerra e temos participado em Operações de Paz, de Assistência e Assessoria, de Mentoria, etc., ou seja, não sei se estamos em condições de fazer a Guerra, pois o treino convencional tem sido quase residual e muito orientado para a missão específica que vamos desempenhar.

Se nos preparamos para a Guerra estamos aptos a desempenhar qualquer missão mas já o inverso não é verdadeiro. Por outro lado, temos dado provas de que em missões de natureza operacional temos sabido responder mas, no dia-a-dia, no Território Nacional, as grandes questões que se levantam a um Comandante são muito diferentes e diversas e para as quais não temos a melhor formação.

As Forças Armadas em geral, e o Exército muito particularmente, não têm tido capacidade de regeneração e isso vai pagar-se muito caro. Não tem havido regeneração de pessoal, pois as incorporações são quase nulas, não permitindo sequer que os novos Oficiais e Sargentos dos Quadros Permanentes deem uma recruta antes do seu ingresso nos Quadros.

Não tem havido regeneração de infraestruturas e não tardará muito para que chova nos gabinetes dos Comandantes (em muitos outros locais já chove). Não tem havido regeneração do material e, por consequência, vamos tornarmo-nos obsoletos em pouco tempo.

Sabemos que o País atravessa uma grave crise financeira que obriga a um esforço de todos mas, é preciso termos a percepção que é mesmo de todos e, temos de ter presente que a Segurança é o bem mais precioso que qualquer ser humano deseja. Se disso houver dúvidas convido os descrentes a visitarem o Afeganistão ou o Mali, onde temos Forças, que rapidamente entendem o que quero dizer.

Tentando ser mais concreto diria que, na minha opinião, a nossa formação é adequada para os baixos escalões mas é preciso treinar com intensidade, ao passo que nos mais elevados escalões as lacunas não são tanto na área operacional, apesar de eu ter sérias dúvidas que saibamos manobrar uma Brigada, mas nas outras componentes que devem apetrechar um Líder, um Chefe, um Comandante. As falhas que eventualmente mais se sentem na formação prendem-se com um problema de cultura nacional: somos pouco afoitos a novas soluções, a pensar "out of the box", a ter verdadeiro sentido crítico.

Por outro lado, tal como referi na pergunta anterior, cada vez mais o Chefe Militar está subordinado, não só ao poder político mas também a um conjunto muito diversificado de interesses que se fazem sentir nas Alianças e Organizações Internacionais de que fazemos parte e, consequentemente, temos de investir mais nas línguas (não basta o inglês), nas Relações Internacionais e no Direito Internacional.

3. **[BrigInt]** Com base na sua experiência como Comandante Operacional Conjunto das Forças Armadas, quais os grandes desafios que se colocaram à sua ação de comando?

[TGen Vaz Antunes] Esta é uma questão muito interessante e sobre a qual tenho alguma experiência vivida. Sempre que me colocaram a questão das missões do Comando Operacional Conjunto (COC), eu costumava responder com uma outra questão: queremos ou não ter CEMGFA e para desempenhar que missões? Queremos ter EMGFA ou só queremos ter mais uns lugares que vão garantindo umas vagas?

Para mim a situação é muito clara e, no meu entender, não estamos a "inventar a roda".

Durante os treze anos da Guerra de África, os Ramos, recrutavam, aprontavam e sustentavam as Forças que enviavam para os Teatros da Guiné, Moçambique e Angola.

Os Ramos não comandavam essas Forças, entregavam-nas aos respetivos Comandantes de Teatro. O que hoje tem levantado tantas questões e polémica, não tem, a meu ver, qualquer razão de ser.

O relacionamento com as Alianças e Organizações Internacionais de que fazemos parte, em termos militares, tem de ser feito através do EMGFA; o controlo da situação operacional das Forças Nacionais Destacadas (FNDs) tem de ser feito pelo COC; a negociação dos cargos e forças a destacar para os TO é feita pela MILREP com as orientações que recebe do CEMGFA ou do próprio COC e, portanto, não me parece que possam subsistir dúvidas quanto às missões e tarefas do COC.



Por outro lado, quer falemos em Planos de Defesa, em Operações NEO ou de resposta a crises, parece claro que só um órgão conjunto, de natureza operacional, pode efetuar tal planeamento. Como dizia o anterior CEMGFA, “quanto mais forte for o EMGFA, mais fortes são os Ramos”. Esta frase, se bem interiorizada e aplicada, é o caminho a seguir.

Efetivamente, não se consegue vislumbrar uma guerra futura sem o envolvimento de mais de um Ramo, não temos dimensão para ter diferentes sistemas de comunicações que não sejam interoperáveis, não temos pessoal para guarnecer todos os Comandos.

Por outro lado, não podemos andar a falar, permanentemente, da necessidade de vigilância do EEIN e não planeamos, de forma realista, as várias ações que são dos Ramos mas que podem e devem ser orientadas para determinados locais.

Ou seja, se a Força Aérea, ou a Marinha, fizerem sair meios do sistema de forças nacional, mesmo que para treino (missão específica do Ramo), parece-me que faz sentido que alguém verifique se vão ou não, ambos os meios, na mesma direção.

Pode obter-se o mesmo resultado do treino, com os mesmos custos, voando ou navegando em determinada direção (rumo) para mostrar presença estratégica, para detetar possíveis ilegalidades, etc.

Ainda em complemento desta ideia, penso que não faz qualquer sentido adquirir meios sem que se verifique da sua necessidade em relação a um plano conjunto.

A questão que me é posta tem um sem número de equações que não cabem em tão curto espaço redatorial mas, procurando sintetizar, tendo em atenção a minha recente experiência, eu diria que o grande ensinamento prende-se com a necessidade de nos conhecermos melhor (perceber a cultura de cada Ramo que é diferente de corporativismos) e, talvez ainda mais importante, é percebermos que não vale a pena ter Forças que não tenham um elevado estado de prontidão (categoria 1 ou 2).

As novas ameaças não se compadecem com demoras na resposta e todos seremos poucos para lhes fazer frente.

Como tenho vindo a dizer: “cada dia que passa falta menos um dia ... para se concretizar a ameaça, que não conhece fronteiras geográficas nem tão pouco legais”.

4. **[BrigInt]** Para terminar, gostaria de partilhar conosco uma experiência de comando marcante da sua carreira de militar?

[TGen Vaz Antunes] A experiência mais marcante é-me, felizmente, difícil escolher porque tive várias que me ficaram na memória. Porém, talvez por ter sido a mais recente, e que me apanhou ainda numa fase em que tentava perceber os contornos e os pergaminhos do EMGFA, eu diria que foi a Operação Manatim.

Estávamos numa 6ª feira à tarde quando fui chamado ao gabinete do General CEMGFA e recebi ordens de aprontar a FRI. Era preciso “marchar” para defender os nossos cidadãos e o tempo urgia. Foi um corrúpio de telefonemas, de convocações, de planeamento concorrente, de ativação da estrutura de crise do COC, de aprontamento final dos meios da FRI.

No Domingo, ao fim da tarde, dava-se início à projeção dos meios. Ativar os canais diplomáticos, obter informações no terreno, acautelar as nossas tropas, pois viveram-se momentos intensos de informação e contrainformação, estabelecer um verdadeiro Gabinete de Crise Operacional envolvendo os diferentes organismos do Estado competentes, foi um desafio imenso.

Passei quase um mês a “dormir de sapatinhas” (havia que dormir muito pouco mas bem), incluindo fins-de-semana e feriados. Presenciei o profissionalismo dos nossos militares que nunca regatearam esforços nem se lastimaram por passarem dias e dias fechados no CSOC.

Mantivemos sempre um contacto muito estreito com o Comandante da FRI, que também foi projetado e, em simultâneo, acompanhámos as FNDs tendo, nesse período, o nosso Contingente no Afeganistão sido alvo de um sério ataque ao aquartelamento.

Para todas as situações foi encontrada uma resposta adequada, quer por parte das Forças Armadas, quer por parte dos organismos do Estado mais envolvidos (MNE, ANPC, SIED e PSP).

Durante a operação fui-me apercebendo da real necessidade de treinar em conjunto e de ter o Comando e EM da FRI com melhores conhecimentos das capacidades dos meios ao seu dispor, com um treino mais frequente e, consequentemente, com um planeamento em antecipação de acordo com as orientações recebidas.

Fruto desta experiência e do trabalho que de então para cá fizeram os dois Comandantes da FRI, posso afirmar que se hoje se repetisse a situação, tudo decorreria com mais tranquilidade.

Foi, no meu entender, uma operação de demonstração de força que permitiu aos canais diplomáticos resolver a situação com sucesso.



MGen
Luís Ribeiro

(Síntese da intervenção na sessão de encerramento, do Major-General Adjunto do CFT – MGen Luís Manuel Martins Ribeiro)

Nesta muito honrosa situação de encerrar o presente seminário, questiono-me sobre o que dizer depois de comunicações e testemunhos tão válidos, tão interessantes e tão calorosos por parte dos nossos distintos participantes nos dois painéis.

E assim, eu diria que sendo a cidadania um assunto tão presente na nossa ordem do dia, em boa hora o Comando da Brigada entendeu promover uma abordagem e reflexão alargadas. Reflexão alargada para a qual tivemos o privilégio de poder contar com a muito estimada e relevante colaboração de personalidades ímpares da Universidade de Coimbra, do ISCTE- Lisboa e das autarquias de Coimbra e Mangualde. Trata-se de uma situação que muito nos enriquece e nos orgulha e que é bem o reflexo da excelência do relacionamento da Brigada com a cidade de Coimbra e com as demais cidades, vilas, aldeias e respetivas populações de toda a sua extensa área de responsabilidade.

No contexto da missão genérica do Exército, que consiste em defender a Pátria e proteger o território e populações, contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida e para a satisfação das suas necessidades fundamentais, afigura-se-me que faz todo o sentido a questão central levantada, à volta da qual decorreu este seminário, e que se traduz no seguinte: Qual a importância do relacionamento da Brigada de Intervenção com a sociedade, aos vários níveis, com vista ao fortalecimento da cidadania?

Relativamente à questão da cidadania, irei doravante fazer uma abordagem sob o ponto de vista da “Educação para a Cidadania”. Ao tempo do Serviço Militar Obrigatório (SMO), era assumido que o Exército se constituía num dos instrumentos do Estado, reconhecidamente muito sólido e muito forte, no âmbito da formação para a cidadania dos nossos jovens adultos a prestar serviço militar. Hoje, esta é uma verdade que permanece, pois o Exército continua a contribuir para a formação de bons cidadãos (homens e mulheres), só que o nosso público-alvo são basicamente os cidadãos voluntários para servir nas fileiras do Exército.

Mas se na generalidade do Exército esta é uma realidade muito feliz, quando se aborda a “Brigada de Intervenção e a Cidadania”, há que avaliar muito bem o que está em causa, há que conhecer muito bem esta especial realidade, as suas dinâmicas e os seus efeitos. Como bem sabemos, esta é uma Brigada dispersa, com implantação em cerca de metade do território nacional (TN). É uma Brigada que realiza os seus exercícios e os seus aprontamentos de forças na sua vastíssima área de responsabilidade, apoiando com as suas múltiplas valências, os seus oitenta (80) municípios e respetivas populações.

Esta é uma Brigada cujos militares são essencialmente originários das comunidades, das cidades e dos distritos onde as suas Unidades estão sedeadas, o que, à partida, determina um fortíssimo sentido de comunhão e de pertença.

Por fim, esta é uma Brigada cujo Comando, bem como o Comando dos seus Regimentos, vem imprimindo modelos muito ativos e muito consistentes de integração, de colaboração e de cooperação com entidades e órgãos da sociedade civil local, regional e mesmo de expressão nacional (como é o caso da Universidade de Coimbra) e com as populações. E assim, no meu entendimento, este caldo de notáveis especificidades da Brigada de Intervenção representa muito bem a natureza mais ajustada e até mais desejável do nosso Exército e que se traduz na melhor combinação entre a capacidade para cumprir missões operacionais e a capacidade para cumprir missões em benefício das populações e do território. A defesa da Pátria, ao fim e ao cabo.

E meus amigos, o que isto a ver com cidadania?

Penso que tem tudo a ver, porque me parece que a natureza, a riqueza e a dimensão das experiências, das vivências e das múltiplas realidades vividas e sentidas pelos militares desta Brigada é propícia e os conduz: a serem cidadãos mais responsáveis perante si e os outros; a terem mais e melhor consciência dos seus direitos e dos seus deveres; a serem mais impulsionados para a acção participativa; a melhor adquirir o sentido de comunidade e de partilha; a ficarem insatisfeitos com o que é injusto e o que está mal, e a adquirirem vontade para se aperfeiçoarem e serem melhores cidadãos. E porque isto acontece, e já vem acontecendo há muitos Comandos atrás, eu considero que a Brigada de Intervenção é assumida e reconhecidamente uma verdadeira Escola de Cidadania. Qualquer militar que termine o seu compromisso com o Exército, após servir na Brigada de Intervenção, é segura e inquestionavelmente um melhor cidadão e um melhor patriota.

Noutro patamar, gostaria de salientar que o exercício de cidadania também pode ter uma dimensão colectiva, ou seja, ser exercido coletivamente através de múltiplas combinações e sinergias. Também aqui a Brigada de Intervenção (Comando e Regimentos) cumpre muito bem a sua missão, por via do excelente trabalho conjunto que vem realizando com as mais variadas instituições e organizações do poder autárquico e dos órgãos descentralizados do Estado, com as escolas, com a universidade, com as empresas, com a Igreja, etc. Trata-se de um exercício de cidadania coletiva muito rico, muito meritório e patriota e que é substanciado na atitude mais nobre (que é nossa obrigação) de servir os nossos concidadãos, contribuindo para melhorar a sua qualidade de vida e para a satisfação das suas necessidades e aspirações. E assim, esta maravilhosa combinação entre a Brigada de Intervenção e os seus pares da sociedade civil se vem crescentemente afirmando como uma associação de reconhecido sucesso e prestígio a nível regional, mas também a nível nacional.

E agora, quase a finalizar, nada como responder à questão central atrás colocada, para referir que a importância da Brigada de Intervenção, no que à cidadania diz respeito, é extraordinária e relevantíssima. É, sem qualquer sombra de dúvida, um ótimo exemplo de que o Exército se deve orgulhar e todo o Exército deve procurar seguir, quer como Escola de Cidadania (formar e educar para a cidadania), quer como parceiro privilegiado para o exercício colectivo da cidadania.



A criação dos postos de Sargento-Mor e de Sargento-Chefe, dá-se apenas em 1976. Com este passo, “para a resolução de aspetos de manifesta urgência”, segundo o texto do próprio decreto-lei, a categoria de sargentos passou a ter a estrutura hierárquica ainda hoje em vigor, ficando mais próxima da configuração dominante das categorias de sargentos das Forças Armadas dos países aliados.

Nesta sequência, surge naturalmente a necessidade da definição das respetivas funções, o que foi suprida logo no dia seguinte através do decreto-lei 920/76 de 31 de dezembro, que aliás implementa uma grande reestruturação da categoria de sargentos do Quadro Permanente (QP) do Exército, podendo considerar-se, na parte correspondente, o embrião do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), necessidade que o próprio decreto-lei reconhece, nos capítulos: hierarquia e funções; quadros; promoções; tirocínios estágios e cursos; e que sobre as funções atribuídas ao Sargento-Mor, estabelece o seguinte: “Elemento do estado-maior do comando de unidades independentes de escalão batalhão, regimento e outras acima de batalhão ou equivalente, como adjunto do comandante para os assuntos relacionados com a vida interna da unidade, nomeadamente no que respeita à administração do pessoal e aos aspetos administrativo-logísticos e ainda, no Estado-maior do Exército, nos Quartéis-generais e Direções das Armas e Serviços.”

Se em termos genéricos e estatutários estas são, ainda hoje, as funções atribuídas aos Sargentos-Mores, Adjuntos dos Comandantes, organicamente e apesar do curto tempo de existência do posto e do cargo, sofreram uma significativa transformação.

Na primeira revisão da II parte, do Regulamento Geral do Serviço do Exército (RGSE) que, a título de curiosidade, foi posta em execução, com carácter experimental, no Regimento de Infantaria de Beja, no Regimento de Artilharia de Leiria e no Regimento de Cavalaria de Braga, e posta em execução a título definitivo em todas as unidades e estabelecimentos militares do Exército a partir de 1 de janeiro de 1981, são estipulados os deveres e atribuições inerentes às funções de serviço interno, do Adjunto do Comando de Regimento.

Releva-se a alteração da designação do cargo em relação ao decreto-lei que o criou, de Adjunto do Comandante para Adjunto do Comando.

A 3 de fevereiro de 1986, por despacho do Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), General Salazar Braga, é

aprovado o Regulamento Geral do Serviço das Unidades do Exército (RGSUE), que entra imediatamente em vigor, em substituição do RGSE de 1914 e da II Parte do RGSE de 1980.

Neste regulamento, no seu art.º 11º da I parte, ficam determinados os deveres e atribuições inerentes às funções de serviço interno para o Sargento-Mor, Adjunto do Comando do Regimento.

Passados cerca de quatro anos, é publicada a primeira versão do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR) que manteve a essência do RGSUE e recupera a designação do cargo atribuída aquando da sua criação, como “Adjunto do Comandante de unidade independente de escalão batalhão ou superior...”.

Esta alteração passa a refletir-se nos Quadros Orgânicos de Pessoal (QOP) das unidades tipo Regimento, publicados em 1993, em cujo organigrama o Sargento-Mor aparece imediatamente a seguir e lateralmente ao comandante, como seu elemento de apoio direto. Simultaneamente, nos mesmos QOP, o Sargento-Mor Adjunto do Comandante é colocado como sargento (chefe) de secretaria, criando uma situação indesejável de dupla dependência, do comandante da unidade e do chefe da secção de pessoal, uma vez que a secretaria da unidade estava então, integrada na secção de pessoal.

Com a revisão dos QOP de 2006, esta última situação é alterada, o Sargento-Mor deixa de ser sargento (chefe) de secretaria e são criados os cargos de Adjunto dos Comandantes dos órgãos centrais de administração e direção (OCAD) e dos diretores das respetivas direções.

Contrariamente, com a revisão/criação de alguns dos QOP aprovados por despachos de 2013 do General CEME, com a indicação “a rever no prazo de um ano”, e já em 2014 no QOP do NP do RAME, configura-se de novo o Adjunto do Comandante em acumulação de funções com as de Chefe da Secretaria do Comando.

É esta a distribuição dos cargos atualmente existente, cuja designação “Adjunto do Comandante” é consolidada com a alteração do EMFAR no seu art.º 273º, e a revisão da I parte do RGSUE, art.º 11º, que define os deveres e atribuições inerentes às funções de serviço interno, ainda atuais.

Volvidos 30 anos, desde a introdução do posto de Sargento-Mor, na estrutura hierárquica do Exército e até à revisão dos QOP de 2006, é notória uma evolução no sentido da dignificação do posto, pelas funções e responsabilidades que lhe foram sendo atribuídas, contudo as mais recentes alterações nos QOP, a manterem-se, significam um retrocesso.

Artigo elaborado pelos Adjuntos dos Comandantes das Unidades da Brigada:

SMor Art António Nascimento; SMor Eng Fernando Pinto; SMor Inf Hélder Palavras; SCh Inf José Azevedo; SCh Inf Luís Mesquita; SCh Cav José Costa; SCh Inf João Rainho e SCh Mat Luís Moreira



DESAFIOS DE LIDERANÇA DE UM COMANDANTE DE PELOTÃO NA RECCE COY/NRF2014



Ten Cav
Ricardo Vieira
Ten Cav
André Gonçalves
Ten Cav
Daniel Fernandes

Conceitos

A Nato Response Force (NRF) é uma força de resposta imediata da Organização Tratado Atlântico Norte (OTAN), adaptada para cumprir uma missão específica, tendo capacidade para se projetar para qualquer parte do mundo num curto espaço de tempo. Esta tipologia de força foi aprovada pelos membros da OTAN na cimeira de Praga em 2002.

A NRF é uma força caracterizada por ser tecnologicamente avançada e que atua no mar, terra e ar. O emprego desta força depende de uma decisão política consensual tomada pelos 28 países aliados no Conselho do Atlântico Norte (NAC).

Todos os estados aliados participam na NRF com forças nacionais geradas ciclicamente e que têm um período de 1 ano de aprontamento e 1 ano de stand-by.

Tendo em conta que o presente artigo se debruça sobre a temática da Liderança convém identificar alguns conceitos. Assim, adotamos as seguintes definições:

Liderança:

“É o processo de influenciar, para além do que seria possível através do uso exclusivo da autoridade investida, o comportamento humano com vista ao cumprimento das finalidades, metas e objectivos concebidos e prescritos pelo líder organizacional designado”. (Vieira, 2000)

Traços da Liderança: “A existência destes traços não garante só por si o sucesso da liderança. No entanto, eles constituem uma boa orientação para o desejável desen-

volvimento da personalidade dos líderes. Entre os traços comuns detectados, revelam-se mais influentes os seguintes: a apresentação (aparência), a coragem, a capacidade de decisão, a confiança (segurança), a capacidade de resistência, o entusiasmo, a iniciativa, a integridade, o discernimento, o espírito de justiça, a competência, a lealdade, o tacto e a generosidade”. (Vieira, 2002)

“Os princípios da liderança permitem aos líderes, independentemente do escalão em que se situem, desenvolver um plano de acção com vista a aperfeiçoar a sua capacidade de liderança.

Os princípios da liderança são os seguintes:

1. Conhece-te a ti mesmo e procura desenvolver as tuas aptidões profissionais;
2. Sê proficiente técnica e taticamente;
3. Procura a responsabilidade e assume a responsabilidade das tuas acções;
4. Toma decisões correctas e oportunas;
5. Dá o exemplo;
6. Conhece os teus subordinados e cuida do seu bem-estar;
7. Mantém os teus subordinados informados;
8. Desenvolve nos teus subordinados o sentido da responsabilidade;
9. Assegura-te de que a tarefa é compreendida, fiscalizada e cumprida;
10. Treina os teus subordinados como uma equipa;
11. Emprega a tua unidade de acordo com as suas capacidades.” (Vieira, 2002)

Ser Comandante de Pelotão

O Comandante de Pelotão deve “(...) estar sempre em condições de prestar ao seu comandante de companhia informação detalhada sobre o nível de conhecimentos militares, a condição física e o estado de espírito de cada um dos seus subordinados.” (RGSUE, artigo 9º)

O comandante de Pelotão deve orientar o seu comando respeitando os traços e princípios da liderança acima enunciados, ajustando a sua conduta mediante a tipologia da força, os fins que pretende atingir e os objectivos a cumprir.

O Comandante de Pelotão comanda pelo exemplo, é solidário com os subordinados e rege-se pelo permanente espírito de justiça.





Desafios

No âmbito da NRF o Exército Português incumbiu ao Regimento de Cavalaria Nº6 (RC6) a missão de aprontar uma força de reconhecimento, de escalão companhia, constituída por 142 militares, com 3 Pelotões de Reconhecimento.

O início da fase de preparação da NRF2014 traduziu-se num aumento do ritmo de formação, levando a um maior empenho e abnegação por parte de todos. O desafio inicial passou ainda pela receção de materiais diferentes daqueles a que estávamos familiarizados, mais evoluídos tecnologicamente, com novas capacidades, obrigando a um treino de guarnição mais técnico e com conhecimentos mais profundos. Devido a esta problemática, efetuou-se uma seleção cuidadosa dos elementos que necessitavam de formação para o desempenho dessas funções. Estas formações foram ministradas durante o período de aprontamento, tanto no RC6 como noutras unidades formadoras.

Os novos sistemas de armas e as limitações a nível de pessoal obrigaram a reestruturar os Pelotões de Reconhecimento, passando cada pelotão a ser constituído por 5 viaturas e 24 militares, em vez de 8 viaturas e 32 militares, no entanto as missões e tarefas atribuídas aos pelotões mantiveram-se inalteradas – situação tornada possível devido à utilização de equipamentos mais avançados tecnicamente, logo dotados de maior potencial.

Este facto exigiu de todos um elevado empenho, dedicação, esforço e espírito de sacrifício. Esta alteração fez com que as técnicas, táticas e procedimentos (TTP's) em vigor tivessem que ser adaptadas à nova realidade, o que levou a uma revisão e treino das mesmas.

O desafio dos comandantes de Pelotão foi manter a mesma eficiência no cumprimento das missões habituais de um Pelotão de Reconhecimento, com menor efetivo e menos viaturas, tentando articular esta alteração em procedimentos exequíveis por todos.

Outro dos pontos que se tornou um desafio, foi o facto do número e duração dos exercícios, ter aumentado consideravelmente, relativamente a anos anteriores, levando

ao aumento do nível de exigência e disponibilidade dos militares da Recce Coy.

Um outro aspecto prende-se com o facto de o RC6 estar instalado num grande centro populacional, o que leva a que seja necessário compaginar a atividade operacional com as execução de algumas missões em apoio

a variadíssimas instituições "amigas" do regimento, ocorrendo a maioria destas ao fim de semana, o que leva os militares a exigências adicionais e dispêndio de tempo extra.

Todo este conjunto de acontecimentos foi um grande desafio para os comandantes de pelotão uma vez que ti-

vemos de apelar ao profissionalismo de cada um. A constante motivação e inovação nas tarefas e missões foram essenciais para o cumprimento da missão.

A NRF foi uma experiência única vivida por todos no RC6, e que obrigou ao empenho de todos para que o treino e a formação necessária fossem assimilados.

No que diz respeito à nossa vivência como Comandantes de Pelotão, esta foi sem sombra de dúvidas o momento mais alto das nossas curtas carreiras e uma oportunidade única para o nosso crescimento como Oficiais dos Quadros Permanentes do Exército Português e da Arma de Cavalaria.





Cap Inf
Sérgio Moraes

Integrar uma Força Nacional Destacada (FND) no desempenho da função de Comandante de Companhia é uma aspiração de carreira, arrisco-me a afirmar, da maioria dos jovens Oficiais do nosso Exército, na qual me incluo. O presente artigo aborda a minha perspectiva pessoal do Comando da Companhia de Manobra (BRAVO COY) do 2º Batalhão de Infantaria KFOR, que foi projetado para o Teatro de Operações (TO) do Kosovo, de setembro de 2013 a março de 2014. Não pretende ser uma narrativa sobre os eventos que tiveram lugar no período de existência da Força, mas antes uma reflexão sobre alguns aspetos da liderança considerados fundamentais no desempenho das referidas funções, na esperança de deixar um testemunho daquilo que foi uma experiência profissional e de vida que se revelou bastante enriquecedora e memorável.



Para uma melhor compreensão e desenvolvimento do tema é importante termos em consideração as definições de comando e liderança. Para entendermos a diferença entre comandar e liderar, apresento uma das inúmeras definições que podemos encontrar nas mais diversas publicações para definir estes dois conceitos, a qual define liderança como o “processo de influenciar, para além do que seria possível através do uso exclusivo da autoridade investida, o comportamento humano com vista ao cumprimento das finalidades, metas e objetivos concebidos e prescritos pelo líder organizacional designado”, e comando, “como a autoridade conferida por lei e pelos regulamentos a um indivíduo para dirigir, controlar e coordenar forças militares. É acompanhada pela correspondente responsabilidade, a qual não pode ser delegada”.

Atualmente face à conjuntura em que vivemos são diversos os fatores que motivam os militares aos diferentes níveis a participar em missões no exterior ao serviço do Exército e do País. Esta motivação, com que é encarda a possibilidade de participar numa FND, constitui-se num facilitador para quem tem responsabilidade de comando e liderança, visto ser muito mais fácil comandar e liderar um grupo de trabalho altamente motivado e predisposto a fazer mais sacrifícios do que um grupo menos motivado. Assim, na fase de aprontamento da força, os Comandantes aos diferentes níveis não se deparam com grandes dificuldades em motivar e fazer cumprir todas as tarefas e missões atribuídas.

Com a projeção da força para o TO, os níveis de motivação continuam elevados, uma vez que para uma grande parte dos militares que integram a mesma, ser a primeira vez que têm a oportunidade de cumprir uma missão, por outro lado, para aqueles que já cumpriram outras missões no passado existe sempre a expectativa, e ao mesmo tempo,

vontade de mostrar toda a sua experiência e conhecimentos adquiridos nas missões efetuadas anteriormente. No entanto, este é um período de adaptação, tornando-se fundamental a influência dos comandantes a todos os níveis no ajustamento dos objetivos e na colocação em prática de todos os conhecimentos e procedimentos anteriormente definidos e treinados.

No TO as responsabilidades para um Comandante de Companhia são acrescidas. Se por um lado tem o dever de



cumprir todas as tarefas e missões que são atribuídas à sua Unidade de forma exemplar e em tempo oportuno, por outro, tem também a responsabilidade

de zelar pela moral e bem-estar dos seus subordinados. Este segundo fator com o decorrer da missão constituiu-se num aspeto de importante relevo, porque a exigência e o nível de execução das missões atribuídas não pode em momento algum diminuir, mas apesar de os níveis de motivação poderem diminuir consideravelmente devido à rotina das tarefas diárias e a todos os fatores próprios de um Teatro de Operações. É nestas circunstâncias que surgem os maiores desafios de liderança para um Comandante de Companhia de uma FND, tendo este a necessidade de procurar constantemente manter o seu grupo de trabalho com um elevado espírito de missão e sentido de bem servir e ao mesmo tempo, manter no seio do mesmo, elevados índices motivacionais, coesão e espírito de grupo.

A capacidade de liderança de um Comandante de uma Unidade, e neste caso particular de uma Unidade Escalão Companhia (UEC), é fundamental para o cumprimento das mais exigentes missões, no entanto, nas FND os comandantes dos escalões mais baixos também têm um papel preponderante, visto que muitas das missões atribuídas à



UEC são executadas pelas suas subunidades isoladamente, tornando-se assim essencial que estes também tenham uma grande capacidade de liderança.

Desta forma podemos concluir que a motivação dos militares que integram as FND se constitui num fator determinante e facilitador para o desempenho das funções de um Comandante de Companhia, no entanto, deve o mesmo procurar manter os índices de motivação iniciais durante o decorrer de toda a missão, garantindo desta forma que todas as missões atribuídas são cumpridas e de que, a coesão e espírito de grupo da sua Unidade nunca são colocados em causa.

Referências Bibliográficas

VIEIRA, Belchior (2002) *Liderança Militar*, Academia Militar, Estado-Maior do Exército



Maj Inf
José Ventura



Portugal participa com forças para a Kosovo Force (KFOR) no Teatro de Operações (TO) do Kosovo desde 1999, com um interregno entre Abril de 2001 e fevereiro de 2005. Desde o ano de 2005 que Portugal contribui com forças que fazem parte da reserva tática do COMKFOR, inicialmente com um Batalhão a duas Unidades de Manobra de escalão Companhia, e muito recentemente com o Comando do Batalhão e uma das duas Unidades de Manobra de Escalão Companhia, designando-se este Batalhão de "KFOR Tactical Reserve Manoeuvre Battalion" (KTM), constituindo-se a Reserva Tática do Comandante da KFOR. A KTM é uma Unidade de escalão Batalhão com uma grande diversidade de tarefas, as quais são treinadas com muita frequência, como é próprio de uma unidade em reserva. Além disso possui ainda uma Área de Interesse (AOI) no Norte de MITROVICA, onde mantém presença diária através de patrulhas motorizadas e postos de observação móveis. A Companhia de Manobra portuguesa (BCoy) possui uma variedade de viaturas, entre ligeiras, médias e pesadas, blindadas e não blindadas, entre as quais as viaturas Panhard M-11 e as viaturas Chaimite V200. A informação para Portugal da falta de fiabilidade das viaturas V200 e a proposta de integração das VBR PANDUR II 8x8 na estrutura operacional de material da KTM, permitiu à KTM receber seis viaturas PANDUR II 8x8.

A Companhia de Manobra portuguesa (BCoy) desde o dia 26 de novembro de 2013 que conta com 5 viaturas PANDUR II 8x8, da versão "Infantry Combat Vehicle" (ICV), para a utilização no treino e nas operações, e a Companhia de Apoio (ACoy) conta com uma viatura PANDUR II 8x8, da versão "Recovery Vehicle" (RV), para apoio às operações. A VBR PANDUR II 8x8, representa um salto tecnológico muito grande. Esta viatura tem capacidade para ser utilizada em ambiente BQ e possui também um sistema de supressão de incêndios. É uma viatura de grande dimensão, com 7,6m de comprimento e 2,8m de largura, facto esse que limita um pouco o emprego deste tipo de viaturas no TO do Kosovo, especialmente nas tarefas diárias de patrulhas de presença. Como já foi citado anteriormente a KTM tem uma AOI na zona norte de MITROVICA, onde realiza patrulhas de presença diárias, não podendo empregar estas viaturas, devido à sua dimensão, não podem circular na maior parte das vias existentes no interior dessa "Manoeuvre Box". A versão ICV está equipada com a MP Browning 12,7mm, de acordo com as orientações do COMKFOR em manter uma postura "Low Profile", a KTM utiliza durante as operações uma capa de cobertura, para as armas não estarem visíveis, e se necessária a sua utilização, rapidamente se remove.

A KTM desde que recebeu as viaturas PANDUR no TO do Kosovo utilizou as viaturas em várias operações, nomeadamente. Durante a rendição da "Multinational Specialized Unit"

(MSU), por várias vezes, e durante vários dias na sua AOI. A MSU tem uma AOI em MITROVICA, onde durante várias vezes somos chamados a assumir a responsabilidade dessa área. As tarefas consistem em manter presença permanente na ponte de AUSTERLITZ e no "Mitrovica North Administrative Officer" (MNAO), com um Posto de Observação (PO), e ainda conduzir patrulhas de presença nessa "Maneuver Box". Para dar cumprimento a estas tarefas têm sido utilizadas viaturas do tipo PANDUR para guarnecer o PO na ponte de AUSTERLITZ.

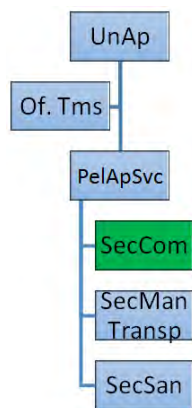
Nas várias operações de apoio à realização das eleições municipais do Kosovo. Durante esses períodos de eleições, foi atribuída à KTM uma área de responsabilidade em MITROVICA Norte, onde teve as tarefas de controlar as pontes sobre Rio IBAR, estabelecer PO, entre outras. Nestas operações foram utilizadas viaturas PANDUR para estabelecer o Posto de Comando (PC) da Companhia, e foram utilizadas ainda para estabelecer PO nas principais entradas de MITROVICA Norte. Quando é mandado à KTM reduzir o "Notice To Move" (NTM), pronta para intervir num determinado evento a fim de garantir o "Freedom of Movement" (FOM) e o "Safe and Secure Environment" (SASE), a Companhia de Manobra (BCoy) no seu Plano de Carregamento para operações de "Crowd and Riot Control" (CRC), prevê sempre o emprego de duas viaturas do tipo PANDUR. O emprego destas viaturas em operações de CRC tem como finalidade a intimidação, através do seu poder

de choque, utiliza-las em barragem de itinerários, aumentar a linha da frente e barrar eventuais viaturas, utilizá-las contra a linha da frente. Uma das principais tarefas da reserva é o treino, quando não está em operações, e a KTM não é exceção. Sempre que o Batalhão não está em operações, além das tarefas diárias, desenvolve também o seu treino. As viaturas PANDUR II 8x8 são sempre utilizadas no treino de operações em ambiente CRC, assim como demonstrações, destinadas a visitas à KTM. São ainda utilizadas para treino de outras tarefas, assim como por exemplo, montar e operar "Vehicle Check Point" (VCP), Escoltas, e outro tipo de tarefas características das Operações de Apoio à Paz (OAP). A KTM faz também treino conjunto com o "Freedom of Movement Detachment" (FOMD), com a "International Military Police" (IMP) e a "Tactical Psyops Team" (TPT), com muita frequência, onde a Companhia de manobra utiliza sempre as viaturas do tipo PANDUR. De acordo com a avaliação feita durante as operações onde foram utilizadas as viaturas PANDUR II 8x8, não foram encontrados indicadores que permitam afirmar se a reação das pessoas foi positiva ou negativa, no entanto consideramos que a utilização das viaturas PANDUR dão mais garantias de fiabilidade e segurança no decorrer das operações, por isso sendo uma mais-valia para o desempenho da KTM nas operações.





Ten Tm
João Monteiro



A Secção de Comunicações (SecCom) integrou o Pelotão de Apoio de Serviços da Unidade de Apoio (UnAp) do 6º Contingente Nacional para a International Assistance Security Force (6º CN/ISAF), e garantiu, ao longo de seis meses (de 10 de Maio a 13 de Novembro de 2013), o apoio de CSI no Teatro de Operações (TO) do Afeganistão.

A SecCom era constituída por nove militares, provenientes dos três ramos das FA, sendo um Oficial de Transmissões, quatro Sargentos e quatro Praças de Transmissões, que operaram, instalaram e mantiveram todos os meios existentes no TO, em coordenação com as entidades competentes em

Território Nacional

(TN). Funcionalmente, dois sargentos (um da Marinha outro da Força Aérea) desempenhavam funções no Centro Cripto, e os outros dois (com origem na CTm BrigInt) desempenhavam funções de técnico de comutação e redes e técnico de electrónica e equipamentos rádio.

Desta forma foram garantidas todas as valências no apoio de comunicações ao 6º CN/ISAF.

Ao longo dos meses de missão muitas foram as tarefas e trabalhos desenvolvidos pela SecCom em apoio à vida diária, tenha sido ela operacional ou lúdica, quer das restantes subunidades quer dos militares.

Com o apoio do Regimento de Transmissões, a SecCom foi responsável, no período da missão, pela operação e manutenção das capacidades CSI. Estas capacidades englobavam a Rede de Dados do Exército (RDE), o Centro Cripto (MMHS e SECNET), as redes rádio da Força e os equipamentos Inibidores de Frequência.

A ligação entre o TO e o TN materializava-se através de um link satélite entre KAIA (Kabul Internacional Airport) e o Regimento de Transmissões (Lisboa). Esta ligação permitia ao 6ºCN/ISAF ter à disposição os serviços da RDE, ou seja, serviço de correio electrónico do Exército, serviço de voz (telefones), serviços de rede de DHCP, DNS, Autenticação e Antivírus, acesso aos portais da Intranet e ainda capacidade de videoconferência (VTC). Esta ligação é apresentada esquematicamente na Figura 2.

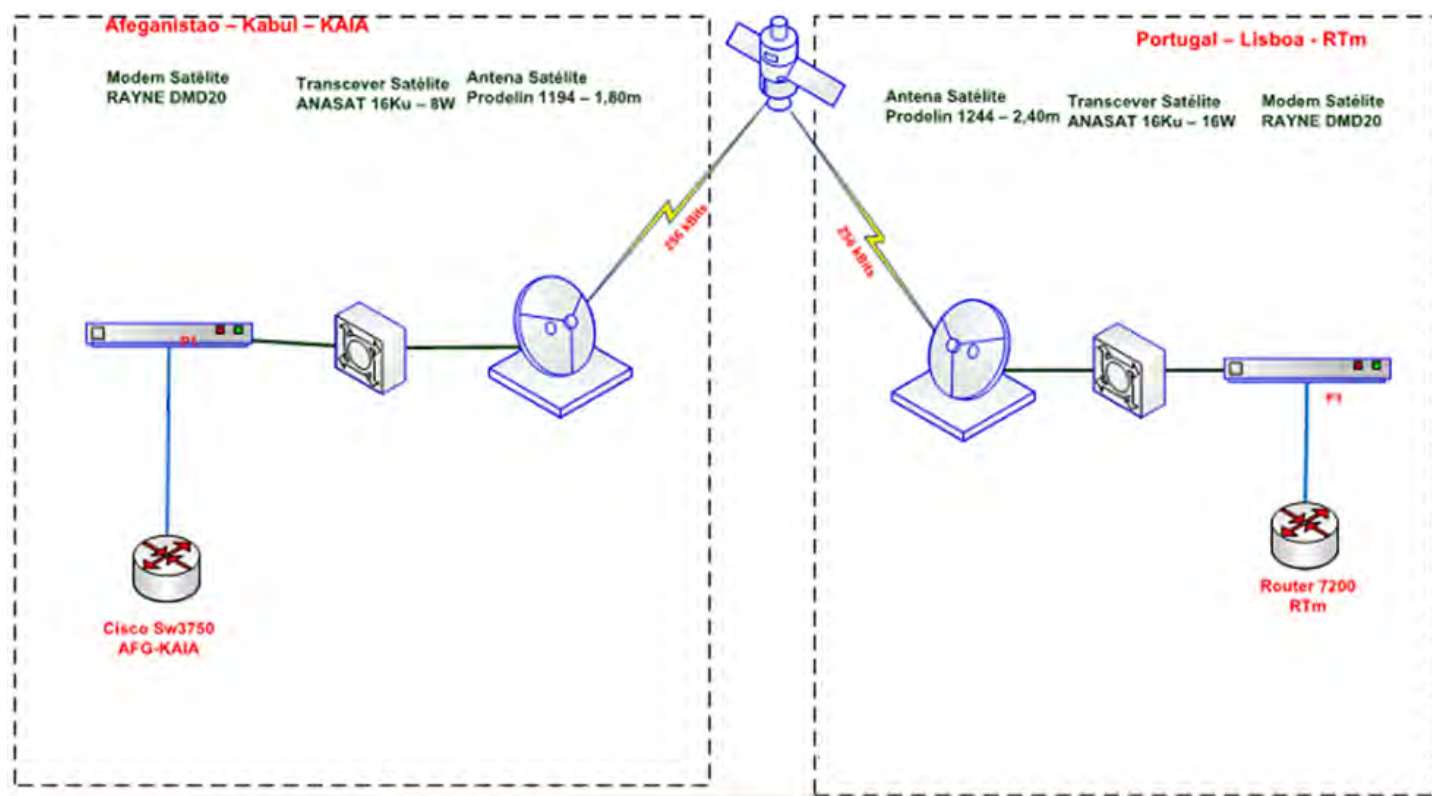


Figura 2 – Diagrama da ligação satélite entre o TO e o Território Nacional.



Através do Centro Cripto, com a disponibilização da rede RED, era possível a receção e envio de documentos classificados utilizando os sistemas MMHS ou SECNET. Com exceção de situações extraordinárias, estes sistemas eram utilizados periodicamente para o envio de relatórios para o TN. No que diz respeito à troca de matérias classificadas, o Contingente dispunha de computadores, disponibilizados pela NATO, para acesso à rede ISAF SECRET e à rede NATO UNCLASSIFIED. Esta rede possibilitava o acesso, entre outras aplicações, a um chat, partilhado por todas as nações presentes no TO, onde era possível, em tempo real, relatar incidentes, ataques de insurgentes, colocar questões, entre outros.

No que diz respeito às comunicações V/UHF, o 6ºCN/ISAF tinha à sua disposição uma rede rádio, constituída por equipamentos P/PRC-525 instalados em todas as viaturas. Esta rede servia essencialmente para garantir o comando e controlo das colunas de viaturas que saíam para exterior do aquartelamento. Para além disso, juntamente com o equipamento individual, a cada militar era distribuído um rádio PRR H4855, de curto alcance, utilizado primordialmente para comunicar dentro da coluna e durante os movimentos. Havia ainda a possibilidade de utilizar meios fornecidos pela NATO, nomeadamente o rádio MATRA, em duas versões: veicular e portátil. Este meio era frequentemente utilizado devido à boa cobertura disponibilizada. De igual modo, o contingente português tinha à sua disposição, o ISAF Tracking System. Este sistema, quando instalado em viatura, permitia saber em tempo real a posição das viaturas, bem como permitia a troca de mensagens entre os equipamentos (chat).

Face às altas temperaturas que se faziam sentir e que, com frequência, provocavam o sobreaquecimento dos equipamentos, uma das valências fundamentais na manutenção da operacionalidade dos meios foi a oficina rádio. Só desta forma, pelo empenho dos militares que aqui desempenhavam funções e por todo o material disponível, nos foi permitido efectuar a manutenção, bem como uma série de reparações, quer de equipamentos rádio, quer de inibidores de frequência.

Figura 3 – Manutenção de um inibidor de frequência.



Figura 4 – Reparação do Sistema Winlink (Phoenix).



Durante os seis meses de missão o TO do Afeganistão, e mais precisamente o aquartelamento de KAIA, não foi só um local de trabalho mas também a “casa” de todos os militares do 6ºCN/ISAF.

Assim, e no que respeita ao moral e bem-estar, o contingente tinha à sua disposição, nos alojamentos, uma rede de lazer. Esta rede disponibilizava serviço de internet, video club e televisão por IP (que posteriormente foi desativado). A internet foi o meio mais utilizado para ocupar os tempos livres, tornando-se na forma preferencial para contactar familiares e amigos em Portugal.

Qualquer que seja o TO para o qual a Brigada de Intervenção possa vir a projetar Forças, mas em especial um TO com as especificidades do Afeganistão, a garantia da operacionalidade dos meios e a manutenção das capacidades CSI contribuem não só para o comando e controlo da Força e para a tomada de decisão em tempo oportuno por parte dos Comandantes, como também para ajudar a garantir a segurança, o moral e bem-estar dos militares de qualquer Contingente.

Neste sentido, os militares de Transmissões do 6ºCN/ISAF regressaram a TN com o sentimento de dever cumprido, sabendo que esta experiência contribuiu para o seu crescimento pessoal e profissional, esperando no futuro continuar a ajudar a Brigada de Intervenção no cumprimento de todas as suas missões, enfrentando novos desafios.

E o futuro é já amanhã!



2º BI/BrigInt

Ao fim de um ano, desde o dia 01 de abril de 2013, data em que tiveram início as atividades de aprontamento, no Regimento de Infantaria Nº14, encontramos no fim desta “etapa”, que representa a execução da missão no Teatro de Operações, para a qual nos preparamos durante 6 meses. Foi um caminho longo, percorrido com mais ou menos dificuldades, mas não podemos afirmar que os obstáculos encontrados tenham sido intransponíveis ou acessíveis, apenas os anulámos ou minimizámos, com a nossa vontade e saber, e de forma decisiva também, como é apanágio da maneira de ser e de estar do Soldado Português.

O período de aprontamento serviu para nos conhecermos melhor, para nos dar a formação tida por necessária e essencial para o desempenho das várias tarefas e missões que nos poderiam ser cometidas. No final deste ciclo, cheio de atividade, verificámos estar mais cientes e confiantes das nossas capacidades, quer individuais quer coletivas, que nos permitiram encarar os períodos seguintes, da projeção da Força e missão no Teatro de Operações (TO) do Kosovo, com mais confiança e determinação. Para este fim, é de realçar que contribuíram não só as várias formações agendadas de acordo com o respetivo plano aprovado, os blocos de instrução, individual e coletiva, assim como os vários exercícios realizados nas diferentes fases do aprontamento.



Sendo que nos últimos tivemos a oportunidade de implementar aspetos tidos como importantes e pertinentes, verificados no TO durante o Key Leaders Training e reconhecimento ao TO. Relevante, neste âmbito, foi exercício final de aprontamento denominado PRISTINA 132, realizado na região de Murça, no qual foram postos à prova os nossos conhecimentos e a nossa maneira de atuar perante as

mais variadas situações que se nos poderiam deparar no TO. Durante esta etapa, fomos também alvo de uma certificação, a cargo da Inspeção Geral do Exército (IGE), que teve a finalidade de atestar a Força para o desempenho da sua missão e representar as Forças Armadas e Portugal no seio da Kosovo Force (KFOR).



O momento mais marcante deste período de aprontamento materializou-se na cerimónia de entrega do Estandarte Nacional, símbolo máximo e perene da Pátria, à Força

Destacada, que honrosamente contou com a distinta presença de S. Exa o Sr. Presidente da República que presidiu à cerimónia que teve lugar na Vila de Murça. Chegados ao TO, cumprindo o plano de fraciona-



QUE FAMA ILUSTRE FIQUE

mento da força, os militares integrantes da Força Nacional Destacada (FND), começaram a desenvolver as suas atividades inerentes ao período de Handover-Takeover (receção de materiais, instalações, equipamentos, viaturas e armamento, documentação e familiarização com o TO), em paralelo com a preparação da Full Operational Capability (FOC). Após esta,



a KTM declarou ao COMKFOR que estava pronta para desenvolver a sua atividade no seio da KFOR como reserva táctica.

A formalidade de assumir a responsabilidade da



missão no TO foi concretizada no final de setembro, em cerimónia no Campo Slim Lines, que englobou a Transfer of Authority (TOA) e a Change of Command (CoC, presidida, pelo Exmo. Comandante da Brigada de Intervenção e Comandante da KFOR, respetivamente.

Para além das obrigações diárias, de atividade operacional e de treino, foram desenvolvidas outras, que pela sua importância e dimensão devem ser referidas - as relacionadas com as eleições municipais e os exercícios da FOC dos contingentes Português e Húngaro e as relativas ao Shaping Tactical Reserves (TACRES) envolvendo também militares do contingente Esloveno. De realçar a participação no exercício da série SILVER SABER a par de todos os contingentes presentes no TO assim como a European Rule of Law Mission in Kosovo (EULEX) e a Kosovo Police (KP).



É também necessário referir as várias atividades conduzidas pela KTM de Fire Phobia com praticamente todos os contingentes no Teatro e demonstrações várias de Técnicas, táticas e procedimentos (TTP) como foi o caso da utilização do destacamento de liberdade de movimentos (FOMD) nomeadamente para os Key Leaders das Operational Reserve Forces (ORF).

Durante o período de permanência do 2BI no TO foram rececionadas as viaturas blindadas de rodas PANDUR II 8x8, que equipam o batalhão. Estas viaturas vieram trazer valor acrescentado às capacidades do 2BI aumentando, assim, as suas valências ao nível da proteção e operacionalidade para a condução das tarefas e missões que lhe forem atribuídas.

Durante o período de permanência em TO, também houve a oportunidade de desenvolver atividades no âmbito do Moral e Bem-estar. Em ambiente operacional, estas não só têm o cariz de quebrar a rotina e permitir que os militares possam conhecer e tomar contato com outras realidades e tradições assim como visitar locais considerados de interesse, mas também são de grande utilidade para a integração

dos militares no ambiente internacional que caracteriza a KFOR em geral e a KTM em particular, uma vez que é composta pelos contingentes Português e Húngaro.

No Kosovo, juntos (Portugueses e Húngaros) celebrámos o Natal em perfeita harmonia, no seio da família da KTM, sempre com as nossas famílias no pensamento e com as tradições de cada país na



mesa, que honrosamente foi partilhada com a presença do COMKFOR. Nesta quadra tão especial, onde o sentimento e a saudade são muito fortes, foi reconfortante sentir o apoio de todos os nossos amigos, camaradas e familiares, através das inúmeras mensagens e cartões de boas festas recebidos, sempre com votos de sucesso e de boa missão.

A reorganização do 2º Batalhão de Infantaria, também mereceu uma atenção especial, e foi trabalhada e elaboradas as respetivas propostas, ainda em TO, para que após o término da missão e regresso a Portugal, se pudesse continuar a desenvolver a sua atividade de forma harmoniosa.

É de inteira justiça referir que os militares do Batalhão que permaneceram em Território Nacional tiveram uma tarefa acrescida, e também nada fácil, de continuar a materializar dia a dia a atividade definida superiormente, sem uma parte significativa dos seus quadros.

No final deste período que por vezes pode parecer mais extenso, mas que pela concentração da atividade desenvolvida (aprontamento e missão) revelou ser de certa forma efêmero, culminou no TO com a passagem do testemunho ao 1º Batalhão de Infantaria Mecanizado.

Em território Nacional, irá realizar-se a cerimónia da entrega do Estandarte Nacional à Brigada de Intervenção, que tem como significado a confirmação do sentimento da missão cumprida, da distinta representação do Soldado Português além-fronteiras e da dignificação das Forças Armadas Portuguesas e de Portugal.



Introdução

Portugal, como membro fundador da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO), tem estado empenhado em manter uma participação ativa junto desta organização, não só com a participação em missões internacionais com Forças Nacionais Destacadas, mas também com a disponibilização de forças para a NATO Response Force (NRF).

O Exército Português tem vindo a contribuir para a NRF de forma ininterrupta desde 2004, inicialmente com unidades de Operações Especiais, passando por Agrupamentos Mecanizados, Batalhões Paraquedistas, Baterias de Artilharia de Campanha, Esquadrões de Polícia do Exército e finalmente, para a NRF 2014, um Esquadrão de Reconhecimento.

A missão de aprontar esta força foi atribuída ao Esquadrão de Reconhecimento (ERec) da Brigada de Intervenção (BrigInt), aquartelado no Regimento de Cavalaria nº 6 (RC6). Este artigo pretende rever de uma forma breve aquele que foi o processo de certificação internacional da força e apresentar as orientações gerais para a preparação e treino operacional da Recce Coy, durante o período de Stand by.

O Conceito de NRF

De acordo com o website oficial da NATO, uma NRF é "... a highly ready and technologically advanced force made up of land, air, sea and Special Forces components that the Alliance can deploy quickly wherever needed", por outras palavras, trata-se de uma força conjunta e combinada de elevada prontidão, capaz de assegurar uma resposta militar rápida a uma crise emergente de acordo com o NATO Crisis Management Process.

A NRF é uma força que pode ter um prazo de prontidão para projeção entre cinco a trinta dias, após ativação. É formada por uma componente aérea, terrestre, marítima e de operações especiais, bem como algumas capacidades ou funções específicas, nomeadamente uma componente Nuclear, Biológica, Química e Radiológica. As forças e as capacidades requeridas necessitam de um elevado nível de interoperabilidade, flexibilidade e treino intenso como força conjunta e combinada.

A Certificação Internacional da Força

O aprontamento da Recce Coy decorreu durante o ano de 2013 em conformidade com o "Desenho Operacional" (Figura 1) definido na diretiva da Brigada de Intervenção, que continha quatro principais linhas de operações e nove pontos decisivos a serem superados.

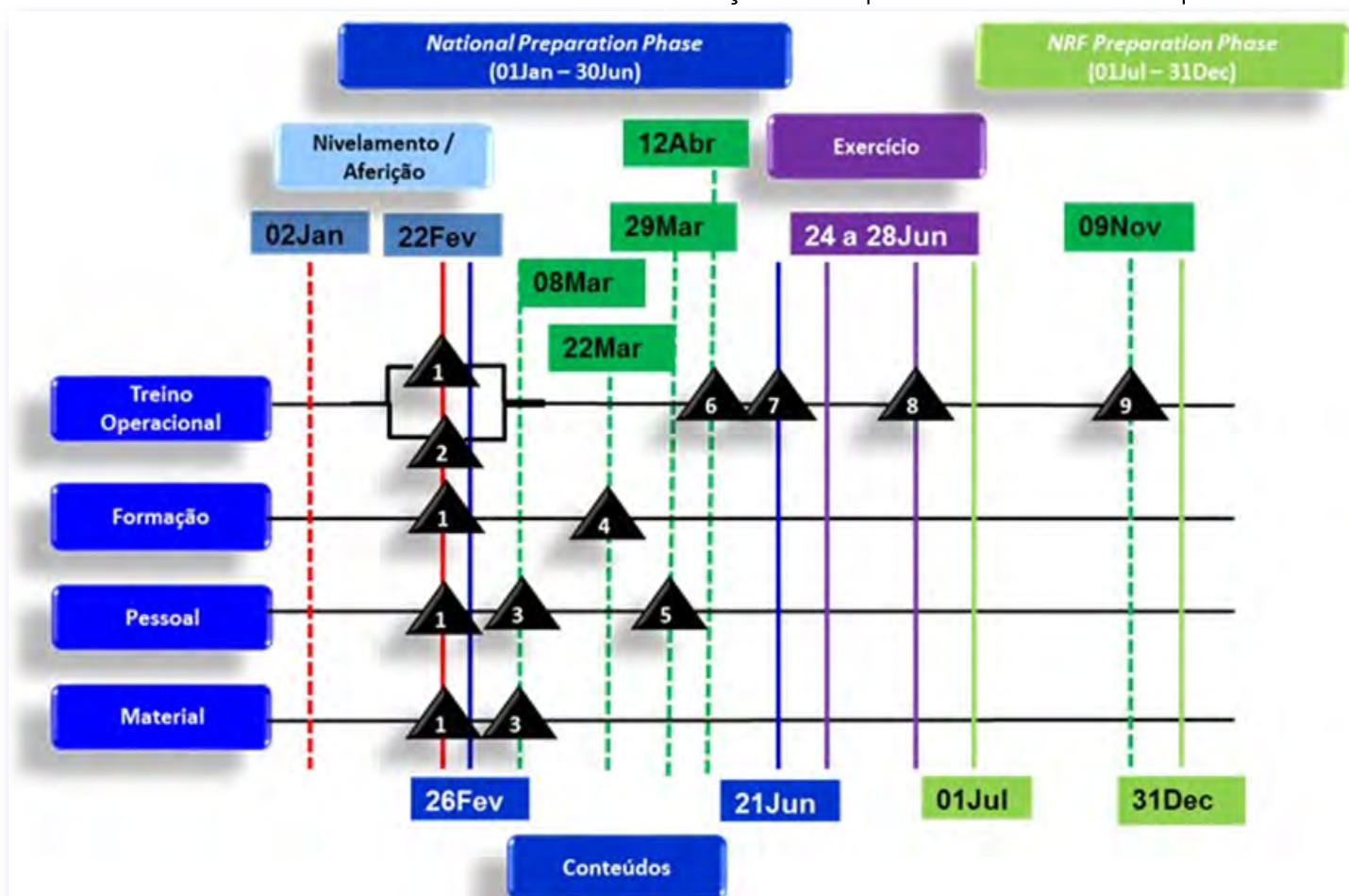


Figura 1 – Desenho operacional do Aprontamento da Recce Coy



O período de aprontamento da Força, já apresentado no número anterior desta revista, constituiu um desafio extraordinário para todos os militares da Recce Coy e teve um balanço final bastante positivo.

O Exército Português conseguiu apresentar junto da NATO no final desse período, uma força capaz, moderna e preparada para os conflitos da atualidade. A Recce Coy participou em sete exercícios no território nacional, tendo igualmente participado com uma célula de resposta no exercício de certificação internacional da NRF2014, denominado STEADFAST JAZZ 13 (STFJ13). Este exercício decorreu no período de 23 de Outubro a 10 de Novembro em Drawsko (Polónia) e Stavanger (Noruega) e constituiu o Exercício de Certificação Internacional da NRF 2014 como um todo.

A componente terrestre esteve concentrada na Polónia. Este exercício foi uma combinação de um Live Exercise (LIVEX), e de um Command Post Exercise (CPX).

A Recce Coy participou integrada na Brigada IRF (11ª BP – FRA) com uma célula de resposta, composta por quatro elementos: dois em Stavanger (Noruega) e dois em Drawsko (Polónia). O principal objetivo deste exercício era a certificação do Joint Force Command (JFC) Brumsum, responsável pelo comando da NRF2014 e, consequentemente, todas as forças pertencentes à NRF2014.

O exercício STFJ13 foi também pensado e realizado com o objetivo de testar e certificar outros elementos da NRF2014 cujo cenário permitiu às forças treinar para todas as possíveis missões que a NRF poderá enfrentar, tendo sido adicionados uma grande variedade de cenários ao exercício, incluindo missões humanitárias, de defesa cibernética, defesa antimísil, e as operações de defesa coletiva.

O exercício foi uma ótima experiência, não tanto em trabalho desenvolvido, mas pela participação num exercício de grande dimensão, com um cenário de Artigo V, que já não era treinado há vários anos, especialmente para os militares que se encontravam na Noruega, com a capacidade de visualizar o desenvolvimento das ações de todas as componentes no decorrer do conflito.

O exercício terminou com uma demonstração de poder de fogo de algumas forças que garantiram o LIVEX, com a presença de altos representantes da NATO, membros do corpo diplomático e observadores convidados da Rússia e da China.

O período de "Stand by"

O período de "Stand by" que decorre durante todo o ano de 2014, exige que a força mantenha os seus padrões de prontidão operacional, garantindo o desem-

penho das tarefas inerentes à missão que lhe for atribuída se a NRF for ativada.

Foram definidas 4 fases para o treino da força durante o período de "Stand by":

- Fase I (de 01Jan14 a 31Mar14): Treino operacional orientado para as Operações de Reconhecimento, Segurança e Operações Defensivas.
- Fase II (de 01Abr14 a 19Jul14): Treino operacional orientado para as Operações de Resposta a Crise (Capacidade CRC).
- Fase III (22Jul14 a 12Set14): Período de licenças e prevenção aos incêndios florestais de acordo com os planos do RC6.
- Fase IV (de 15Set14 a 31Dec14): Treino operacional orientado para as Operações de Segurança, Ofensivas e outras tarefas orientadas para as CRO.



Incluídas nestas fases, além da realização dos exercícios da série "Mercúrio", que visam otimizar o treino Operacional de escalão pelotão, bem como, exercitar o Comando e Secção de Comando e as restantes Secções orgânicas da Recce Coy, está prevista a execução de um programa de tiro de armamento individual e um programa de treino físico.

Durante o período de "Stand by", a Recce Coy já realizou entre os dias 21 e 28 de março de 2014, no Campo Militar de Santa Margarida, o exercício Mercúrio 141 que incluiu uma sessão de fogos reais com os sistemas de armas e um exercício tático.

Considerações finais

A preparação desta força e a manutenção da sua capacidade operacional tem sido uma experiência excepcional que tem auxiliado sobremaneira, a formação de jovens quadros enquadrados na sua estrutura.

O facto da Recce Coy ter sido a primeira subunidade da Componente Operacional do Exército a estar equipada com todas as versões das Viaturas Blindadas de Rodas PANDUR II 8X8 e o desafio que tem sido a exploração das capacidades dos rádios da família 525, tendo, neste âmbito, a Recce Coy sido pioneira no envio de ficheiros e imagens, são efetivamente "ferramentas" que motivam à realização de um trabalho cujo resultado todos exigimos que seja o melhor.

O planeamento e o desempenho das tarefas até agora realizadas, têm sido concorrentes com os objetivos exigidos a uma força desta natureza, deixando advinhar que assim continuarão a estar até ao final do período de "Stand by".

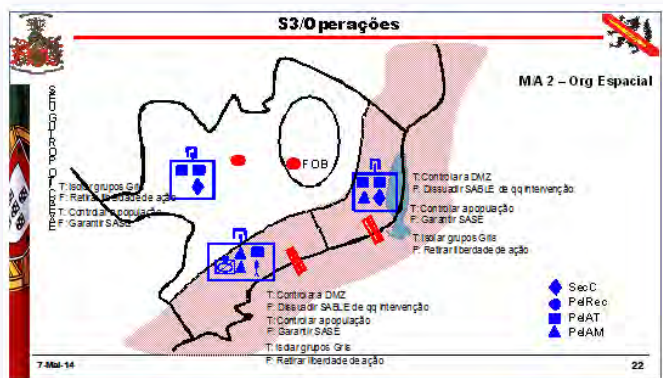


No contexto do ciclo de aprontamento e treino da Unidade de Manobra da Força Tarefa 1200 da BrigInt (Agr A/FT 1200), decorreu de 28 a 30Abr14, no R13, o Exercício de planeamento de operações “Júpiter 142 – MAPEX”. Participaram neste MAPEX, o Cmd/EM do 1BI, assim como todos os Cmd(s) das SubUnidades do Agr A, nomeadamente: 1Cat/1BI/BrigInt, 1Cat/2BI/BrigInt, 1EAM/GAM/BrigInt, CAC/1BI/BrigInt, CCS/1BI/BrigInt, e 1PeEng/CEng/BrigInt.

O “Júpiter 142” teve por finalidade desenvolver o treino do Processo de Planeamento de Operações, através do desenvolvimento de um plano flexível que permitisse a adaptação e o treino das Forças até à data do Exercício “Júpiter 14”.

No Hot Wash Up, que decorreu no final, foi unânime o reconhecimento da mais-valia que este exercício representou para a Audiência de Treino.

Para além da possibilidade de implementar a metodologia doutrinária para o planeamento de operações, foi também conduzido um planeamento colaborativo entre o Cmd do Agrupamento e os seus comandados subordinados, o que permitiu atingir todos os objetivos propostos.



Assim, durante o exercício, foram identificadas as tarefas a executar pelo Agr A/ FT1200, as limitações que a operação apresenta, definido um conceito para a operação, atribuídas forças para as tarefas a executar, determinado o dispositivo inicial a adotar pelo Agr A e definida a matriz de tarefas permanentes.

Foram ainda identificados os planos de contingência a elaborar futuramente e estruturada uma organização do Agrupamento para a operação com a definição inicial das necessidades em pessoal e sustentação logística.



O exercício constituiu-se ainda como uma oportunidade para agilizar procedimentos entre forças com diversas proveniências e organizar toda a estrutura de relatórios operacionais a implementar pelo Agrupamento em operações.



Ten Cav
João Lemos

A Recce Coy/NRF2014 realizou entre os dias 21 e 28 de março de 2014, no Campo Militar de Santa Margarida, um exercício da série Mercúrio materializado por uma sessão de fogos reais com os sistemas de armas e um exercício tático que envolveu uma Operação de Reconhecimento e uma Operação Defensiva, inserida na Operação Defensiva levada a cabo pelo escalão superior.



A força projetou-se do Regimento de Cavalaria Nº6 para a área de exercício em dois dias. No primeiro dia deslocou-se o Destacamento Avançado e no segundo dia, o grosso da força dividido em duas unidades de marcha. O Destacamento Avançado como tarefa principal preparou as instalações do Quartel da Pucariça para a receção do remanescente da força. O deslocamento nos dois dias decorreu sem quaisquer problemas.



Após a instalação, deu-se início à preparação da sessão de fogos reais, com especial atenção para os procedimentos de tiro e de segurança a serem adotados na carreira de tiro “A7 - D. Pedro”. Os procedimentos e a conduta do tiro foram definidos antes da projeção da força, tendo sido repetidos nos vários locais onde a sessão de fogos reais viria a ser efetuada. Com a finalidade de conferir realismo à sessão de tiro real, foi adotado um cenário que recriava uma situação específica, na qual um pelotão de reconhecimento, perante um inimigo com um potencial superior, tinha que efetuar uma rotura de combate, através de lanços para a retaguarda, efetuando fogo e movimento, apoiado por fogos indiretos realizados pela Secção de Morteiros Médios da Recce Coy.



transviados, avarias e várias situações de contacto com o inimigo.

Após algumas horas em que foram exercitadas as técnicas, táticas e procedimentos relativos missão de reconhecimento de zona, a força atingiu a região definida para ocupação da linha de vigilância, coincidindo com o período noturno. Durante a vigilância foi detetada e relatada a atividade das forças opositoras.

Esta ação foi executada por todos os pelotões que, para além da necessidade de executarem fogos, ajustarem os movimentos, tinham ainda a seu cargo o comando e controlo da respetiva manobra. O Comando da Recce Coy efetuou a supervisão de todo o treino, bem como o registo de resultados.



Com o nascer do dia o inimigo atacou as nossas posições e a Recce Coy recebeu ordem para efetuar uma rotura de contacto para retaguarda e efetuar uma passagem de linha pelas forças da Brigada que se encontravam em posições defensivas prontas para receber o inimigo. Depois da passagem de linha, a força ocupou uma Zona de Reunião e foi-lhe atribuída a missão de garantir a Segurança da Área da Retaguarda, contra ameaças de nível II. Durante este período, iniciou-se o planeamento para ocupação de uma posição de combate, manobra que viria a acontecer mais tarde.

Após a conclusão do exercício tático, foram efetuados trabalhos de limpeza dos equipamentos, armamento e viaturas. No dia seguinte a força regressou ao Regimento de Cavalaria Nº6, não tendo havido quaisquer incidentes durante o deslocamento.

Este exercício constituiu um marco importante no treino da Recce Coy, devido fundamentalmente às várias lições identificadas e à coesão gerada no cumprimento das tarefas atribuídas, bem como permitiu contribuir para a manutenção do nível de proficiência operacional obtido pela unidade aquando do processo de certificação no ano anterior, cuja exigência é decorrente da responsabilidade

Durante esta sessão foi também efetuado tiro de metralhadora pesada Browning 12.7 mm em quadripé, foram executados lançamentos de granadas de mão ofensivas e de instrução, assim como disparos com lança granadas HK 79 com munições explosivas e antipessoal.

O modelo adotado para esta sessão de fogos reais, após avaliação interna, permitiu concluir que foram atingidos os objetivos previamente definidos, tendo ainda sido cumpridos todos os procedimentos de tiro e de segurança planeados.

O exercício tático assentou num cenário fictício no qual a Recce Coy tinha a missão de efetuar reconhecimento de zona e de montar uma linha de vigilância. Durante o reconhecimento foram acontecendo vários incidentes relacionados com baixas,



de a Recce Coy se encontrar em período de stand-by para a NATO Response Force 2014.



Realizou-se, entre os dias 31 de Março e 3 de Abril do corrente Ano, no Campo Militar de Tiro de Alcochete, o Exercício Neptuno 141. Orienta-se para o terreno a componente técnica de tiro de Artilharia Antiaérea, mas também a componente tática da Bateria de Artilharia Antiaérea da Brigada de Intervenção (BtrAAA/BrigInt)

No Exercício Neptuno 141 estiveram empenhados os seguintes meios humanos e materiais: 50 militares (dos quais 40 relativos à TA), 2 viaturas táticas ligeiras, 3 viaturas táticas médias, 2 viaturas táticas pesadas, 4 viaturas pesadas de transporte de viaturas de lagartas



(utilizadas apenas para deslocamento administrativo), e 4 viaturas do sistema ligeiro Chaparral. A BtrAAA organizou-se constituindo uma secção de Comando, uma Secção de Operações e Informações, uma Secção de Reabastecimento, uma Secção Sanitária, uma Secção de Manutenção, uma Secção Rada PSTAR e um Pelotão Sistema Ligeiro Chaparral.

A BtrAAA organizou-se constituindo uma secção de Comando, uma Secção de Operações e Informações, uma Secção de Reabastecimento, uma Secção Sanitária, uma Secção de Manutenção, uma Secção Rada PSTAR e um Pelotão Sistema Ligeiro Chaparral. Fora da estrutura da Audiência Primária de Treino participou no Exercício a Força de Cenário constituída por oito militares cedidos por outras Baterias do Regimento. Da parte da estrutura de avaliação, esteve presente o Major de Artilharia Dias da Costa (do G7 do EM da BrigInt) e o Capitão de Artilharia António Almeida (Adjunto do Chefe da Secção de Operações Informações e Segurança do RAAA1).

O Exercício contou ainda com as preciosas visitas do Exmo MGen Aguiar Santos, Comandante da Brigada de Intervenção e Oficial Supervisor do Exercício (OSE); do Exmo Coronel de Artilharia Borges da Fonseca, Comandante do RAAA1 e Oficial Diretor do Exercício; e de mais alguns Oficiais do Regimento que foram dar o seu apoio, entre os quais o Tenente Coronel de Artilharia Peralta Patronilho, Comandante do Grupo de Artilharia Antiaérea.

De realçar os apoios prestados pela Direção do Campo Militar de Tiro de Alcochete, por meio da cedência do respetivo Campo para área de trabalho para o Exercício; pela Direção



Geral de Material do Exército, por meio da confeção da alimentação; e pelo Regimento de Transportes, por meio do empréstimo de tendas e de cedência de viaturas pesadas de transporte de sistemas de lagartas.

O Exercício Neptuno 141 decorreu perante condições meteorológicas muito difíceis, de tempo permanentemente chuvoso, obrigando a adaptações e maior nível de exigência, sendo que, não obstante isto, salienta-se a qualidade da área de Exercício escolhida e os seguintes objetivos alcançados: elevação da proficiência técnico-tática da BtrAAA; elevação da Moral e Disciplina, assim como reforço da ação da Cadeia de Comando; levantamento de lições identificadas e de contributos para a aferição das Normas de Execução Permanente da Bateria e para a elaboração do novo Manual da Bateria de Artilharia Antiaérea. Neste seguimento, os resultados alcançados consideram-se bastante positivos, dentro daquilo que seria espetável, dado o trabalho preparatório realizado.



Maj Inf
Dinis Duarte

O Regimento de Infantaria nº19 (RI19) planeou e conduziu o exercício "Medula 133", que decorreu de 02 a 06 de Dezembro de 2013, no RI19 e áreas adjacentes, com a participação de 24 militares (05 Oficiais e 19 sargentos) das Unidades Operacionais da Brigada de Intervenção.

Este exercício consistiu num exercício de nivelamento da técnica individual de combate com a finalidade de incrementar o conhecimento e desenvolvimento das diversas capacidades específicas e a interação entre os militares, perspectivando garantias de sucesso em operações futuras, sendo definidos como objetivos de treino a alcançar os seguintes:



1. Familiarizar os militares no domínio do REFE;

2. Qualificar os militares para executar, instruir e controlar a execução de tiro instintivo;



3. Aferir e nivelar os conhecimentos gerais e uniformizar os procedimentos técnicos e táticos na área da Técnica Individual de Combate;

4. Aferir e nivelar os conhecimentos gerais e uniformizar os procedimentos técnicos e táticos na área das Técnicas de Operações de Combate;



5. Nivelar os conhecimentos da instrução de combate em áreas edificadas;

6. Aferir e nivelar os conhecimentos gerais e uniformizar os procedimentos técnicos e táticos em ambiente noturno;

7. Confirmação das matérias ministradas, através de Pistas de Avaliação;



8. Familiarizar os militares com os obstáculos de decisão, testando e aperfeiçoando as diversas técnicas de transposição de obstáculos.

Os exercícios "Medula" são assim, um excelente meio para desenvolver e uniformizar as competências individuais e coletivas, contribuindo para elevar a proficiência das unidades da Brigada de Intervenção e reforçar o espírito de coesão e camaradagem entre os militares.



Em 15Abr14, o 1º Batalhão de Infantaria da Brigada de Intervenção (1BI/BrigInt) organizou uma atividade de treino em técnicas de montanhismo e transposição de obstáculos, dada sua natureza "radical" e motivacional, se constituiu uma atividade no âmbito do plano de moral e bem-estar de todos os militares do Regimento de Infantaria 13.

Tendo por objetivos o desenvolvimento de técnicas de montanhismo e o convívio e incremento da coesão dos militares do Regimento, a atividade desenvolveu-se no Centro de Instrução e Treino Operacional (CITOFA) e no



Vale do Corgo, durante todo o dia. A "operação" consistiu na execução de um percurso de técnicas de transposição junto ao rio Corgo e, a meio da atividade, num almoço ao ar livre, tipo "churrasco", no CITOFA da "Fraga da Almotolia". O percurso apoiado no lindíssimo cenário do rio Corgo teve por estações: o "slide"; o "teleférico"; a "ventral"; a escalada; o "rapel"; a "funicular" e as "paralelas verticais" de uma para outra margem do rio, sendo de realçar o excelente aproveitamento dos obstáculos naturais e a segurança com que as estações estavam montadas e foram operadas.



No CITOFA estava organizada toda a estrutura de apoio ao almoço, na qual não faltou um mini-bar e música ambiente para "acompanhar" o dia de sol "radiante" que se fez sentir.

Participaram nesta "operação" todos os militares do Regimento, quer na qualidade de executantes, operadores ou no apoio, sendo notória a boa disposição, o convívio e o incremento da capacidade técnica dos militares neste tipo de atividade, no que se pode considerar um sucesso face aos objetivos fixados para esta atividade que pretendeu conjugar os aspetos operacionais com o desenvolvimento da coesão e do moral e bem-estar.

Decorreu na região de Vila Real, de 24 a 28 de Março de 2014, o Exercício do 1º Batalhão de Infantaria (1BI), "JÚPITER 144". Este foi o quarto exercício da série "JÚPITER", para o ciclo de treino 2013/14, visando a integração das forças do 1BI na Força de Tarefa 1200 (FT1200) da Brigada de Intervenção (BrigInt), para 2014.

Tendo como enquadramento a orientação do Cmd da BrigInt decorrente do Exercício MAPEX 14, com este exercício pretendeu-se avaliar as capacidades tácticas, dos PelAt e PelApComb, no âmbito das suas tarefas críticas, em que os respetivos comandantes exercitassem o planeamento, comando e execução das tarefas em contexto de avaliação.

Neste âmbito definiram-se como objetivos para este exercício:



- Avaliar as Unidades de Escalão Pelotão na execução de tarefas de acordo com a sua missão primária;
- Consolidar o nível de técnica individual de combate dos militares e do escalão Seção;
- Treinar e avaliar as tarefas dos Pelotões da CAC;
- Desenvolver e testar as tarefas do PelAt, integrando a plataforma Pandur;
- Operar equipamentos e praticar tarefas técnicas da guarnição da VBR "PANDUR II";
- Praticar a condução diurna e noturna com a viatura PANDUR ao escalão Pelotão;
- Exercitar e validar a utilização de comunicações tácticas durante o exercício;
- Praticar e desenvolver as capacidades de planeamento, comando e controlo, da CCS na execução de Apoio de Serviços em campanha.

O exercício "JÚPITER 144" terminou na madrugada do dia 28Mar14 com a realização de uma MARFOR ao Santuário da Nossa Senhora da Pena, visando o desenvolvimento da coesão e da sua componente física do 1BI.

O Exercício "JÚPITER 144" decorreu de acordo com o planeamento executado, tendo os seus objetivos sido plenamente atingidos. Destaca-se o esforço efetuado no desenvolvimento das diversas tarefas através da integração da plataforma Pandur com o elemento apeado, potenciando desta forma a mais-valia que a viatura representa para a condução das operações.



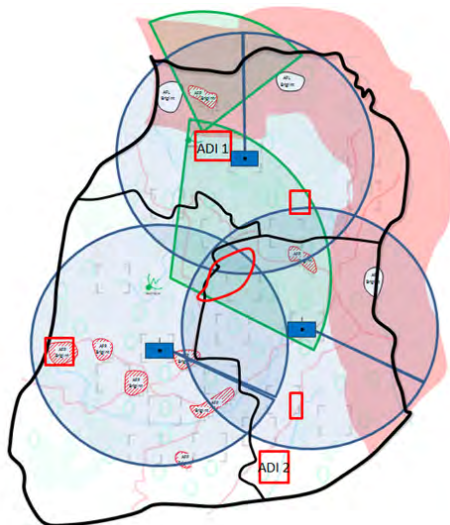
EXERCÍCIO MAPEX 14

Decorreu de 11 a 13 de Março de 2014, na Brigada de Intervenção em Coimbra o Exercício MAPEX/Dragão 14 (Map Exercise).

O exercício juntou o EM/BrigInt e *augmentees*, Agr FT1200 (Força Tarefa), GAM, GAC, 2BI, BAPSVç, ERec, BAAA, CEng, CTm e CCS, com os seus comandantes e uma célula de resposta.



Esta atividade de treino, inserida no processo de planeamento do Exercício Dragão 14, teve como finalidade desenvolver, de uma forma integrada e colaborativa, os Planos de Operações da Brigada e subunidades.



Durante o exercício foi desenvolvido o Processo de Decisão Militar até ao Brí핑ue da Decisão. O GAC após a Receção da Missão trabalhou a Análise da Missão de onde resultaram produtos, como o transparente de obstáculos combinado, o quadro do potencial relativo de combate, a lista de objetivos protegidos e lista de objetivos de elevado valor. Concluído o passo dois, foram levantadas diversas modalidades de ação com vista a apoiar com fogos de Artilharia de Campanha a ação da BrigInt e foi apresentada ao Cmdt da BrigInt a proposta coordenada do Estado-Maior no Brí핑ue da Decisão.

Este exercício permitiu testar a organização do Posto de Comando da BrigInt por funções de combate, assim como o planeamento colaborativo entre a BrigInt e as suas unidades, entre as quais, o GAC155.

EXERCÍCIO DE MANOBRAS DE FORÇA



Decorreu no dia 09 de Abril de 2014, o exercício "Manobras de Força 141", no Polo Permanente do Prédio Militar 001 em Vendas Novas, que contou com a participação dos condutores da Unidade e Chefes de Viatura.

A formação foi ministrada pelo 1Sarg António, mecânico da unidade com a finalidade de habilitar os condutores com os conhecimentos necessários para operar os guinchos das viaturas e para substituir uma roda de viaturas pesadas.



Durante o exercício os militares tiveram oportunidade de operar o guincho de diversas viaturas, pondo em prática os procedimentos de segurança que o manuseamento deste equipamento exige, identificaram as capacidades dos guinchos, assim como, procedimentos e princípios básicos para recuperar viaturas. Por último foi focada a importância e requisitos de manutenção e como enrolar corretamente o cabo do guincho no tambor.



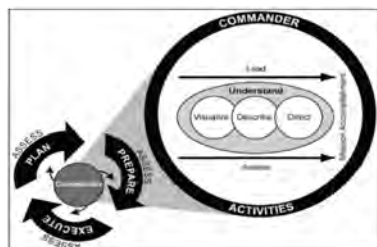
Na substituição da roda de uma viatura pesada os militares treinaram os procedimentos para elevar a viatura em segurança e puderam sentir a dificuldade que é retirar e colocar a roda de uma viatura pesada.

Este exercício permitiu corrigir falhas de procedimento que se vinham a verificar e preparar os condutores, para dificuldades que poderão encontrar em exercícios operacionais.

**"AS FUNÇÕES DE COMBATE – PRIMEIRAS LIÇÕES IDENTIFICADAS"**

Maj Inf
Paulo Roxo

"The Army's framework for exercising mission command is the operations process — the major mission command activities performed during operations: planning, preparing, executing and continuously assessing the operation."
(ADRP 5-0, 2012: 1-2).

**Introdução**

Nos artigos anteriores sobre esta temática, apresentamos um conjunto de considerações teóricas e conceituais, nos

quais orientamos a nossa análise nas implicações das funções de combate ao nível processual e organizacional.

Inicialmente revisitamos o estado da arte, do ponto de vista da organização de postos de comando e, genericamente, do processo de planeamento. Posteriormente apresentamos um estudo de caso sobre a BrigInt, na vertente organizacional das suas unidades e do comando e estado-maior. No artigo anterior abordamos as implicações no processo operacional, onde demos particular enfoque aos processos integrados e à visualização.

Neste artigo iremos apresentar algumas conclusões sobre a temática das funções de combate, resultantes da comparação de evidências concretas em situação de exercício na forma de Command Post Exercise e Exercise Study, com o estudo de caso da BrigInt apresentado anteriormente.

Análise

Após a realização de um conjunto de reflexões internas sobre esta temática, promovemos algumas iniciativas com o objetivo de testar e validar a abordagem teórica descrita anteriormente. Destacamos um seminário que ocorreu em novembro de 2013 no comando da BrigInt, com a participação das restantes Brigadas (em VTC) e a colaboração de dois oficiais superiores do IESM.

Realizamos um Battle Staff Training em janeiro deste ano, no qual organizamos o posto de comando da BrigInt por funções de combate e desenvolvemos um planeamento avançado conducente à elaboração de um plano de contingência para uma operação defensiva.

Em março do presente ano conduzimos o MAPEX DRAGÃO 14, no qual, em planeamento de resposta a crise (evolução de um cenário de crise em tempo

real, portanto) e de forma colaborativa com células de resposta das subunidades da BrigInt, elaboramos o plano de operações para uma missão de imposição de paz, de um tema de campanha de operações de paz (cenário base para o DRAGÃO 14 e exercícios setoriais da BrigInt), com possibilidade de evoluir para guerra irregular. A abordagem e conceção operacional efetuada permite executar operações de estabilização, operações defensivas, assim como tarefas ofensivas, conforme necessário.

Assim, podemos considerar que na célula funcional "comando-missão", a área das atividades de informação e influência (AI) não pode ser atribuída ao Of Adj do G3, pois, este assume funções de chefe da célula de "movimento e manobra". As AI poderão ser atribuídas ao G7 ou a elemento(s) externos (dos órgãos de base).

Por vezes o G9 acumula com as Relações Públicas, por questões de falta de pessoal e em situação de guarnição.

Tal situação não é desejável, podendo ser atribuído o G9 a elementos externos (por exemplo da CompGerCIMIC se esta for atribuída à BrigInt, como um todo ou em parte), mantendo as Relações Públicas com os elementos do G9 permanentes.

A célula de "movimento e manobra", núcleo da célula integradora "operações correntes" e constituída à base do G3, deve ser chefiada pelo Of Adj do G3 e não pelo chefe da célula de apoio à manobra (Of superior a prover pelo CFT). Deve ser integrado um Elemento de Engenharia, para a área da mobilidade e contramobilidade, desejavelmente oriundo dos órgãos de base (e.g. RE3).

A célula de "informações", constituída pelo G2, é manifestamente insuficiente se apenas integrar os elementos previstos em QO. Desejavelmente deve ser reforçada por uma Equipa de Análise e por uma Equipa de Contrainformação e Segurança.

A Equipa de Análise, chefiada por um Capitão, deve ter valências OSINT, IMINT (elementos dedicados para rentabilizar sistemas informáticos de apoio cartográfico como o PC Map ou SIGOpMil, por exemplo) e poderá ter valências HUMINT, caso a Brigada seja reforçada com Equipas de Operadores HUMINT.

O Chefe da célula de "fogos" é o Cmdt do GAC, embora na prática quem executa essas funções é o seu Adjunto (OAF da Brigada, oriundo do GAC), que acumula com chefe do Elemento de Fogos e Efeitos e chefe do Targeting e Contra-Bateria, garantido assim a total integração dos fogos.

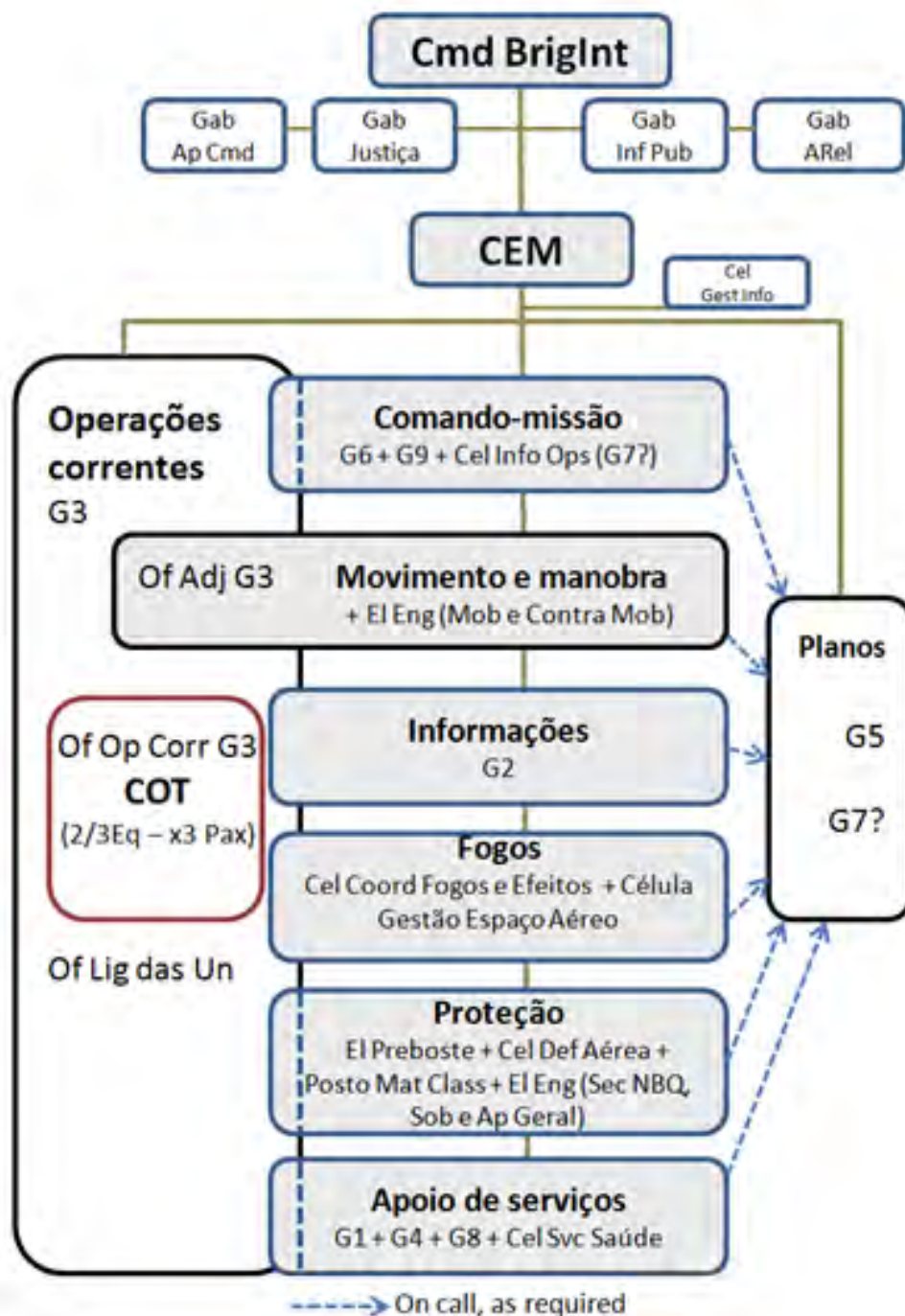


funções, conforme previsto no QO.

Por outro lado, de forma a rentabilizar os meios humanos disponíveis, os elementos previstos para integrar a Secção NBQ (um Oficial e um Sargento) deverão acumular funções como Elemento de Engenharia (Sobrevivência e Apoio Geral). O chefe da célula poderá ser o Oficial Preboste que acumulará como Oficial de Proteção da Força da Brigada.

Na célula de “apoio de serviços” a Secretaria de Manutenção, a Secretaria de Reabastecimento e Transportes e a Secção de Munições do BApSvc, devem trabalhar junto do G4. Sempre que a situação assim o exigir, o Oficial de Transportes deverá ser destacado para o Centro de Operações Tático (COT).

Sobre a implementação do COT, que se individualizará a partir da célula de operações correntes, o seu levantamento e implementação provocará evidentes lacunas de manning, se nos restringirmos aos quadros e cargos previstos nos QO aprovados. Antecipadamente identifica-se a necessidade de dotar aquele centro de operações com o pessoal que permita a rotação de turnos que viabilizem o seu funcionamento durante 24 horas e por dias sucessivos.



Consideramos que estes cargos deverão ser distintos e provir dos órgãos de base (i.e. RA5), à semelhança do Adj do Elemento de Targeting que pode representar a célula de “fogos” na célula integradora “operações correntes”. No processo de Targeting é necessário prever mais um Sargento para além do Oficial já contemplado em QO.

O Oficial de Apoio Aéreo, juntamente com um Sargento a nomear para o efeito, constituem a Célula de Gestão do Espaço Aéreo e podem integrar a célula de “operações correntes” no Posto de Comando Tático.

Na célula de “proteção” deve ser nomeado um Oficial da BtrAAA, ou do GAAA das FApGer, para ser o Oficial de Defesa Aérea e libertar o Cmdt da Bateria dessas

Conclusões

Neste artigo apresentámos algumas lições identificadas das funções de combate no âmbito do processo operacional. No entanto, excluímos os aspetos relativos à gestão operacional, nomeadamente a execução e a avaliação das operações, pelo facto de não termos tido a oportunidade de os validar em contexto adequado.

Brevemente, pelo menos durante o exercício DRAGÃO 14, pretendemos estabelecer uma dinâmica que permita concretizar um Battle Rhythm suficientemente abrangente para testar o empenhamento e as solicitações necessárias para os diferentes grupos de trabalho e os processos integrados, doutrinariamente definidos e apresentados no artigo anterior.



TCor Cav
Jorge Ferreira

Este assunto tem grande interesse e atualidade porquanto, por um lado, se encontra em fase de aprovação o “novo” Sistema de Forças Nacional no qual constará previsivelmente um Grupo de Reconhecimento (GRec).

Por outro lado, desde finais de 2013 que no RC6 vêm sendo conduzidos estudos exploratórios tendo em vista a possibilidade da redefinição dos encargos operacionais do RC6, com a possibilidade de levantamento de um encargo do tipo GRec.

Escalão de Reconhecimento

A constituição de uma unidade do tipo GRec deverá assentar num conjunto de pressupostos que previsivelmente orientarão, não apenas a sua constituição organizativa, mas também o conjunto de capacidades que não deverão ser esquecidas. Elencam-se seguidamente os pressupostos que nos parecem dever nortear o levantamento do GRec:

O GRec deve ser uma unidade capaz de:

- Conduzir operações em proveito de uma brigada mecanizada, essencialmente no âmbito das **Operações de Reconhecimento & Segurança**, sendo também capaz de conduzir **Operações** Ofensivas e Defensivas **em economia de forças**.

- Participar no esforço do Exército de preparação/projeção de Forças Nacionais Destacadas (FND) de manobra, até ao escalão batalhão.

- Garantir a Instrução, Treino e Doutrina de Reconhecimento & Segurança no âmbito do Pólo de Formação da Escola das Armas (EA).

- Cumulativamente, garantir o **know-how** no âmbito da Instrução, Treino e Doutrina das Autometralhadoras.

A constituição de um GRec vem mudar o paradigma do reconhecimento no Exército Português, uma vez que as três Brigadas contemplam na sua estrutura organizacional um Esquadrão de Reconhecimento, organizado de forma similar, mas cada um deles equipado de forma diferenciada. Contudo uma grande parte dos Exércitos, que nos pode servir como referência, apresenta um GRec na estrutura orgânica das suas brigadas, devido:

- À maior complexidade do Espaço de Batalha atribuído a uma brigada.

- A uma maior dimensão da Área de Responsabilidade.

- A um aumento na dimensão da Área de Operações.

De acordo com os dados disponíveis, no Exército Americano a Brigade Combat Team (BCT) 2020 continuará a dispor de um Grupo de Reconhecimento, contudo procura-se reorganizar as unidades de reconhecimento, constituindo pelotões similares nos vários Grupos, e regressando ao emprego das Unidades de Reconhecimento nas suas tarefas primárias (e não como terceira unidade de manobra como tem acontecido frequentemente por parte de algumas das BCT empenhadas em

Operações). A adição do 3º batalhão de manobra, como parte da reestruturação anunciada a 25Jun13, pelo Gen Ray Odierno (Chief of Staff of the US Army), permitirá ao GRec voltar a dedicar-se às suas tarefas primárias (reconhecimento e segurança).

Corpo Doutrinário

A consideração de que as unidades de reconhecimento fazem parte da função de combate “movimento e manobra” - ou são forças de combate - é transversal na doutrina analisada (seja na doutrina da OTAN, Exército Britânico, Canadiano ou Italiano (ou então são consideradas como forças de combate/manobra).

O atual corpo doutrinário americano insere o reconhecimento como parte da função **“movimento e manobra”**, colaborando com a função **“informações”**, através do Information Collection. Com a publicação do ADP 3-0 e subsequente ADRP 3-0, a condução de tarefas de reconhecimento e vigilância passa a ser explicitamente listada nas tarefas da função **“movimento e manobra”**, contrariamente ao que sucedia na edição de 2008 (com a atualização de 2011) do FM 3-0 Operations.

Em Portugal, com a aprovação do PDE 3-0 Operações, em abril de 2012, “começou” a discussão se o Reconhecimento seria um dos “sistemas” da Função de Combate “Informações” ou da Função de Combate “Movimento e Manobra”. O PDE 3-0 considera que a função de combate informações inclui as “tarefas associadas à vigilância e ao reconhecimento”, classificando o “Reconhecimento” e a “Segurança” como “Tarefas de transição”. A sistematização apresentada para as funções de combate parece basear-se na tradução/adaptação do FM 3-0 (de 2008 com as alterações 2011), que como vimos nos parágrafos anteriores mudaram o racional em relação ao Reconhecimento com a publicação do ADRP 3-0 e FM 3-55 **Information Collection**. As atividades relacionadas com a função de combate “Informações”, ou seja, em proveito da “Information Collection”, não são exclusivas das unidades de reconhecimento, embora estas sejam um meio considerado chave no processo das informações em campanha.

O corpo doutrinário nacional no âmbito do Reconhecimento baseia-se na Doutrina Americana, que assenta no FM 3-20.96 **Reconnaissance Squadron** de 2010. Na atualização desse manual americano, de 2006 para 2010, há uma mudança do paradigma do reconhecimento, sendo reintroduzidas as operações ofensivas e defensivas em **economia de forças**. Assim, As tarefas operacionais primárias das unidades de reconhecimento encontram-se ao nível das **Operações de Reconhecimento e de Segurança**, podendo ainda de acordo com os fatores de decisão e/ou se reforçadas, ser empregues em **Operações Ofensivas e Defensivas em Economia de Forças**. Estas mudanças na doutrina americana iniciaram-se me 2010, com a publicação do “The United States Army Functional Concept for Movement and Maneuver 2016-2018”, que preconiza por exemplo que as BCT terão ter Batalhões de Ma-



nobra e um GRec e que “as futuras BCT requerem capacidades para garantir uma manobra efetiva e para permitir ao GRec focar-se no Reconhecimento e Segurança para permitir ao Comandante manobrar à vontade, explorar rapidamente o sucesso e garantir flexibilidade” (pag 44).

Porque nos parece esclarecedor para o tema em apreço segue-se a transcrição de alguns extratos do TRADOC Pam 523-3-6 (negrito e sublinhado da nossa responsabilidade):

*“Essential to combined arms maneuver and wide area security is **continuous reconnaissance** to gather information upon which commander’s base plans, decisions, and orders. Commanders direct reconnaissance operations to determine the size, composition, location, and direction of movement of the enemy. Commanders also use reconnaissance forces to gain knowledge of routes, terrain, infrastructure, and people in their areas of operations.*

*Reconnaissance forces operate as necessary in an economy of force role independent of, and in the terrain between, friendly units in both contiguous and noncontiguous areas of operation. In this context, it is important to emphasize the distinction **between the warfighting function of intelligence, the tactical task of surveillance, and the various forms of reconnaissance operations.** The recognition of the difference between these terms stands in contrast to conventional wisdom which amalgamates the terms using the acronym ISR, thereby stripping each of its unique meaning. **Effective reconnaissance requires the ability to fight for information** in close contact with populations and enemies, constant vigilance, and available reserves to reinforce units once they gain contact with the enemy”* (pag. 17 e 18).

“[BCT] also require reconnaissance formations with additional combat power to gain and maintain contact with

the enemy, fight for information, and conduct wide area security” (pag 18).

Independentemente da função de combate em que se inserir, o reconhecimento, a segurança e as operações em economia de força têm sido e previsivelmente manter-se-ão como as missões primárias das unidades de reconhecimento.

O reconhecimento fornece ao comandante as informações sobre o inimigo, a trafegabilidade, os locais de ultrapassagem de obstáculos, as áreas contaminadas, a atitude da população local, em resumo, tudo o que possa influenciar o combate futuro ou imediato.

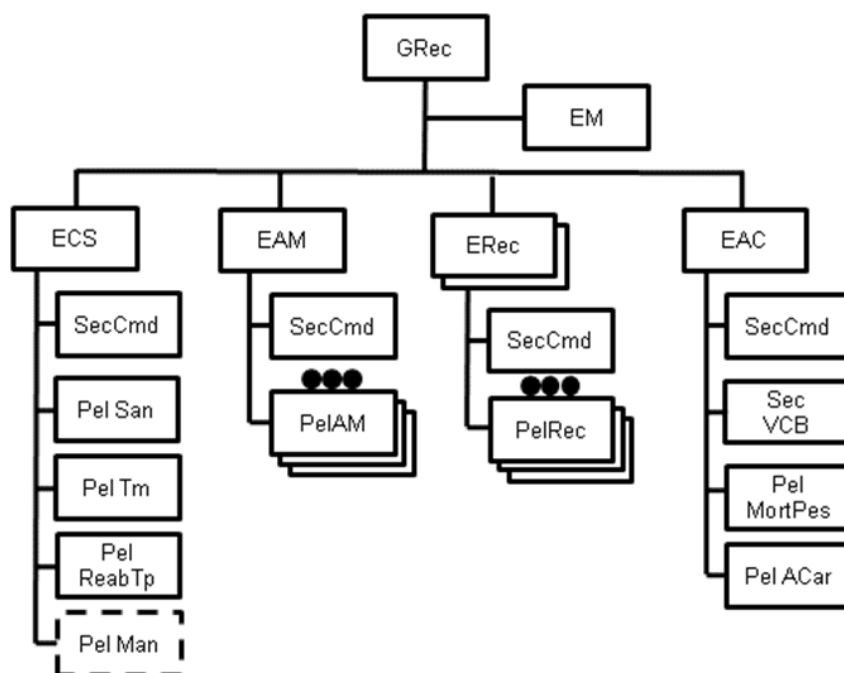
A segurança garante a um comandante a proteção da força contra as interferências, a observação, a espionagem e a sabotagem por parte do inimigo, evitando a surpresa, garantindo a liberdade de ação, preservando o segredo, o pessoal, as instalações e os materiais. As operações em economia de forças permitem ao comandante, através da distribuição judiciosa do potencial de combate disponível, obter um potencial de combate adequado no ponto onde procura a decisão.

Organização do GRec

De acordo com os estudos exploratórios efetuados no RC6, a organização proposta para o GRec foi a que se ilustra na Figura 1. **Comando e Estado-Maior** organizado segundo o racional atual das UEB. Contudo, considera-se essencial que em operações, o efetivo das células de informações e de operações seja incrementado. Este aumento é garantido à custa do Comando do EAC (em acumulação de funções), sem aumentar o número total de efetivos da unidade.

Cada **Esquadrão de Reconhecimento (ERec)** é cons-

Figura 1 - Proposta para o GRec





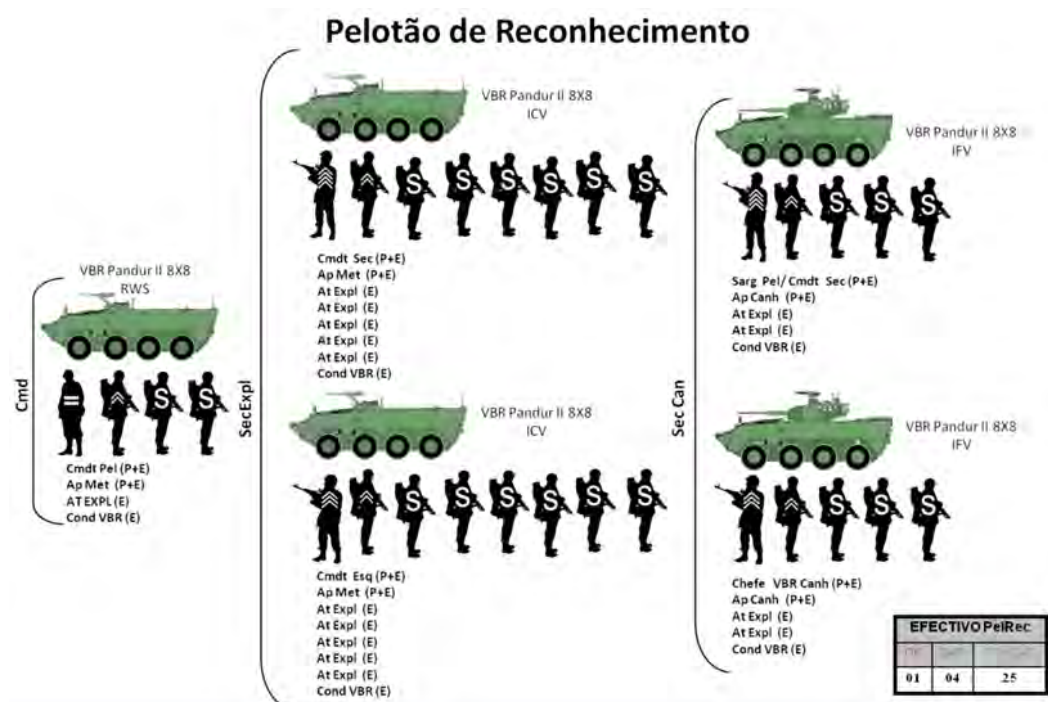
tituído por Comando e Secção de Comando e Três Pelotões de Reconhecimento, cada um constituído a 5 VBR PANDUR e um efetivo desejável de 30 militares. Esta reorganização dos ERec resulta da experiência do ERec/NRF14 e vai no sentido da previsível alteração dos pelotões de reconhecimento americanos (embora com efetivo em pessoal e material mais reduzido). Os pelotões de reconhecimento passam a ficar com a organização e constituição que se propõe na figura 2.

O Esquadrão de Autometralhadoras (EAM) é cons-

tituído por Comando e Secção de Comando, Secção de VCB, Pelotão Anticarro (PelACar) e Pelotão de Morteiros (PelMort). No EAC não se consideram os UAV como orgânicos, por se considerar que esta capacidade, fazendo parte do Agrupamento ISTAR, será atribuída consoante as necessidades.

O Esquadrão de Comando e Serviços (ECS) é constituído por Comando e Secção de Comando, Pelotão de Transmissões, Pelotão Sanitário (PelSan) – de acordo com

Figura 2 - Proposta para a constituição dos Pelotões de Reconhecimento



tituído por Comando e Secção de Comando e três Pelotões de Autometralhadoras, cada um constituído a 4 AM e um efetivo de 20 militares, conforme se propõe na Figura 3.

O Esquadrão de Apoio de Combate (EAC) é consti-

o Conceito de Apoio Sanitário em vigor no Exército, Pelotão de Reabastecimento e Transportes (PelReabTpt) e Pelotão de Manutenção – de acordo com o conceito de Manutenção em vigor no Exército.

Figura 3 - Proposta de Pelotão de Autometralhadoras





Recursos

O RC6 através dos seus encargos operacionais tem atualmente **condições** que garantem o levantamento de um GRec, existindo capacidade em meios humanos e materiais para garantir a **Instrução, Treino e Doutrina de Reconhecimento & Segurança** e a formação no âmbito das viaturas blindadas CHAIME V200 e AM CADILLAC CAGE V150.

Para além dos sistemas VBR PANDUR 8X8 há também a disponibilidade de sistemas de armas de Mort 81, em viatura blindada (que permite a constituição de um Pelotão de Morteiros), e plataformas blindadas de tiro direto (AM CADILLAC CAGE V150), ainda com algum tempo de vida útil e cujo número permite manter um Esquadrão de Autometralhadoras.

Na Figura 4 apresentam-se as principais viaturas blindadas disponíveis no RC6 para integrar o GRec.

Figura 4 - Viaturas Blindadas existentes no RC6



Síntese Conclusiva

As referências doutrinárias apontam para forças de reconhecimento de maior escalão e com mais capacidades,

estando a ser dotadas de mais meios cinéticos e não cinéticos, pelo que o escalão a adotar, ao escalão brigada mecanizada, deverá ser o de Grupo de Reconhecimento.

A existência de um GRec, ao nível das brigadas mecanizadas, permite a execução, entre outras, das Operações de Reconhecimento & Segurança.

O reconhecimento é uma atividade realizada para obter informações sobre as atividades de um inimigo, ou outro adversário, terreno e condições ambientais e da população indígena de uma determinada área.

As unidades de Reconhecimento devem ainda prover segurança à GU onde se integram e, de acordo com os fatores de decisão e/ou se reforçadas, podem ainda ser empregues em operações ofensivas e defensivas em economia de forças. No moderno espectro das operações militares, as unidades de reconhecimento poderão, adicionalmente, ser empregues em operações de estabilização e outras

A existência de um EAM permite simultaneamente fazer face aos seguintes desideratos:

Dotar o GRec de potencial de combate adicional que lhe garante a capacidade de combater pela informação utilizando para o efeito um sistema de armas existente e ainda dotado de tempo de vida útil.

Levantamento do terceiro Esquadrão que permite manter em aberto escolhas futuras, isto é: opção por um novo sistema de armas tipo autometralhadoras através da inscrição do respetivo programa na LPM; ou opção pelo levantamento de um terceiro ERec, abandonando definitivamente o emprego de autometralhadoras no Exército Português.

Garantia da manutenção de uma "escola" de emprego de autometralhadoras obtendo, simultaneamente, grandes proveitos operacionais.

Aguarda-se com expectativa a decisão superior a fim de se iniciarem os trabalhos para o levantamento do GRec, missão que será abraçada com enorme entusiasmo pelos Dragões D'Entre Douro e Minho.

Avante para a Glória!

1- É o caso, entre outros, dos Exércitos Americano, Dinamarquês, Italiano, Alemão, Espanhol (em algumas Brigadas), Australiano (nas Brigadas Mecanizadas), Britânico, Canadano, Neozelandês - dados obtidos da publicação Military Balance 2013, sites oficiais dos exércitos mencionados e revistas da especialidade.

2- Brigade Combat Team 2020, LTC Robert W. Lamont, Armor magazine, April-May June 2012, Vol CXXI, nº 2, pag 22 a 27, HQ Department of the Army. Disponível online em www.benningarmy.mil/armor/armormagazine.

3- IBCT 2020 - Improving Combat Readiness, maneuver warfighting conference, Fort Benning, 10/09/2013, disponível online em www.benningarmy.mil.

4- Ver por exemplo o artigo do Maj Irvin W. Oliver - Cavalry in the Future Fight, publicado na revista Armor - January-March 2013, pag 19 a 22.

5- Ver conferência de imprensa do Chief of Staff of the Army [US Army] Gen Ray Odierno - CSA Press Conference on Army Force Structure Reduction (As delivered - Includes Q&A) by Chief

of Staff of the Army Gen Ray Odierno, on June 25, 2013 - Disponível online em www.army.mil, acedido em 26Abr14.

6- Allied Land Tactics, ATP 3.2.1, Novog, NATO Standardization Agency (ver por exemplo as páginas 2-26, 2-30 e 5-7).

7- Land Operations, B-GL-300-001/FP-001, Canada Land Force, 01Jan2008.

8- Impiego del Reggimento di Cavalleria Esplorante, Ispettorato Delle Armi dell'Esercito, Esercito Italiano, 1999.

9- Information Collection, FM 3-55, HQ Department of the Army, Washington DC, May13.

10- Unified Land Operation, ADP 3-0, HQ Department of the Army, Washington DC, Oct11.

11- "[...] the fundamental role of the squadron is conducting reconnaissance or security missions in support of its higher headquarters [...]. [...] Depending on the mission variables of METT-TC [...] reconnaissance squadrons and the ACR cavalry squadron can perform offensive or defensive operations in an economy of force role" (Reconnaissance and Cavalry Squadron, FM 3-20.96, March 2010, HQ Department of the Army, Washington DC, 12Mar10, pag 1-3/4).

12- The United States Army Functional Concept for Movement and Maneuver 2016 - 2018, TRADOC Pamphlet 523-3-6, 13 October 2010, HQ United States Army, Fort Monroe, Virginia
Apontamento de 20Nov13 do RC6 - Sistema de Forças - Grupo de Reconhecimento & Nota nº 13 Pº 30.425 de 15Jan14 da SOIS/RC6 - Reavaliação da distribuição das VBR 8x8 PANDUR na Brigada de Intervenção.



Cap Art

Alexandre Casinha

Enquadramento Inicial Genérico

Numa altura em que o tipo e natureza das missões cometidas ao Exército, e em particular à Brigada de Intervenção (Bri- gInt), são cada vez mais diversas em termos de tarefas, nível de exigência, requisitos, meio ambiente e finalidade, o conceito de emprego modular torna-se cada vez mais importante. Embora, o molde da organização e versatilidade de emprego deva manter-se, consideramos que devem ser aperfeiçoadas a flexibilidade e versatilidade de emprego. Neste contexto, o emprego modular, conjugado, integrado e combinado de forma harmoniosa, permite constituir “Forças Tarefa” que se apresentam como a solução que melhor aparenta responder à variabilidade de missões que se pretendem cumprir.

Por este motivo, o presente artigo não pretende unicamente demonstrar uma reflexão sobre o contributo convencional da Bateria de Artilharia Antiaérea (BtrAAA) à capacidade operacional da Brigada de Intervenção; pretende, sobretudo, considerar todas as valências que a Artilharia Antiaérea poderá disponibilizar em prol das diversas missões cometidas à Brigada.

1ª PARTE

1. Delimitação e enquadramento do conceito Capacidade Operacional em contexto militar

Quando recorremos ao dicionário da Língua Portuguesa, o termo ‘operação’ aparece-nos associado às seguintes definições: “ação de um poder ou faculdade; ato de operar; execução metódica e sistemática; manobra”.

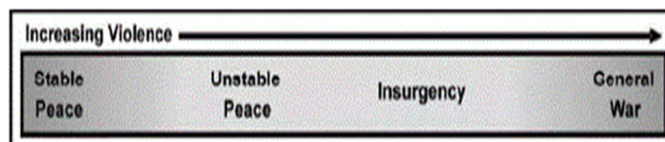
Por sua vez, para o termo ‘operar’ surgem as seguintes definições: “realizar, produzir, efetuar manobras e movimentos militares, produzir ou ter um determinado efeito; colocar em funcionamento um sistema; ato de um agente produzir um efeito; complexo de meios combinados para a execução de um fim”¹.

Estas definições são muito vastas, não permitindo, por si, visualizar de forma concreta qual a abrangência do conceito “capacidade operacional” no domínio do Exército. Para esse efeito, vamos orientar-nos através da perspetiva de espetro do conflito e da perspetiva da tipologia de operações. Ambas, complementarmente, permitem-nos dar uma noção mais detalhada do alcance e natureza da atividade militar em contexto operacional.

A perspetiva do espetro do conflito visa apresentar o “pano de fundo” em que decorrem as operações, fazendo menção, por ordem de escalada do nível de violência, a quatro formas de classificação do conflito, desde a Paz estável² – ausência quase total de violência-, passando pela paz instável³, – ameaça do emprego ou emprego li-

mitado da violência- pela subversão⁴ – emprego limitado da violência- e culminando na guerra total⁵ – nível máximo de emprego da violência-

De salientar que, a transição de um nível de violência para outro não tem obrigatoriamente de passar pelos seus níveis intermédios, quer seja no sentido ascendente da violência, quer seja no sentido descendente da mesma, ou seja, pode passar-se, por exemplo, diretamente de uma situação de Paz instável para uma situação de guer-



ra total e vice-versa.

Não obstante a caracterização feita anteriormente, o Manual PDE 3-00 RC Operações 2005 apresenta uma abordagem que, embora cronologicamente anterior, continua presente em alguns dos documentos em vigor – exemplo disso, é a definição de possibilidades, capacidades e vulnerabilidades inscritas nos respetivos Quadros Orgânicos das Unidades da Estrutura da Componente Operacional do Sistema de Forças do Exército.

A caracterização do espetro do conflito apresentada pelo PDE 3-00 RC Operações 2005 é feita tomando como referência o Tratado de Washington, conforme a seguinte descrição: “Os tipos de operações militares associados a este espetro, estão divididos entre as operações conduzidas no âmbito do artigo 5º do Tratado de Washington (Defesa coletiva), as operações que não se encontram enquadradas neste âmbito (Não- Art.5º) de Resposta a Crises (Operações de Apoio à Paz e outras operações e tarefas de resposta a crises) e as missões nacionais de interesse público”⁶.

Em termos da perspetiva segundo a tipologia de operações, é-nos apresentada uma classificação das várias atividades militares de acordo com a natureza da operação e, paralelamente, com a postura das forças para cumprir a intenção do comandante responsável.

Deste modo, surgem quatro tipologias das operações: operações ofensivas⁷, operações defensivas⁸, operações

¹ Dicionário Editora da Língua Portuguesa; Porto Editora; Porto; 2013.

² As atividades dos actores são confinadas às relações políticas, económicas e de outras áreas de interesse. A paz estável pode incluir competição, cooperação e assistência.

³ A paz instável é caracterizada pela situação em que as partes ameaçam ou usam violência para alcançar os seus objectivos e resulta, normalmente, da degeneração da paz estável. Também pode resultar a diminuição da violência de um conflito generalizado (cf. PDE 3-00 Operações 2012)

⁴ A subversão é caracterizada como uma acção levada a cabo com o objectivo de derrubar pela força um governo ou poder instituído. A motivação é política e resulta em violência não limitada a um território ou país e pode terminar na eclosão de um conflito militar clássico. O emprego de forças neste tipo de conflito é normalmente orientado para a estabilização de uma região (cf. PDE 3-00 Operações 2012)

⁵ A guerra total (ou generalizada) é um conflito armado entre dois Estados em que a totalidade dos seus recursos é utilizada e em que a sobrevivência nacional está seriamente ameaçada. Na guerra total as forças armadas desempenham um papel central (cf. PDE 3-00 Operações 2012)



de transição⁹ e operações de apoio¹⁰.

Salientamos que em qualquer parte da elaboração do



Fig 2: anexo de posicionamento e alcance da Armas de AAA, aquando de planeamento em Exercício (fonte: ficheiros da BtrAAA/BrigInt)

presente artigo poderemos fazer alusão a uma ou a outra classificação do espectro de operações, assim como dos tipologias das operações, conforme a análise nos pareça mais adequada. De salientar também, que toda a abordagem realizada será feita tendo como referência todo o espectro e tipologia das operações inerentes ao Exército ¹¹

2. Valências da Artilharia Antiaérea em prol da capacidade Operacional da Brigada de Intervenção¹²

Enquadramento inicial: A abordagem inicial efetuada será, numa primeira fase, segundo uma análise dos efeitos que se pretendem obter no produto operacional da Brigada de Intervenção. Neste seguimento, recorreu-se ao conceito “função de combate”, dando especial realce àquelas para as quais a Artilharia Antiaérea dá um contributo relevante. Numa segunda fase, a abordagem será realizada segundo o contributo dado pela Artilharia Antiaérea em proveito das Forças Nacionais Destacadas (FND) da Brigada de Intervenção.

a. Contribuir para a Proteção

Contribuir para a proteção é considerado unanimamente como o principal contributo dado pela Artilharia

Antiaérea em proveito das Unidades ou elementos que apoia¹⁴. A proteção é de facto uma função de combate indispensável¹⁵, pois o seu efeito é o de preservar o potencial de combate e o de garantir a liberdade de ação das Nossas Forças. No caso específico da Artilharia Antiaérea a proteção é garantida ao nível da ameaça aérea. Não existe dúvida que, atualmente, é decisivo para o sucesso das operações terrestres o fato de se ter Superioridade Aérea em relação às Forças Hostis. Por esta razão, a Artilharia Antiaérea pode contribuir, de forma crucial, para o alcance deste objetivo permanente.

Quando se fala em Proteção Antiaérea devemos atender às suas múltiplas vertentes:

(1) Em Apoio Direto a uma Unidade de Manobra¹⁶.

No nosso caso pode ser uma Bateria de Artilharia (conjugada com um Pelotão Radar a duas ou três secções de aviso local e eventualmente reforçado por uma secção de vigilância) em apoio direto a uma unidade de escalão Brigada; um Pelotão (conjugado com pelo menos uma secção Radar de Aviso Local) em prol de uma unidade escalão Batalhão/Agrupamento; ou então uma força modular de Artilharia Antiaérea na proteção de uma Força Tarefa constituída. Este apoio Direto é realizado num contexto de guerra total ou, menos provável, aquando de uma intervenção de combate limitada, no contexto dos restantes espectros de operações. Identifica-se, essencialmente, mais com a tipologia das operações ofensivas e defensivas; no entanto, por vezes poderá ser utilizada, com intenção dissuasora, por meio de ações de demonstração de força no âmbito das operações de estabilização.

(2) Na proteção de um ponto, área ou qualquer outro elemento sensível. Quando se fala em elemento sensível podemos aqui incluir um itinerário (materializado por uma linha), um evento (materializado por uma área ou ponto), uma entidade (materializado pela sequência de várias áreas/pontos e/ou itinerários - linhas). Damos como exemplo duas operações reais conduzidas pela Artilharia Antiaérea:

(a) Assegurar a proteção Antiaérea a Sua Santidade o Papa Bento XVI aquando da visita a Portugal, em Maio de 2010 (Força Tarefa de AAA constituída por uma secção de Comando, uma secção de transmissões, seis secções míssil do Sistema Portátil Stinger e uma Secção Radar PSTAR de Aviso Local sob controlo tático da Força Aérea);

(b) Assegurar a proteção Antiaérea ao evento Ci-

6 Conforme o PDE 3-00 RC Operações 2005.

7 A finalidade das Operações Ofensivas é destruir o Inimigo pela aplicação dos meios de forma violenta em toda a sua profundidade (cf. PDE 3-00 Operações 2012).

8 A finalidade das Operações Defensivas é a de garantir o insucesso do ataque inimigo, destruir as suas forças e impedir que atinja os seus objetivos. Desta forma, a finalidade das operações defensivas é criar condições para a ação ofensiva (cf. PDE 3-00 Operações 2012).

9 A finalidade das operações de estabilização é a de estabelecer as condições necessárias para que outras entidades e atores da estrutura de estabilização desenvolvam as suas atividades em cooperação com as autoridades e população locais (cf. PDE 3-00 Operações 2012).

10 Nos termos do disposto na Constituição e na lei, também incumbe ao Exército colaborar em missões de proteção civil, em tarefas relacionadas com a satisfação das necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações e ainda participar na cooperação das Forças Armadas com as forças e serviços de segurança tendo em vista o cumprimento conjugado das respetivas missões no combate a agressões ou ameaças transnacionais (cf. PDE 3-00 Operações 2012).

11 Conforme as definições apresentadas e de acordo com a seguinte ideia expressa no PDE Operações: “ainda no desenvolvimento da análise à caracterização do conceito operacional do Exército consiste na condução de operações em todo o espectro do conflito e pretende ser uma abordagem de enquadramento, suficientemente abrangente, para a atuação das forças do Exército como parte de uma força conjunta. Para isto, as forças militares devem ser versáteis, ágeis e com elevado nível de treino”.

12 A Brigada de Intervenção é uma força que pode actuar em todo o espectro de missões e de cenários, devendo ser empregue preferencialmente em situações que determinem a adequabilidade da mobilidade tática, do poder de fogo, do poder de choque e da proteção que caracterizam as forças mecanizadas e blindadas (preferencialmente de rodas) (Cf. QO Cmd BCS da BrigInt - 24.0.10; 08 de Julho de 2010).

13 Uma função de combate é um grupo de tarefas e sistemas (pessoas, organizações, informação e processos) unidos por uma finalidade comum que os comandantes aplicam para cumprir missões operacionais e de treino. São consideradas atualmente as seguintes funções de combate: Manobra e movimento, Informações, Proteção, Fogos, Apoio de Serviços e Comando e Missão (constantemente influenciadas pelo fator Liderança e Informação (cf. PDE 3-00 Operações 2012).

14 Conforme o Quadro Orgânico (QO) da BtrAAA/BrigInt aprovado em 26 de Junho de 2009, no seu Capítulo 6, Tipologia da Força: A BtrAAA/BrigInt insere-se nas Funções de Combate como unidade de apoio de combate (Função Defesa Aérea – de acordo com a nova doutrina das funções de combate, subentenda-se: Proteção).

15 A função de combate protecção engloba as tarefas e sistemas que preservam a força para se dispor do máximo potencial de combate no momento e local decisivos. Preservar a força inclui proteger o pessoal (combatentes e não combatentes), meios e informação.

16 Conforme o QO Orgânico da BtrAAA/BrigInt aprovado em 26 de Junho de 2009, no seu Capítulo 3, Possibilidades: “Conferir protecção antiaérea aos pontos/áreas sensíveis e unidades de manobra, de apoio de combate e apoio de serviços da Brigada de Intervenção, contra ataques aéreos de aeronaves hostis voando a baixa e muito baixa altitude.”



meira NATO que ocorreu no Pavilhão Atlântico em Novembro de 2010 (força tarefa semelhante à constituída para a operação descrita anteriormente).

(3) Em reforço de outras Unidades de Artilharia Antiaérea.

b. Contribuir para o esforço de Informações

O contributo dado pela Artilharia Antiaérea no domínio da informação sobre a ameaça aérea é insubstituível por outra qualquer força terrestre¹⁷. Os meios de Artilharia Antiaérea participam na vigilância do Espaço Aéreo (juntamente com os meios da Força Aérea, caso estejam presentes) e permitem, através do devido processamento dos dados, antecipar manobras aéreas e terrestres das forças hostis.

O efeito que as informações pretendem obter é o de ajudar a orientação do Comando por meio da compreensão da evolução das variáveis do ambiente operacional. Por isso, a própria incidência do esforço de pesquisa das informações é orientado segundo as questões essenciais que o Comandante precisa tomar conhecimento¹⁸, sobre áreas ou eventos considerados críticos e sobre a intenção de Comando relativamente ao cumprimento da missão. Neste sentido, a informação quase exclusiva que a Artilharia Antiaérea presta ao Comandante da Força pode ter consequências decisivas ao nível das suas decisões.

O contributo que Artilharia Antiaérea dá em termos de informações é aplicável não só quando a Brigada de Intervenção (em todo ou em parte) está envolvida em operações de combate (nomeadamente, em ações ofensivas ou defensivas), mas também no âmbito das operações de estabilização (monitorização da ameaça aérea) e, em determinadas situações, mais pontuais e menos frequentes, também em ambiente de Paz estável, caso haja previsibilidade da ameaça aérea ou em casos que, dada a criticabilidade e importância dos eventos, se jus-

tifique garantir um grau de proteção máxima e, por sua vez, vigilância máxima sobre todo o tipo de ameaças.

Na sequência do que se acabou de mencionar, a questão que se coloca, e dado que atualmente são mais frequentes operações de não Artigo V, é a seguinte: que tipo de ameaça aérea se pode afigurar como mais provável nas atuais áreas de operações? Para responder a esta questão é importante considerar que ameaça aérea atual se apresenta de forma cada vez menos convencional, tomando como propósitos norteadores a poupança de custos, facilidade de utilização, fator surpresa, poder de destruição e de precisão, e a não exposição de danos infligidos. Exemplo disso são as seguintes ameaças aéreas: Rockets, Artillery and Mortars (RAM)¹⁹; Renegade²⁰; Unmanned Aerial Vehicle²³ (UAV), Cruise Missile (CM)²² e Tactical Ballistic Missile (TBM)²³. Embora empregue em menor escala pelas forças hostis (por apresentar elevados custos – aquisição, treino, manutenção e aplicação - e ser de mais difícil acesso), a ameaça aérea convencional continua a estar presente nos atuais campos de batalha, contudo com incrementos significativos nas capacidades de navegação, velocidade, manobrabilidade, distâncias stand-off²⁴ (através de munições com guiamento autónomo e semiautónomas); atuação em todo-o-tempo e capacidade de dissimulação (por meio da utilização da tecnologia stealth²⁵ e de novas configurações e conceções dos materiais constituintes da fuselagem). De igual modo, deve ser considerada a hipótese da utilização de meios aéreos altamente letais com capacidade Nuclear, Biológica e Química²⁶. Os diferentes vetores da ameaça que acabámos de descrever obrigam à existência de meios de deteção, localização e identificação que permitem, em tempo útil, preparar a resposta mais eficaz. No caso da Artilharia Antiaérea são dois os tipos de Radares que podem fornecer informação relativamente à evolução da ameaça aérea: os Radares de Vigilância, com alcances na ordem dos 50Km ou superior, e pré-aviso maior que dois minutos, que visam colmatar as lacunas dos Radares da Força Aérea; e os Radares de Aviso Local, com alcances na ordem dos 20Km e pré-aviso da ameaça aérea com cerca de um minuto de antecedência, que visam colmatar as lacunas dos Radares de Vigilância.

c. Contribuir para o Movimento e Manobra

O contributo da Artilharia Antiaérea em prol do Movimento e Manobra da Força²⁷ é realçado, sobretudo, pela presença na Célula de Estado-Maior Coordenador - G3 (Operações) de um Oficial (de posto Capitão, preferencialmen-

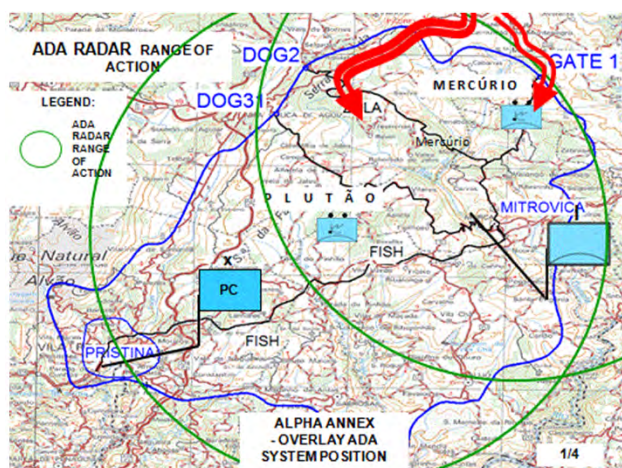


Fig 3: exemplo de um transparente de cobertura dos Radares AAA

(Fonte: ficheiros de planeamento da BtrAAA/BrigInt)

¹⁷ Falamos também em antecipar manobras terrestres, porque muitas vezes associados aos movimentos aéreos está associada a preparação de ações terrestres.

¹⁸ As necessidades de informação crítica do comandante (CCIR – Commander's Critical Information Requirements) compreendida em Informação Prioritária sobre o Inimigo (PIR – Priority Intelligence Requirements) e Informação sobre o potencial de elementos da própria Unidade ou Unidades Adjacentes (FFIR – Friendly Forces Information Requirements). O Comandante pode definir ainda o seguinte: Elementos Essenciais de Informação Amiga (EEFI – Essential Elements of Friendly Information).

Foguetes, Artilharia e Morteiros – muitas vezes usada com esquemas rudimentares e improvisados de lançamento.

Aeronaves civis utilizadas de forma hostil com o intuito de provocar danos estratégicos – ex: 11 Setembro de 2001.

Veículos Aéreos Não Tripulados.

Mísseis Cruzeiro.

Mísseis Táticos Balísticos.

stand-off relaciona-se com capacidade de empregar meios aquém dos alcances dos sistemas opositores.

Tecnologia stealth conjuga a utilização de materiais específicos e a forma das próprias aeronaves para reduzir a possibilidade de serem captadas pelos radares.

CASINHA, Alexandre (2011); Os Radares de Artilharia Antiaérea Face ao Novo Ambiente Operacional in Boletim de Artilharia Antiaérea (2011).



ria Antiaérea devem permitir ao Comandante o acompanhamento adequado da execução e igualmente permitir, nos casos em que se justifique, a interferência nesta execução e a emissão de novas ordens -Air Control Order,ACO.

e. Contribuir para a realização de missões das

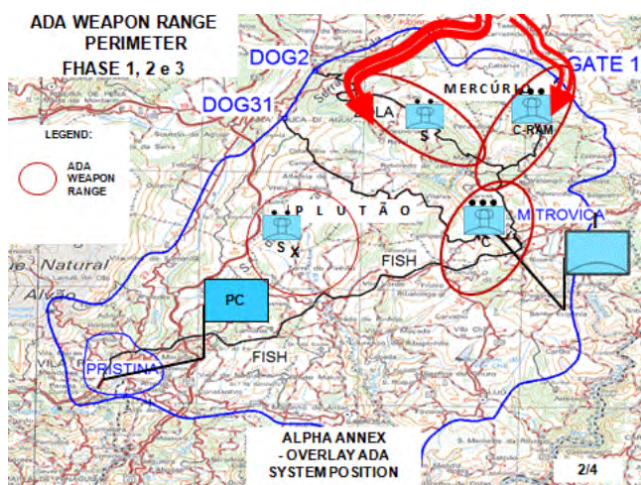


Fig 3: exemplo de um transparente de cobertura dos Radares AAA

(Fonte: ficheiros de planeamento da BtrAAA/BrigInt)

Forças Nacionais Destacadas (FND)

Neste âmbito a Artilharia Antiaérea também tem dado o seu contributo à Brigada de Intervenção, quando cabe a esta o aprontamento de FND para a execução de missões de âmbito Internacional. Realçam-se nos últimos dez anos as seguintes missões em que a Artilharia Antiaérea, integrada nas Forças da BrigInt, participou:

(1) Em 27 Janeiro de 2003 iniciou-se no RI19, Chaves, o aprontamento do Agrupamento Foxtrot. O Agrupamento foi projetado em 12 de Julho de 2003 no Teatro de Operações Timor-Leste integrando a Peace Keeping Forces/United Nation In Support of East Timor (PKF/UN-MISET) – no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU31). Os militares do Regimento de Artilharia Antiaérea constituíram o efetivo e Comando do 3º Pelotão32 de Atiradores da 1ª Companhia de Atiradores.

(2) Em 5 de Março de 2007 iniciou-se no RI14, Viseu, o aprontamento do Agrupamento Mike. Este agrupamento foi projetado em Setembro de 2007 no Teatro de Operações do Kosovo integrando a Kosovo Force Tactical Reserve Manoeuvre Battalion (KTM) no âmbito da Kosovo Force liderada pela Organização do Tratado Atlântico Norte.

Os militares do RAAA1 juntamente com os militares do Regimento de Artilharia nº4 constituíram a companhia Alfa COY – companhia de apoio onde se inseriam o Pelotão de Morteiros Médios33 - do Agrupamento Mike que dispunha ainda sob o seu Comando das Companhias Bravo Coy e Charlie Coy.

(3) No mesmo âmbito mas com a data de início de aprontamento em 25 de Março de 2008, no Regimento de Cavalaria nº6, Braga, e a projeção de forças no Teatro em Setembro de 2008, a Artilharia Antiaérea voltou a dar o seu contributo disponibilizando militares e o respetivo comando da companhia Alfa Coy34.

(4) Ainda no mesmo âmbito, mas com data de início de aprontamento em Outubro de 2008, no Regimento de Infantaria 13, Vila Real, e a projeção de força no Teatro em Março de 2009, a Artilharia Antiaérea deu o seu contributo constituindo o Pelotão de Morteiros Médios (incluindo o respetivo Comando 35) da Alfa Coy.

(5) Em 15 de Junho de 2009, iniciou-se no RAAA1, o aprontamento da 4ª (OMLT.G). Esta força foi projetada em Setembro de 2009, no Teatro de Operações do Afeganistão, no âmbito da ISAF da OTAN 36, com a missão de apoio à formação do Afghan National Army (ANA). O Regimento de Artilharia Antiaérea constituiu parte do efetivo da 4ªOMLT e o respetivo Comando37 da mesma.



Fig 6 : Capa do Boletim AAA nº10

(6) Ainda no mesmo âmbito e com um semelhante contributo daquele que foi dado aquando da 4ª OMLT.G 38; em 3 de Janeiro de 2011 a 7ª OMLT.G iniciou o aprontamento no RAAA1 e de 21 de Março a 25 de Março culminou este mesmo aprontamento. Foi projetada para o Teatro do Afeganistão em 28 de Março de 2011.

(7) Balanço geral do emprego de Forças/militares de Artilharia Antiaérea em Missões Internacionais

O balanço foi materializado pelo reconhecimento praticamente unânime – superiores, pares, inferiores hierárquicos- da competência, dedicação e espírito de equipa dos Homens que servem a Artilharia Antiaérea e o Exército Português, não só pelo exercício das suas competências mais técnicas e específicas, mas também pelo exercício de em tarefas de índole diversa e transversal, demonstrando, desta forma, grande versatilidade.

Balanço final da 1ª Parte:

Até ao momento, retira-se como essencial desta 1ª Parte, o contributo da Artilharia Antiaérea em prol da Capacidade da Brigada de Intervenção visto segundo o ponto de vista da nova organização por funções de combate.

Na segunda parte, faremos uma abordagem do caso do Grupo de Artilharia Antiaérea e da Bateria de Artilharia, de forma a elucidar o leitor sobre a organização e o modo de emprego concreto e atual da valência de proteção Antiaérea.

Depois, far-se-à uma análise sumária das três componentes da Artilharia Antiaérea: Sistemas de Armas, Sistemas Radar e Sistemas de Comando e Controlo -sobre tudo salientando as potencialidades dos meios atualmente existentes e dos que se pretendem vir a obter, no intuito de se continuar a melhorar a capacidade da Artilharia Antiaérea em prol das diversas missões cometidas ao Exército e, em particular, à Brigada de Intervenção.

31 Organização das Nações Unidas.

32 Tenente de Artilharia Rui Alvarinho.

33 O comando do Pelotão de Morteiros Médio ficou à responsabilidade do Tenente de Artilharia Bruno Ladeiro.

34 Capitão de Artilharia José Miguel Maldonado.

35 Tenente de Artilharia Luís Mouta.

36 Organização do Tratado do Atlântico Norte

37 Tenente Coronel de Artilharia Ricardo Monsanto.

38 Tendo como Comandante o Tenente Coronel de Artilharia Crispim Paradelo.



Alf RC

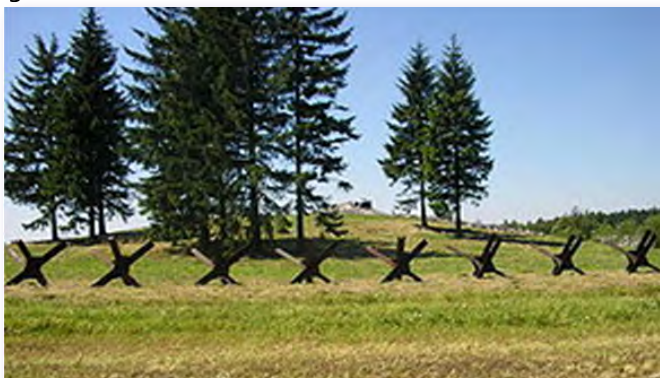
André Pinto

"The lethality of modern world weapon system makes the future battlefield an increasingly hostile environment. For this reason, the engineers should place a high priority on protecting the force."
— Gen Frederic A. Drummond (2002)

1 – Introdução

A evolução qualitativa e quantitativa do apoio de Engenharia às operações é uma necessidade constante da conceção do combate, com o emprego de forças altamente móveis, sistema de armas de maior poder, alcance e precisão, além de operações com maior profundidade e dispersão. Ao mesmo tempo, a Engenharia deve estar capacitada para atuar em todo o espectro de operações.

Nas operações defensivas a Engenharia planeia, coordena e sincroniza os seus esforços em toda a área de operações com vista a deter e/ou destruir as forças inimigas, criando, quando necessário, as condições para a passagem à ofensiva.



O esforço da engenharia no apoio às operações defensivas, dependendo das operações, inclui tanto a análise do terreno para o levantamento de prováveis locais para zonas de reunião, órgãos de comando e controlo e instalações logísticas inimigas, como o planeamento e lançamento de obstáculos que dificultem a progressão, separem as forças inimigas ou interditem os seus eixos de aproximação. Na defesa de posição, assiste na seleção e a configuração de áreas de empenhamento, particularmente na integração dos obstáculos táticos com os fogos planeados. Deste modo, a engenharia atua sobre o terreno para aumentar o seu valor defensivo, reduzir a mobilidade das forças inimigas e propiciar a proteção e a mobilidade às forças amigas.

2 - A Engenharia na introdução de obstáculos com armas combinadas

O apoio de engenharia abrange as forças empregues nas áreas da segurança, da defesa avançada e da retaguarda. As prioridades e os prazos para o apoio a essas forças são estabelecidos em função dos prazos prováveis de ação do inimigo, da forma de manobra adotada e das necessidades (no tempo e espaço disponíveis) dos trabalhos de engenharia. Esse planeamento para o apoio às operações defensivas baseia-se na análise da missão do processo de tomada de decisão.

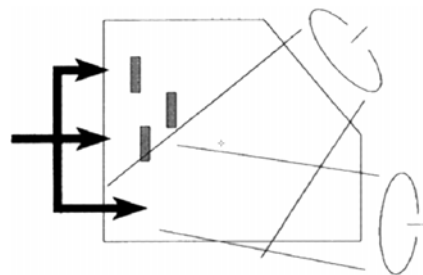
Há aspetos importantes a considerar nesse estudo, nomeadamente, a compreensão da intenção do coman-

dante tático, que possibilita o planeamento de um sistema de obstáculos que não só restrinja a mobilidade do inimigo nas áreas desejadas, mas que também apoie os contra-ataques e que facilite as operações ofensivas. Para que isto aconteça é necessário haver um plano de obstáculos.

O plano de obstáculos é o plano que os comandantes aprovam para assegurar que os obstáculos apoiam as operações correntes e futuras. O controlo de obstáculos assegura que os comandantes subordinados os empenham de modo a assegurar o melhor suporte ao esquema de manobra pretendido, além de assegurar também que não existam interferências em operações ofensivas futuras.

Uma vez iniciado o combate, a identificação e destruição dos equipamentos de aberturas de brechas do inimigo, bem como veículos de comando e controlo, asseguram a máxima eficácia dos obstáculos.

Estabelecer responsabilidade pelos obstáculos é também um ponto crítico na proteção pelos mesmos. Os comandantes devem atribuir a responsabilidade e vigilância dos obstáculos. As companhias devem assegurar patrulhas e observação constante dos obstáculos, para assegurar que o inimigo não produz reconhecimentos aos obstáculos das forças amigas. Isto não só evita que o inimigo reúna informação detalhada sobre os obstáculos, como previne que uma pequena força dissimulada execute uma abertura de brecha antes do ataque.



Tal como o controlo de obstáculos, uma compreensão dos princípios básicos da integração dos obstáculos é essencial em todos os níveis. Estes princípios são a base para o planeamento de forma a garantir que os obstáculos têm o impacto desejado sobre a batalha.

A integração de obstáculos é o processo que assegura que os efeitos dos obstáculos suportam o esquema da manobra. A integração de obstáculos é transversal a todos os escalões e armas, sendo fundamental a análise do terreno, o conhecimento do potencial de combate inimigo e a deteção das suas vulnerabilidades.

Os obstáculos são um factor multiplicador do potencial de combate e são considerados em todas as operações de armas combinadas. Todos os escalões devem compreender o seu objetivo para que sejam empregues de forma correta e para que estes desempenhem o fim pretendido. Essa compreensão permite maximizar a eficácia dos fogos e obstáculos disponíveis, explorar as fraquezas criadas no inimigo, e deter o seu ataque. O plano de fogos deverá ser tal, que permita sincronizar fogos diretos e fogos indiretos com obstáculos.



O GRUPO DE ARTILHARIA DE CAMPANHA DO USMC(1)

3 - Conclusão

A arma de Engenharia teve sempre um papel preponderante na protecção e defesa. No passado foram construídas imponentes e incontáveis estruturas, sendo a grande muralha da china um exemplo de fortificação de grande escala e de construção estática na defesa de um território.

Hoje em dia, com o aumento da mobilidade das forças terrestres as estruturas fixas tornaram-se obstáculos fáceis de contornar ou abater pelos exércitos modernos, sendo desconsiderada a arte da fortificação nos estudos tácticos.

Admite-se que a actual mobilidade e poder de fogo dos exércitos modernos são capazes de tornar antiquadas as estruturas estáticas de defesa.

Este pensamento é reforçado pela falsa premissa de que a tecnologia reduz a necessidade da presença física do homem em combate e, por conseguinte, da sua protecção. A realidade, no entanto, tem demonstrado o contrário.

O poder de fogo das armas tem realmente aumentado, tanto na capacidade de destruição quanto em eficiência. Desta forma a Companhia de Engenharia da Brigada de Intervenção, apesar de não ter neste momento capacidade, por falta de meios, para lançamento de campos de minas que não sejam os lançados manualmente, mantém-se no entanto com grande empenhamento na evolução da capacidade de cumprir os objectivos traçados, nomeadamente, no treino da Mobilidade, Contramobilidade e Protecção da força.

Verifica-se a necessidade do treino de armas combinadas, não só para o desenvolvimento da produtividade nos apoios prestados (nomeadamente nos que se distinguem dos obstáculos minados, como são exemplos os fossos anticarro e o melhoramento de obstáculos naturais), como também para desenvolver a capacidade de integração e relacionamento com as outras armas, uma vez que estes apoios exigem um grande esforço de coordenação para obter o melhor rendimento dos obstáculos.

Referências Bibliográficas

1 - FM 90-7 - Combined Arms Obstacle Integration, DEPARTMENT OF THE ARMY, 2003.

2 - MANUAL DE CAMPANHA - EMPREGO DA ENGENHARIA, MINISTÉRIO DA DEFESA - EXÉRCITO BRASILEIRO, 1999

3 - Coronel Alvaro Vieira, Exército Brasileiro in MILITARY REVIEW, JULHO-AGOSTO 2013.



TCor Art
João Seatra

“No quadro do reequipamento da Artilharia de Campanha e no âmbito de dissuasão convencional credível, é minha intenção que em sede da Lei de Programação Militar, se venha a incluir a substituição do Grupo de Artilharia de Campanha da Brigada de Intervenção por Obuses 155 mm Light Weight, bem como o reforço das capacidades de Comando e Controlo e de Aquisição de Objectivos.”

Introdução

Numa altura em que volta a estar na ordem do dia a modernização do Grupo de Artilharia da Brigada de Intervenção faz algum sentido verificar o que se ensaia, ainda a nível teórico, em artigos de teor académico e de acordo com as experiências de combate recentes do exército que tem sido a nossa referência. Reorganização do Grupo de Artilharia de Campanha do USMC. Nos últimos doze anos a artilharia do Corpo de Marines sofreu uma profunda alteração com a substituição dos obuses rebocados M198 155mm por três sistemas distintos e com capacidades bem diferenciadas:

O obus M777A2 155mm Light Weight

O HIMARS

O EFSS

No entanto a estrutura do Grupo manteve-se inalterada tendo-se operado apenas uma modernização das armas e dos sistemas de Comando e Controlo.

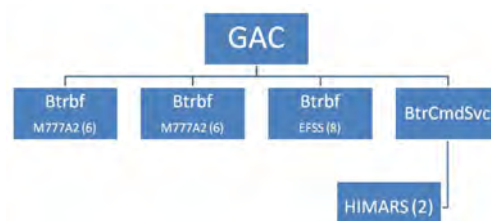
Apesar da transformação operada na doutrina do exército americano, fruto dos conflitos em que se viu envolvido no Iraque e no Afeganistão os Grupos de Artilharia mantiveram uma estrutura homogénea. Assim temos como exemplo no Corpo de Marines dois Grupos de HIMARS que nunca foram utilizados como Grupos, nem as suas baterias como um todo mas sim empregues por secções HIMARS.

Os Grupos equipados com o M777A2 raramente tiveram missões de fogos de massa e nos teatros de operações actuais tal deverá continuar a ser um acontecimento raro. Tal facto deve-se em parte à maior letalidade das munições, mas fundamentalmente à maior precisão das mesmas. Quanto ao EFSS nunca foi constituído como Grupo mas sim como baterias isoladas onde o seu potencial diferenciador como sistema de apoio de fogos nunca foi integrado com os restantes.

A proposta que começa a tomar forma consiste num Grupo de Artilharia de Campanha com:

Duas baterias M777A2 a seis bocas-de-fogo cada;

Uma bateria EFSS a oito armas;



(1) United States Marine Corps



Uma secção HIMARS com duas unidades de tiro.

Este futuro Grupo manterá o potencial de apoio de fogos elevado apesar da diminuição de uma bateria de bocas-de-fogo M777A2.

Esta nova proposta de organização terá certamente resistências pois não é pacífica a substituição de seis obuses M777A2 por oito morteiros 120mm. No entanto o aumento de mais dois tubos, a maior cadência de tiro e o maior raio eficaz dos efeitos da granada devido ao tiro vertical compensam de certa forma o menor calibre e alcance desta arma.

Vamos agora descrever as principais características dos sistemas:

O EFSS tem vindo a ser desenvolvido pela General Dynamics e é constituído por:



Figura 2 – Sistema EFSS

Viatura tática ligeira com tração e direção às quatro rodas. Capacidade de ser transportada pelo MV 22 Osprey e C-130;

Atrelado de munições com capacidade para trinta munições;

Guarnição composta por cinco homens;

Morteiro M327 120mm estriado. Este morteiro tem capacidade de disparar munições para tubos estriado e também munições

para tubos de alma lisa; Munições de 120mm explosivas (HE), Fumos (WP), iluminantes (ILL) e de construção.

Alcance de 8,2 km até 17 km com munição guiada por GPS

O obus M777 foi desenvolvido pela British

Aerospace System, em Inglaterra. Os primeiros obuses M777 foram entregues em 2005 ao Corpo de Marines.

O M777 155mm tem 3 versões:

– M777 – Obus com sistema de controlo e pontaria ótico;

– M777A1 – Obus equipado com um sistema LINAPS, que proporciona ao obus uma auto-localização e controlo direcional muito precisos, apenas necessitando de Pontos de Controlo para inicializar o sistema;

– M777A2 – Obus com um upgrade de software e um sistema portátil que permite a indução da graduação de espoletas e a utilização das munições Excalibur.

Este obus tem um peso de 4218kg e pode ser transportado por C-130, ou helitransportado. O alcance com munições convencionais é de cerca de 30 quilómetros e com a munição EXCALIBUR sobe para os 40 quilómetros.

Guarnição do M777A2 é composta por cinco a oito homens e a viatura tratora é uma viatura tática média.

O HIMARS foi desenvolvido pela Lockheed Martin e é composto por uma unidade de tiro (6 foguetes ou um míssil ATACAMS). O sistema é operado por 3 homens e o alcance do míssil ATACAMS é de cerca de 300 quilómetros. Quando equipado com o lançador GMLRS o alcance é de cerca de 70 quilómetros.

A combinação destes três sistemas complementares dão

às unidades de manobras apoio de fogos de elevada cadência através do EFSS, alcances de cerca de 40 quilómetros com as munições especiais EXCALIBUR disparadas pelo obus M777A2 e um efetivo combate em profundidade promovido pelo sistema HIMARS.

Complementarmente este modelo ternário permitirá em tempo de paz um “cross training” facilitando a transição das guarnições de um sistema para outro em caso de necessidade.

Descentralização da Direção do Tiro

Desde 1944 que o Corpo de Marines possui sistemas automáticos de direção de tiro, no entanto essa capacidade que foi sendo desenvolvida com o passar dos anos nunca teve um grande impacto na forma como as unidades de tiro eram empregues, mesmo nos atuais teatros de operações quando as baterias são empregues destacadas do grupo a forma de clássica de direção de tiro é sempre empregue.

Assim o aproveitamento das tecnologias que os sistemas M777A2 dispõem só poderá ser efetivo se se passar a empregar os meios de forma descentralizada podendo as unidades de tiro serem empregues ao nível pelotão (duas bocas-de-fogo).

Conclusões

Este modelo de Grupo tem pela frente grandes desafios tanto no plano logístico como no plano de coordenação do espaço aéreo. No plano logístico a dificuldade que o S4 poderá ter em coordenar 3 sistemas distintos poderá ser mitigada por um ligeiro aumento da capacidade de transporte das subunidades.

O modelo proposto para o Corpo de Marines representa ainda um grande desafio para o S3 do Grupo para gerir e potenciar as diferenças entre os três sistemas.

Já no plano da coordenação do espaço aéreo é sabido que o HIMARS tem sido utilizado como meio ao nível da Divisão, mas com a tecnologia digital dos dias de hoje não será difícil para um Grupo de uma Brigada coordenar a utilização do espaço aéreo pelo HIMARS.

O emprego descentralizado das bocas-de-fogo aumenta as possibilidades de emprego dos meios mas coloca um problema de proteção da força pois um pelotão de artilharia não terá capacidade de garantir a sua proteção.

Outra questão que não pode deixar de ser considerada é a diminuição de meios humanos que esta proposta de Grupo trás pois os Grupos equipados com o obus M198 155mm tinham em termos de guarnição um total de 162 homens.

O modelo de grupo proposto para o USMC tem entre 106 e 142 homens dependendo do tipo de guarnição considerada para operar o obus M777A2 155mm.

No entanto do ponto de vista de uma análise teórica e puramente académica, este modelo adequar-se-á ao Apoio Direto a uma Brigada de forças Ligeiras ou forças Médias pois tem uma grande flexibilidade de emprego



Figura 4 – Unidade de tiro HIMARS



Figura 3 – M777A2 no TO do Afeganistão



Após uma paragem (forçada) de um ano motivada por uma missão no Afeganistão, termina-se hoje um ciclo de três artigos dedicados à digitalização da BriqInt.

Nesta revista, como culminar desta série, propõe-se a apresentação e análise das comunicações e sistemas de informações (CSI) táticos da BrigInt, à presente data, em todos os escalões, com aflorações rápidas a aspetos de segurança, às limitações com influência nas possibilidades CSI e, por fim, ao papel das CSI nos desafios futuros da BrigInt.

A BrigInt, em virtude de estar equipada com um sistema de armas como a VBR Pandur, alterou, de forma significativa, o paradigma das CSI táticas no Exército Português uma vez que os sistemas de informação que, através dos módulos SIC-T, já estavam presentes no comando das UEC(1), agora ficam disponíveis até ao nível secção (nível mais baixo equipado com a viatura Pandur).

De uma forma esquemática vai-se apresentar os meios e os sistemas disponíveis na BrigInt, isto é, os meios orgânicos, sejam eles disponibilizados pelo sistema SIC-T ou pelos meios instalados nas viaturas Pandur.

No organograma que se segue apresenta-se a distribuição orgânica dos módulos SIC-T de acordo com os escalões que doutrinariamente apoiam:

Tem-se assim três (3) módulos de nó de acesso (NA), estando dois no comando da Brigada, e cuja missão é apoiar os PC principal e o Tático, e um terceiro que se encontra na AAPSvc. Estes meios são doutrinarmente instalados e mantidos pela CTm/BrigInt.

Tem-se ainda os módulos de batalhão (CCB(3)) nos BI, no GAM/GRec, no GAC e no ERec; e módulos de companhia (CCC(4)) nas restantes companhias/esquadrões de manobra, na BAAA e na CEng. Refere-se que, doutrinariamente, estes meios, por serem orgânicos destas unidades, são instalados e mantidos pelas unidades que apoiam(5).

Devido à escassez de módulos SIC-T, em virtude do projeto se encontrar em fase de protótipo, os módulos CCB e CCC encontram-se todos no RTm Porto, na CTmAp, e são utilizados no apoio aos exercícios de todas as Brigadas

No que respeita aos meios e sistemas orgânicos Pandur pode-se referir o seguinte como forma de distinguir os diversos níveis de equipamento CSI disponível:

As viaturas CV, Communication Vehicle, são viaturas

O primeiro desafio desta alteração começa precisamente com esta necessidade: a integração dos sistemas CSI do sistema de armas Pandur com os módulos SIC-T. O segundo desafio é a definição dos meios e dos serviços disponíveis nos diversos escalões.

Relativamente ao primeiro desafio a opção passou pela

atribuídas à CTm/BrigInt que materializam, entre outras possibilidades, os Pontos de Acesso Rádio (PAR) e asseguram comunicações através dos seus rádios de banda larga às unidades que passem nas áreas de cobertura das mesmas, fazendo assim a integração de unidades que atravessem a nossa área de responsabilidade ou o nosso sector;



As viaturas CPV, Command Post Vehicle, pela grande variedade e disponibilidade de meios constituem o interface de excelência para a interligação entre os dois sistemas (SIC-T e Pandur).

Além de disporem de meios idênticos aos disponibilizados pelo SIC-T, isto é, assegurando total compatibilidade, dispõem também de um conjunto de 4 rádios PRC 525, permitindo assim a exploração permanente de até 4 redes HF/VHF/UHF.

Dispõem também de 4 postos de trabalho com computador. Estas viaturas dispõem ainda de rádios de banda larga. Equipam os comandos da Brigada, dos BI, do GAM/GRec e do GAC.

As viaturas ICV, Infantry Carrying Vehicle, apresentam duas configurações típicas: com dois ou um rádio conforme se destinam ao comando de companhia/esquadrão e

detalhe da COP (6).

Ainda relativamente ao sistema CSI Pandur deve-se acrescentar que se baseia num sofisticado sistema de intercomunicação (ICC 201/202) que permite não só a intercomunicação entre os ocupantes da viatura como também toda a gestão e os meios de interligação entre viaturas Pandur.

Seguidamente apresenta-se um quadro com um conjunto de serviços que deverão fazer parte de um sistema CSI tático.

No quadro abaixo apresentam-se os serviços anteriormente referidos agrupados pelo tipo de rede doutrinário. Além da rede MISSION SECRET referida acrescenta-se que, através do sistema SIC-T, poderão ser disponibilizados também terminais NATO SECRET.

Quadro 1 – Serviços SIC-T

Serviço/Aplicação	Descrição
Correio Eletrónico	Transmissão de mensagens constituídas por texto e ficheiros anexos em formato eletrónico através da rede (ex: Outlook/Exchange Server)
SICCE	Sistema de Informação para o Comando e Controlo do Exército
MMHS	<i>Military Message Handling System</i>
Intranet (Portais)	Portais colaborativos e de difusão de informação (WISE, SHAREPOINT)
Internet (www)	<i>World Wide Web</i> , Rede de acesso público
Telefonia IP (VoIP)	Sistema de comunicação de voz através da comutação de pacotes
Videoconferência (VTC)	Sistema de comunicação de voz e vídeo entre vários intervenientes em simultâneo
IMS	<i>Instant Messaging System</i> – Sistema de mensagens rápidas – Chat.
File Server LAN	Sistema de partilha de ficheiros para acesso na rede local
File Server WAN	Sistema de partilha de ficheiros para acesso na rede estendida
Antivírus/Atualizações de Software	Serviço de atualização do sistema de proteção de vírus das workstations
Sistema Tracking	Sistema de localização de forças no terreno
Gestão e configuração	Serviços de gestão e configuração das redes e sistemas

pelotão, configuração de comando, ou se destinam às secções, configuração genérica, respetivamente.

Todas as viaturas Pandur têm possibilidade de ter pelo menos um computador instalado, podendo desta forma contribuir para situational awareness na elaboração do

Não definido Tracking Possível integração deste serviço no BMS e como tal a integrar no domínio MISSION SECRET.

Em síntese apresenta-se, no quadro seguinte, a cobertura, em termos de serviços, da BrigInt nos seus diversos escalões, bem como as áreas de sobreposição (a rosa) entre



Rede	Categoria de Serviço	Exemplo
MISSION SECRET	Mensagens	MMHS
	Sistema de informação	SICCE
		AFATDS/SACC
	Portal colaborativo	WISE/ Sharepoint
	E-mail	Exchange Server/Outlook
	VTC	Polycom HDX/ H320
UNCLAS	Partilha de ficheiros	File Server Windows
	Intranet	Intranet da RDE
	Internet	WWW
Todas	Gestão e configuração	SIP/ IAX/ H323
		Gestão SIC-T (SGR e SSR)
		Updates de software
Não definido	Tracking	Tráfego de gestão – DHCP, DNS, NTP, Antivírus
		Possível integração deste serviço no BMS e como tal a integrar no domínio MISSION SECRET.

Quadro 2 – Tipificação de serviços por tipo de rede

os sistemas Pandur (a verde) e o SIC-T (amarelo). Volta-se a realçar que esta sobreposição se faz, não só à custa dos módulos do SIC-T, mas e sobretudo das viaturas CPV

Ainda relativamente ao quadro anterior deve referir-se que a utilização de sistemas de informação ao

	Serviços	SIC-T			CSI Pandur	
		NA ⁷	CCB	CCC	Pelotão	Secção
MISSION SECRET / REDE RED	Voz (525+....)	X	X	X	X	X
	Chat	X	X	X	X	X
	Email	X	X	X	X	X
	Sharepoint	X	X	X		
	VTC	X	X			
	MMHS	X	X			
	File sharing	X	X	X	X	X
	Sistemas C2	X	X	X		
UNCLASS / REDE BLACK	Intranet	X	X	X		
	Internet	X	X	X		
	VoIP	X	X	X		
Todas	Gestão e configuração	X	X	X	X	X
Não definido	Tracking/GPS (525+BMS)	X	X	X	X	X

Quadro 3 – Distribuição de serviços nos diversos escalões da BrigInt



nível do pelotão e da secção de atiradores se encontra em análise daí se encontrarem a cinza as respectivas disponibilidades.

Volta-se a salientar que ainda que os módulos CCB e CCC sejam constituintes do sistema SIC-T, eles são orgânicos das unidades que apoiam e como tal devem fazer parte e ser a base do planeamento de CSI dessas subunidades.

Ainda ao nível dos serviços salienta-se que a capacidade de CSI existente nas viaturas CPV do GAC permite a instalação dos sistemas de Comando e Controlo da Artilharia nos meios de comunicações e informáticos já disponíveis.

A segurança

Hoje em dia, e cada vez mais, não faz sentido falar em sistemas de CSI sem pensar num robusto sistema de segurança, constituído por sistemas de COMSEC(8) e INFOSEC (9), obtido à custa de medidas ativas e passivas.

Da mesma forma que se raciocinava relativamente aos efeitos da guerra eletrónica (GE), nos sistemas de comunicações e RADAR, temos que raciocinar, hoje em dia, também para os sistemas de informação.

Isto é, se a ameaça da GE ainda se mantém presente temos, mais que nunca, que lhe acrescentar a ameaça da ciberguerra relativamente aos sistemas de informação.

Sabendo que não há sistemas de segurança perfeitos e que normalmente o elo mais fraco deste sistema é o fator humano, os sistemas de CSI disponíveis dispõem de redundância, de sistemas de cifra online, de firewall, de salto em frequência e espalhamento no espetro, autenticação, etc.

Mas o garante de que tudo isto é suficiente para resistir a quaisquer ataques assenta numa forte componente de treino associado a uma doutrina e TTP(10) consistentes.

Conclusão

O panorama CSI da BrigInt é estimulante e animador mas ainda representa um grande desafio por não estar concluído. A falta de meios de comunicações nos mais baixos escalões, esquadra-secção e secção-pelotão, são uma lacuna difícil de ultrapassar e que condiciona a completa digitalização.

Este sistema além de apresentar uma grande portabilidade deverá ser interoperável com o rádio instalado na viatura.

Outro problema com que nos deparamos é o impasse que se tem vivido no fornecimento dos equipamentos previstos para equipar as viaturas Pandur e a conclusão do projeto SIC-T que ainda se encontra na fase de protótipo, devido à interrupção do projeto Pandur e à situação económica do país.

Neste momento acredita-se estarem reunidas as condições mínimas, em termos de pessoal e material, para o início da formação específica das CSI da viatura Pandur. Sem esta formação, dada a complexidade deste sistema de armas, é impossível o aproveitamento dos meios e sistemas disponíveis.

Para terminar e tendo como desafio mais importante, no curto prazo, para a BrigInt e para o Exército, a NRF 2016, antecipa-se que ainda há um longo caminho a percorrer até se poder considerar as CSI da BrigInt em FOC, no entanto se as barreiras logísticas e da formação forem ultrapassadas, a BrigInt ficará com uma capacidade que não se esgotará nesta missão mas que continuará disponível por muito tempo ao serviço do Exército, das Forças Armadas e de Portugal.

Legenda:

- (1)-UEC – Unidade Escalão Companhia
- (2)-CPV – Command Post Vehicle, Viatura Posto de Comando
- (3)-CCB – Centro de Comunicações de Batalhão
- (4)-CCC – Centro de Comunicações de Companhia
- (5)-Devido à escassez de módulos SIC-T, em virtude do projeto se encontrar em fase de protótipo, os módulos CCB e CCC encontram-se todos no RTm Porto, na CTmAp, e são utilizados no apoio aos exercícios de todas as Brigadas
- (6)-COP – Common Operational Picture
- (7)-NA – Nó de Acesso
- (8)-COMSEC – COMMunications SECurity – Segurança das Comunicações
- (9)-INFOSEC – INFormation SECurity – Segurança da Informação
- (10)-TTP – Técnicas, Táticas e Procedimentos



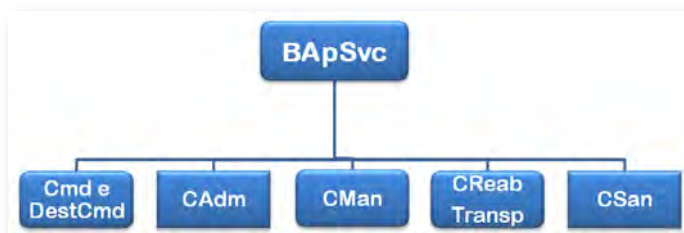
Tcor Inf
António Mascarenhas

A importância do Apoio de Serviços nos vários exércitos foi aumentando ao longo da história, tendo sofrido um grande incremento com Napoleão Bonaparte, que constatou a sua extrema importância, para a preservação do potencial de combate das tropas, facto que o levou a mudar radicalmente de opinião (de “não falamos senão de viveres” para “um exército marcha sobre o seu estomago”) e a criar a maior recompensa conhecida, para quem descobrisse uma maneira eficaz de conservar os géneros alimentares.

Desde então tem assumido cada vez mais relevância tornando-se num fator essencial para preservar o bem-estar das tropas e o potencial de combate das forças. De nada serve a sofisticação dos equipamentos, se não houver técnicos qualificados para os manter e se os seus utilizadores estiverem desmoralizados e incapazes de os operar nas melhores condições.

No Exército Português, a crescente importância do Apoio de Serviços teve impacto ao nível da doutrina, mas debateu-se com a escassez de recursos humanos e materiais, o que provocou fortes alterações na orgânica das Unidades de Apoio de Serviços, com o intuito de poupar recursos. Assim os quadros orgânicos de pessoal (QOP) destas unidades, foram sendo substancialmente alterados.

Para se perceber as alterações que foram ocorrendo tomemos como referência o BApSvc da Brigada independente, conforme Regulamento de Campanha do BApSvc aprovado por despacho de

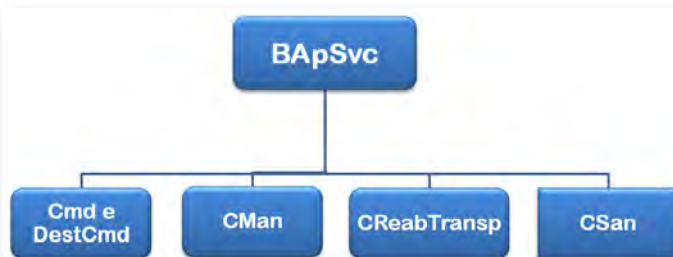


15Fev82/VCEME com a seguinte organização:

Foquemo-nos agora no BApSvc/BrigInt que presta o apoio de serviços à nossa Brigada e que nos interessa de modo particular.

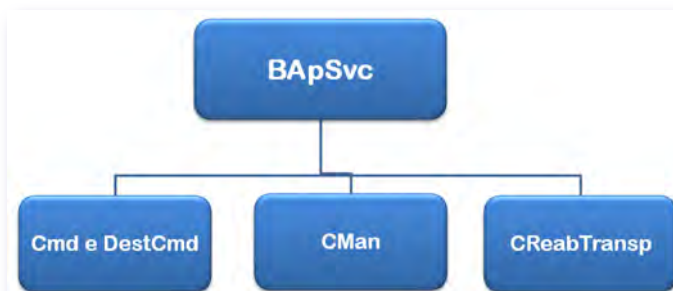
Decorrente do PLANO DE MÉDIO E LONGO PRAZO DO EXÉRCITO (2005-2013) do EME, de 23 de agosto de 2005, o RI19 recebeu a missão de aprontar o BApSvc/BrigInt, confirmada pelo QOP nº 34.017, do RI19, aprovado por despacho de 22 de junho de 2006, do General CEME, tendo-se iniciado o seu aprontamento no início de 2006, em conformidade com o QOP nº 20.0.19, aprovado por despacho de 13 de fevereiro de 2006, do General CEME.

Este QOP já não contemplava a Companhia de Administração, tendo a seguinte composição:



Como facilmente podemos constatar perdeu a CAdm para além de ver reduzido significativamente o seu efetivo.

O QOP atual (QOP nº 08.02.19 - BApSvc) aprovado por despacho de 02Nov11 /CEME), para além da CAdm também já não contempla a CSan, restando apenas duas subunidades, a CMan e a CReabTransp:



A perda da CSan foi consequência do Despacho 152/CEME/11, Conceito de Apoio Sanitário para o Exército, que prevê a existência de um Agrupamento Sanitário, “Unidade de organização modular, destinada a apoiar uma Brigada ou a destacar Módulos de acordo com a unidade e tipologia de apoio a prestar”



Este novo conceito teve naturalmente reflexos na missão do BApSvc que passou a ser a seguinte: “Fornece apoio de serviços a todos os elementos orgânicos e de reforço da BrigInt”.

Paralelamente, o Despacho 225/CEME/11, estabeleceu o Conceito de Manutenção, com impli-



cações para a CMan que sofreu um grande incremento, passou a efetuar a manutenção das viaturas táticas de toda a BrigInt, primariamente através dos Pelotões Dedicados de Manutenção e em caso de necessidade através do apoio adicional de manutenção, efetuado pelo Pelotão de Manutenção Mecânica.

A constituição modular, permite a articulação do BAPSvc de acordo com o escalão, o efetivo e os



meios da força a apoiar, utilizando apenas os incrementos necessários, oriundos das Forças de Apoio Geral conforme prevê o seu QOP.

Este pressuposto ,para a sua organização, implica a existência, em permanência, de uma estrutura-base capaz integrar os restantes elementos/módulos, oriundos das Forças de Apoio Geral e manter o adequado nível de aprontamento dos seus quadros e tropas, de forma a estar apto a operar com a dimensão necessária, num curto espaço de tempo.

Esta estrutura-base é constituída Pelo Comando e Destacamento de Comando, a generalidade da CMan e a estrutura-base da CReabTransp (4 Of, 8 Sarg e 28 Prac), que não está levantada.

Para efeito de treino operacional e exercícios



tem-se recorrido à estrutura da CReabSvc Força de Apoio Geral, facto facilitado pelas excelentes relações institucionais e interpessoais que foram sendo estabelecidas.

Apesar dos condicionalismos referidos e do facto de o BAPSvc/BrigInt ter as suas forças aquarteladas em diferentes unidades e dependentes de Comandos Funcionais distintos, o Comando e destacamento de Comando no RI19, a CReabTransp na EPS com o PelTransp no RTransp e a CMan no RMan, o que dificulta obviamente o comando e controlo, mas sobretudo o treino conjunto do batalhão, tem conseguido desenvolver, embora com limitações, o seu treino operacional e cumprir a sua missão de apoio a todos os elementos orgânicos e de reforço da BrigInt, sempre que solicitado.



No entanto, o levantamento da estrutura-base da CRTransp reveste-se de primordial importância sendo nuclear para o aprontamento do Batalhão.



Cap Mat
Paulo Figueiredo

Num mundo de relações económicas, políticas e sociais, o principal ator nas Relações Internacionais, é ainda o Estado. O Estado, com os seus três elementos constituintes, tem o direito à defesa dos seus interesses através de vários meios, um dos quais a força. De facto, um Estado possui, normalmente, uma componente de defesa. A fim de cumprir a sua missão de defesa dos interesses do Estado a que pertence, esta componente enfrenta a necessidade de se encontrar permanentemente preparada. Com efeito, é imperativo que tal componente possua o equipamento mais adequado às exigências, que um espectro de utilizações tão vasto quanto as operações militares o exigem. Equipamento que pode ir desde um simples papel detetor de agente químico, até uma viatura blindada com capacidade anfíbia, uma aeronave de asa rotativa com capacidade Stealth ou um satélite. Os desafios que se impõem à defesa dos interesses de um Estado, conduzem à atuação nas mais diversas dimensões: Terra, Mar, Ar, Espaço Sideral, Espectro Eletromagnético e Ciber Espaço. A atuação em qualquer uma destas dimensões, individualmente ou em simultâneo, reclama capacidade de defesa/ataque convencional e não convencional.

Nas eras da II Guerra Mundial e da Guerra Fria assistiu-se a uma grande expansão de tecnologias desenvolvidas e detidas pela componente de defesa dos Estados. Tecnologias normalmente com aplicação militar, mas que também ao longo do tempo vieram tendo aplicação fora desta esfera. Após a era da Guerra Fria, verificou-se um progressivo desenvolvimento de tecnologias por parte de empresas não militares, mas com aplicação tipicamente militar. Algumas destas empresas são também já consideradas atores das Relações Internacionais, e encontram nas Forças Armadas de diversos Estados os seus principais clientes.

Todo e qualquer sistema tende a atingir o equilíbrio e a estabilizar, porém o desequilíbrio provoca a mudança, a adaptação e assim possivelmente a evolução. Apesar das muitas definições que o termo evolução possa admitir, é mais ou menos consensual a ideia de que a evolução se deve fundamentalmente a todos aque-

les que nos antecederam. A citação: "... a necessidade aguça o engenho..." é comumente conhecida e traduz inequivocamente a capacidade humana para a adaptação a qualquer ambiente, incluído os mais adversos e hostis à sua própria vida, como o Espaço Sideral é um bom exemplo. A aptidão humana de adaptação decorre de uma característica fundamental, a inteligência. Capaz de permitir o desenvolvimento de inúmeras tecnologias⁽¹⁾, a inteligência é a característica fundamental que diferencia o Ser Humano dos demais seres vivos. Face ao ambiente que o rodeia, às suas ambições e limitações, ele tem-se visto obrigado a usar e transformar os materiais que possui à sua disposição com a finalidade de criar os objetos que lhe permitem e/ou facilitam atingir os seus intentos.

É fácil de referenciar uma tendência de evolução na criação da generalidade de sistemas ou equipamentos de uso comum. A fase inicial é caracterizada pela criação de sistemas simples, tipicamente projetados para realizar uma determinada tarefa. Passando-se sucessivamente para fases de criação de sistemas designados de geração seguinte, que aglomeram vários sistemas de anteriores gerações, e que no seu todo permitem a realização de diversas tarefas por um só sistema. Qualificado este último como sistema complexo. Esta tendência é perfeitamente perceptível em equipamentos de uso comum, como são exemplo os telemóveis.

Por sistema complexo pode entende-se, sistema que no seu todo apresenta propriedades diferentes da mera soma das propriedades das partes que o constituem. A compreensão desta ideia, só é possível tendo em atenção a interação existente entre as partes constituintes de um sistema ou equipamento complexo. Na realidade, não se trata de uma situação de "juntar os ovos e... não mais se conseguirem separar". As partes constituintes de um sistema ou equipamento complexo são, normalmente, perfeitamente identificáveis e acessíveis, no entanto o funcionamento de todo o conjunto tem um desempenho diferente da soma do desempenho individual das partes. A título de exemplo, basta uma pequena reflexão no caso de uma viatura com um sistema de comunicações. A viatura e o sistema de comunicações em separado, permitem um determinado desempenho aos utilizadores dos mesmos, contudo, a conjugação dos dois sistemas num só permite um desempenho diferente, da simples soma dos dois anteriores desempenhos referidos.

A acompanhar a tendência de criar equipamentos capazes de realizar, ou de facilitarem a realização de cada vez mais tarefas, com o consequente agregar de subsistemas num só sistema maior, junta-se a tendência de miniaturização. O objetivo tem

sido criar equipamentos com potencial cada vez maior para a multitarefa, mas também cada vez mais práticos no seu manuseamento, o que naturalmente se traduz em dimensões tão reduzidas quanto o possível. São claramente exemplo do aqui relatado, os

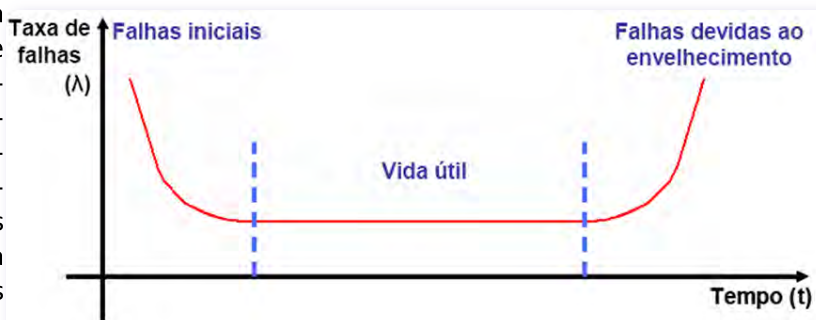


Figura nº 1 – Perfil de vida útil típico dos equipamentos

computadores. Na década de 60 do século passado era normal um computador ocupar uma sala inteira, ainda assim, possuía capacidades abaixo das apresentadas por um telemóvel de geração atual.

Na grande generalidade, os equipamentos são passíveis de manutenção, pois sofrem uma degradação das suas condições ao longo da sua vida. O modo de utilização de um qualquer equipamento é parte integrante e fundamental da manutenção do mesmo. A manutenção do equipamento dita normalmente o período de vida do próprio. Pode ser mais ou menos longo, consoante aquela é efetuada de uma forma mais ou menos correta, de acordo com as características dos materiais que o constituem.

A complexidade como propriedade de certos equipamen-



tos, exige um grande desafio para o planeamento e execução da manutenção das suas condições de operacionalidade. As exigências nesta área derivam da constituição do próprio equipamento em si, pois a sua complexidade é sinónimo de um elevado número de componentes e subsistemas, acrescentando ainda a extrema importância da sua interação.

A manutenção de alguns equipamentos e sistemas, sobretudo os de tecnologia mais avançada, requer pessoal especializado (por vezes só em pequenas partes constituintes), instalações com características únicas e equipamentos dispendiosos (dedicados só a pequenos subsistemas constituintes). Alguns trabalhos de manutenção têm também frequências de realização tão baixas, que não permitem manter em atividade permanente uma equipa que a eles se dedique em exclusivo. Como solução para estes problemas podem ser criadas equipas de trabalho polivalentes, mas o mais comum é recorrer-se à subcontratação em manutenção.

A subcontratação em manutenção pode ser entendida como a transferência, para uma entidade exterior, da responsabilidade de execução, total ou parcial, de atividades relacionadas com o programa de manutenção de um determinado equipamento. A subcontratação assume normalmente tanto mais relevância quanto mais elevado é o nível tecnológico do equipa-

A interação das partes do sistema, que é o que lhe dá a vantagem de existir face a sistemas mais simples, é o maior handicap ao diagnóstico e descoberta das causas das falhas. Para atenuar esta desvantagem, os fabricantes recomendam e fornecem equipamento de diagnóstico. São equipamentos usualmente volumosos e dispendiosos. Encontram-se onde é indispensável, nas instalações e/ou com o pessoal técnico responsável pela manutenção. Têm de ser distribuídos conforme a utilização do equipamento que visam manter, em articulação com os respetivos níveis de manutenção. Não é regra, mas é comum constatar que quanto mais complexo é o sistema, maior é o número ou mais complexos são os equipamentos de diagnóstico agregados a si. Um equipamento complexo que apresenta grandes dificuldades na determinação das causas de uma falha, é por exemplo um equipamento que faz uso ou interfere no espectro eletromagnético. A sua utilização pode ter graves implicações no funcionamento de outros seus subsistemas. Esta problemática é conhecida por compatibilidade eletromagnética.

O uso intensivo de equipamentos fortemente constituídos por componentes eletrónicos, implica que deve ser efetuada

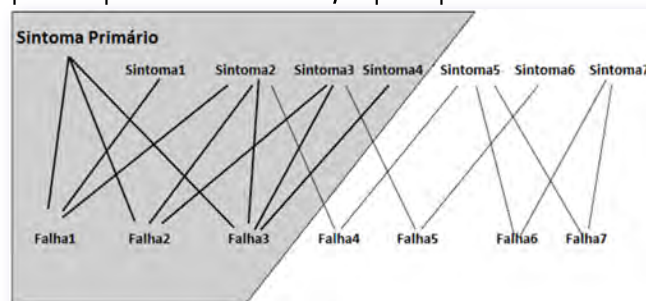


Figura nº 3 – Relação entre sintoma e falha típico de equipamentos complexos

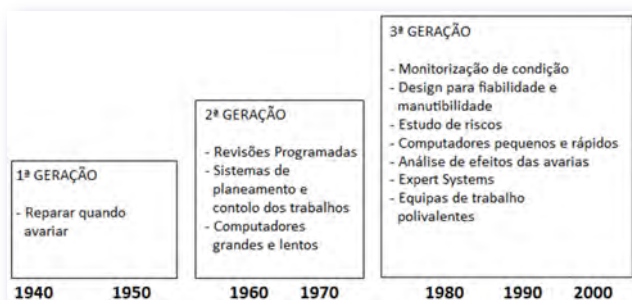


Figura nº 2 – Breve descrição da evolução da manutenção

mento em causa. Os equipamentos militares apresentam como principal característica a robustez, capaz de garantir uma total operacionalidade no mais vasto espectro de condições de utilização possível e em qualquer lugar. Usualmente condições mais adversas do que as aplicadas a qualquer outro equipamento. Esta exigência de universalidade operacional, pode não ser compatível, e em muitos casos não é, com o recurso à subcontratação no local onde o equipamento se encontra. O objetivo de diminuir o peso da subcontratação nos equipamentos militares, pode ser alcançado colocando a resolução de problemas em níveis mais baixos da manutenção, “modularizando” os equipamentos. Esta técnica permite uma rápida resolução dos problemas através da troca de módulos avariados por outros operacionais, sem recurso a muita especialização da mão-de-obra. Os módulos avariados ou danificados são então evacuados a fim de serem reparados, não raras as vezes, com recurso à subcontratação a várias centenas ou milhares de quilómetros de distância.

A complexidade de um determinado equipamento é uma demanda dos requisitos operacionais que estiveram na origem do seu projeto. Ela é certamente necessária, e há que saber viver com ela. Quando num sistema complexo surge uma falha, torna-se mais problemático descobrir a(s) causa(s) da mesma, em face de sistemas mais simples, mas que não realizam todas as tarefas desejadas.

uma verificação do bom funcionamento de todos os subsistemas, em toda a gama do espectro eletromagnético em que cada subsistema funciona. É muito natural exigir a diversos equipamentos que equipam Forças Armadas, a capacidade de suportar um ataque sob a forma de EMP(2) e, continuarem em funcionamento permitindo comunicações via satélite, WI-FI(3) e HF/VHF/UHF(4).

A complexidade dos sistemas é causa direta das exigências que se impõem em termos de funcionalidades, mas aumentam a probabilidade de falha e consequentemente, a probabilidade de inoperacionalidade de todo o sistema. A robustez exigida aos equipamentos militares, impõe sérias exigências aos padrões de qualidade de desempenho destes. O aumento de complexidade juntamente com o incremento de fiabilidade traduz-se num acréscimo exponencial do custo. As tecnologias mais recentes permitem normalmente possuir vantagem sobre outros atores que possuem tecnologias anteriores mas, são também normalmente muito dispendiosas. Não obstante, a manutenção destes equipamentos induz uma significativa dependência dos fabricantes de todo o sistema complexo, e também dos fabricantes dos seus constituintes. Falhas em manutenção no campo da indústria, têm normalmente custos monetários elevados. Falhas em manutenção de equipamento estritamente militar, têm normalmente custos humanos. É imprescindível evoluir, criando condições para um desempenho superior. Tal desígnio só poderá ser alcançado, se a aquisição e manutenção do equipamento necessário, mais ou menos complexo, não implicar uma excessiva dependência de entidades externas, sobretudo aquelas sobre as quais não se possui qualquer controlo.

(2) Electromagnetic Pulse – Pulso eletromagnético

(3) Comunicação sem fios como a utilizada em dispositivos de rede local

(4) HF – High Frequency; VHF – Very High Frequency; UHF – Ultra High Frequency



Ten Cav
João Lemos



A Pandur II 8x8 versão Remote Weapon System (RWS) M151/M1 PROTECTOR é constituída por um casco comum a todas as versões da família Pandur e por um unidade de tiro composta por uma arma pesada e por potes de fumos, operada por controlo remoto através do interior da viatura. Este sistema de armas, além de conferir proteção ao operador, garante uma grande capacidade para observa e adquirir alvos sob qualquer tipo de condições meteorológicas.



A empresa responsável pelo M151/M1 PROTECTOR é a empresa KRONBERG GROUP, que está presente em 25 países e tem como objetivo produzir tecnologia de ponta nas áreas da defesa, aeroespacial, marinha mercante, extração de petróleo em plataforma e produção de gás. O primeiro protótipo deste sistema de armas foi lançado em 1997. Em 1998 equipou viaturas de outros exércitos que estiveram presentes no conflito do Kosovo, contudo o modelo português é bastante mais actual tendo sido lançado em 2005.

O sistema RWS PROTECTOR é composto por três grupos: Unidade de Tiro, Unidade de Controlo de Tiro e Punho do apontador. A unidade de tiro encontra-se na parte superior da viatura, à retaguarda da escotilha do chefe de viatura constituída por sensores, servo motor, por uma metralhadora pesada HMG Browning 12.7mm

com um cunhete de 200 munições, oito potes de fumos e vários aparelhos ópticos nomeadamente Mira Diurna, Câmara Térmica e Telémetro Laser.

Esta unidade de tiro tem a possibilidade de ser guarnecida por uma HMG Browning 12.7mm ou por lança granadas LG MK19 de 40mm, contudo actualmente ao servi-



ço só está disponível a RWS com HMG Browning 12.7mm com alcance máximo 6800m, alcance prático 1850m e com a cadência de tiro 450- 550 tiros por minutos (tpm). Este sistema de armas é operado electricamente através do seu interior contudo em caso necessidade ou do sistema ficar danificado, pode ser operado manualmente como uma arma vulgar tendo liberdade em todos os eixos. Os aparelhos ópticos constituem uma mais-valia deste sistema, permitindo observar, adquirir e bater alvos com muita facilidade. A Mira Diurna tem uma resolução elevada permitindo ao operador identificar qualquer movimento ou presença a grande distância. A Câmara Térmica mediante condições de visibilidade reduzida, garante uma grande precisão e o esclarecimento de qualquer situação. O Telémetro Laser é uma novidade neste tipo de arma, permitindo aferir a distância exata ao alvo, permitindo um melhor aproveitamento da arma.

A unidade de controlo está instalada no interior da viatura, no local do apontador de tiro, e consiste num ecrã e vários comandos de controlo do sistema de armas.

O comando do apontador é materializado através de um comando de dedo instalado num punho fixo, através do qual o apontador controla o sistema de armas nos vários eixos, comanda o zoom das câmaras e faz fogo.



Esta versão da viatura Pandur só existe no Regimento de Cavalaria nº 6, tendo sido integradas nas Secções de Exploração dos Pelotões de Reconhecimento da Recce.

A formação deste sistema de armas está a cargo do Regimento de Cavalaria nº6, uma vez que a formação inicial da empresa KRONBERG foi ministrada aos militares do regimento.

Esta viatura assume-se como o concretizar da modernização das viaturas blindadas de rodas trazendo novas capacidade, ferramentas essencial no moderno campo de batalha. É sem sombra de dúvida uma mais-valia para as unidades de reconhecimento atribuindo uns novos olhos ao reconhecimento.



Ten Inf
Ivo Pereira

1. Introdução

A necessidade da existência no campo de batalha de informação em tempo real para uma melhor tomada da decisão a todos os níveis de comando torna-se um factor determinante na condução das Operações. Neste plano os Veículos aéreos não Tripulados (*Unmanned Aerial Vehicles—UAV*) começaram a ter cada vez mais importância nos modernos cenários de guerra, destacando-se a sua elevada utilização nos Exércitos da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) nomeadamente na Guerra do Afeganistão, levada a cabo pelos Estados Unidos em 2001 e em 2003, na Guerra do Iraque. A constante necessidade de redução das vítimas quer nas fileiras dos exércitos, mas também na redução de vítimas no seio da população causados pelos combates tem aumentado sua aplicabilidade, passando desde a simples observação ao comando e controlo e até ao combate.

2. Enquadramento

O UAV segundo a doutrina da NATO é um veículo aéreo que não transporta operador humano é capaz de voar autonomamente ou ser pilotado remotamente, é capaz de ser recuperado ou abandonado, e pode transportar uma carga letal ou não. O UAV não é apenas um veículo que atua sozinho este é parte de um sistema mais complexo normalmente denominado de Unmanned Aircraft Systems (UAS).



Figura 1 – Sistema UAS

2.1 Sistema UAS

Da perspetiva operacional, o sistema UAS é constituído por vários componentes que interligados de forma eficaz estabelecem o funcionamento do UAS. Os componentes do UAS são: Veículo Aéreo não Tripulado (Unmanned Aircraft-UA), Cargas (Payload), Elemento Humano (Human Element), Elementos de Controlo (Control Elements), Comunicações de Dados (Data Link), Elemento de Apoio (Support Element).

Classificação	Categoria	Emprego Normal	Altitude Normal de Operação	Normal Raio de Missão	Comando Normalmente atribuído	Exemplo de plataforma
CLASS I (menos de 150 kg)	SMALL >20 kg	Unidade Tática (com sistema de lançamento)	Acima dos 5000 pés AGL (~1500m)	50 Km (LOS)	Batalhão, Regimento, <i>Battle Group</i>	Luna, Hermes 90
	MINI 2-20 kg	Subunidade Tática (lançamento manual)	Acima dos 3000 pés AGL (~914m)	25 Km (LOS)	Companhia / Esquadrão	Scan Eagle, Skylark, Raven, DH3, Aladin, Strix
	MICRO <2 kg	Pelotão Tático, secção, Individual (apenas um operador)	Acima dos 200 pés AGL (~60m)	5 Km (LOS)	Pelotão / Secção	Black Widow
CLASS II (150 kg a 600 kg)	TACTICAL	Formação Tática	Acima dos 10,000 pés AGL (~3050m)	200 Km (LOS)	Comando de Brigada	Sperver, Iview 250, Hermes 450, Aerostar, Ranger
CLASS III (mais de 600 kg)	Strike / Combat	Estratégico / Nacional	Acima dos 65,000 ft (~19800m)	Ilimitado (BLOS)	Comando de Teatro de Operações	
	HALE ⁶	Estratégico / Nacional	Acima dos 65,000 ft (~19800m)	Ilimitado (BLOS)	Comando de Teatro de Operações	Global Hawk
	MALE ⁷	Operacional / Teatro de Operações	Acima dos 45,000 ft MSL (~13700m)	Ilimitado (BLOS)	Comando da JTF	Predator B, Predator A, Heron, Heron TP, Hermes 900

O UA é a aeronave não tripulada propriamente dita em que esta pode ser movida a motor de explosão, turbojacto, turboélice ou elétrico podem dispor de sistema de navegação e guiamento e um sistema de comunicações.

O Payload ou cargas é todo o equipamento transportado pela aeronave para cumprir a sua missão variando conforme a mesma. Pode incluir sensores, repetidores de comunicações, armas ou outro tipo de carga.

Nos sensores incluímos sensores óticos como câmaras de alta resolução ou câmaras térmicas, infravermelhos, radares, lasers, ou mesmos designadores de objetivos, detetores de agentes químicos, biológicos ou radiológicos. Pode ainda transportar outro tipo de cargas como por exemplo medicamentos para ser entregue a uma força que se encontre atrás das linhas inimigas.

O Elemento Humano é um dos componentes mais importantes. Apesar da aeronave não ser tripulada, os UAS requerem um forte envolvimento do Elemento Humano para a preparação e execução das missões. Podemos incluir neste componente o operador, o comandante que designa a missão, a manutenção, ou a análise das informações recolhidas.

O Elemento de Controlo pode estar sediado em terra, mar ou no ar, lidando com diversos aspetos tais como Comando e Controlo (C2), planeamento da missão, controlo da carga e comunicações. Alguns UAS requerem dois ou mais



elementos para controlar a aeronave e a carga útil enquanto outros basta apenas um controlador.

Comunicações de dados incluem todos os meios de comunicação entre a aeronave, Elemento de Controlo e o utilizador e são usadas para a transferência de dados. Estes dados podem ser transmitidos de forma direta para o utilizador ficando disponível no imediato ou para uma rede de análise e posterior divulgação.

Relativamente ao Elemento de Apoio à semelhança das aeronaves tripuladas estas também necessitam de um apoio logístico que incluiu todo o equipamento para transportar, manter, lançar ou recuperar a aeronave. Para um sistema pequeno os equipamentos de apoio são relativamente diminutos mas em sistemas maiores este apoio será mais pesado.

2.2 Classificação dos UAS



Figura 1 – Sistema UAS

A classificação dos UAS e a existência de categorias diferenciadas de UAS facilita a comunicação entre várias organizações ou forças. Ao longo da história esta classificação tem variado dependendo das organizações ou dos autores, variando desde a autonomia às características físicas como forma de classificação. Neste artigo usarei a classificação NATO que serve de referência para o nosso Exército. A divisão NATO assenta no seu emprego operacional e divide inicialmente os UAS em três classes tendo em conta o seu peso, sendo depois divididas de acordo com a altitude de emprego em operação.

3. Potencialidades e Vulnerabilidades dos UAS

No que refere as principais Potencialidades dos UAS elas são as seguintes:

a. Transmissão de informação em tempo real possibilitando, aos vários níveis de comando, um conheci-

mento em permanência da situação do Teatro de Operações.

- b. Eliminação do risco de perdas humanas.
- c. Emprego fácil e rápido em missões.
- d. Capacidade de funcionar como retransmissor de dados e comunicações.
- e. Complementar a acção do Observador avançado, podendo mesmo regular fogos indirectos, missões de tiro próximo e desencadear missões de apoio aéreo próximo.
- f. Reduzido tempo de formação e treino.
- g. Grande versatilidade de emprego.
- h. Grande manobrabilidade e capacidade de acesso a locais inacessíveis a aeronaves tripuladas.
- i. Elevada mobilidade sendo em alguns casos são transportados manualmente.

Existem também algumas limitações ao nível dos actuais UAS que deveremos ter em conta na sua utiliza-

ção, que são as seguintes:

- a. Vulnerabilidade ao fogo inimigo e limitada capacidade de auto defesa.
- b. Restrições de operação em condições meteorológicas adversas como vento, turbulência, chuva e gelo.
- c. A grande quantidade de informação produzida exige uma grande disponibilidade de frequências e uma elevada largura de banda.
- d. Elevada probabilidade de acidentes com UAV.
- e. Integração com o tráfego aéreo convencional cria problemas de controlo de espaço aéreo.

4. UAS no Exército Português

O Exército Português junto dos seus parceiros da NATO decorrente da "BI_SC FORCE PROPOSAL PACKAGES-2008 FORCE GOAL CYCLE" comprometeu-se a desenvolver a capacidade ISTAR (Intelligence, Surveillance, Target Acquisition and Reconnaissance) até 2018 nos escalões de

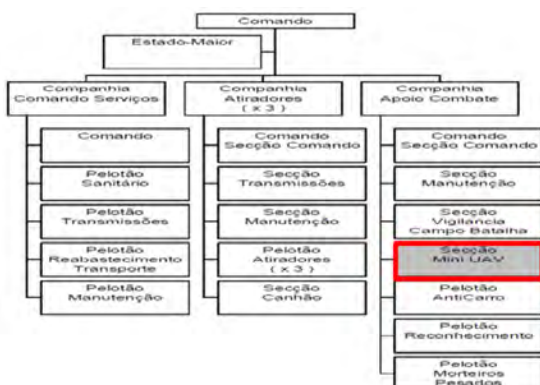


Figura 3 – QO dos Batalhões da BrigInt



Brigada e Batalhão. Com este começo partiu-se para o “Plano de Desenvolvimento e Implementação da Capacidade ISTAR no Exército (2009-2018)” vertendo na criação de uma unidade ISTAR capaz de se adequar e apoiar a organização das Brigadas nomeadamente nas Unidades de Escalão Batalhão (UEB) e Esquadrões de Reconhecimento (ERec).

Criou-se então um Batalhão ISTAR possível de ser atribuído a uma das Brigadas, no quadro orgânico deste batalhão existe um pelotão de UAV LAME (*Low Altitude Medium Endurance*) e doze sistemas Mini-UAV para serem empregues nas UEB (três sistemas cada) e no ERec (três sistemas). Nos Batalhões de Infantaria os Mini-UAV estão espelhados no quadro orgânico da Companhia de Apoio de Combate (CAC).

5. UAS no Apoio de Combate

As missões que podemos atribuir a um UAV podem variar dependendo da sua classe e do equipamento que lhe é acoplado.

Daremos mais ênfase às missões em que os UAV de Classe I, nomeadamente os Mini-UAV que estão vocacionados para apoiar as UEB existentes no nosso Exército, demonstrando a sua importância no Apoio de Combate a essas Unidades.

Destaco as seguintes missões para os Mini-UAV em apoio das UEB:

a. O Reconhecimento e Vigilância é uma das principais missões atribuídas por um Comandante aos UAV, sendo através da obtenção de uma imagem, em tempo, do campo de batalha, informações sobre o terreno, deteção de unidades amigas e inimigas, apoiando de forma eficaz a tomada de decisão em todos os níveis de decisão.

A possibilidade dos Mini-UAV serem facilmente transportados e lançados manualmente e rapidamente, dão ao comandante a capacidade de providenciar reconhecimentos sobre o que está fora da linha de vista (Around the corner) ou depois de uma elevação (Over the hill), permitindo maior flexibilidade e rapidez.

Os Mini-UAV podem trabalhar em complemento dos Pelotões de Reconhecimento da CAC ou da Secção de Vigilância do Campo de Batalha (SecVCB), podendo reconhecer um itinerário, efetuar reconhecimento de área ur-

banas ou reconhecimento de zona e constituir-se uma clara mais valia para a obtenção da imagem operacional que permite o emprego dos meios do Batalhão.

b. Operações de Segurança – Nestas operações os UAV são utilizados para preservar o potencial de combate e liberdade de movimentos de uma força fornecendo informações sobre o terreno e a ameaça. Um exemplo desta aplicação é a utilização destes meios na proteção a uma coluna militar onde o Mini-UAV poderá deslocar uns metros à frente da coluna dando informações em tempo real do itinerário.

c. Comando, controlo e comunicações (C3) – Os Mini-UAV na sua generalidade permitem o aumento da rede de comunicações, permitem ainda o controlo em tempo real de Unidades durante operações, aumentando a eficácia do controlo.

d. Identificação e Designação de Objetivos – A capacidade de identificação permite uma maior eficácia na atribuição de fogos, quer de Morteiro,

quer Anticarro, permitindo ainda o seguimento do alvo, confirmando se este foi neutralizado. Pelas suas características, podemos utilizar os Mini-UAV na regulação dos fogos indiretos, permitindo uma confirmação da eficácia do fogo na indisponibilidade de colocação no terreno de um Observador Avançado ou cobrindo um ângulo morto. Existe ainda a possibilidade de efetuar uma avaliação / controlo de danos dos efeitos do combate em linha inimigas.

6. Conclusão

No Apoio de Combate, os Mini-UAV representam um acréscimo de capacidades que funcionam na perspectiva de complementar e potencializar os elementos do Apoio de Combate numa UEB. Estes poderão auxiliar o Pelotão de Reconhecimento nas suas tarefas principais, aumentando a área reconhecida ou vigiada, podendo ainda libertar o Pelotão de Reconhecimento para outras tarefas. Relativamente ao apoio ao Pelotão de Morteiros Pesados, poderá ser feita a designação de objetivos ou a regulação deste tiro, aumentando a sua eficácia.

Os Sistema UAS quando utilizados em proveito e apoio as operações e aproveitando todas as suas capacidades, tornam o apoio de combate muito mais eficaz ou libertando meios para serem empregues onde o esforço é necessário.

Os Sistema UAS quando utilizados em proveito e apoio

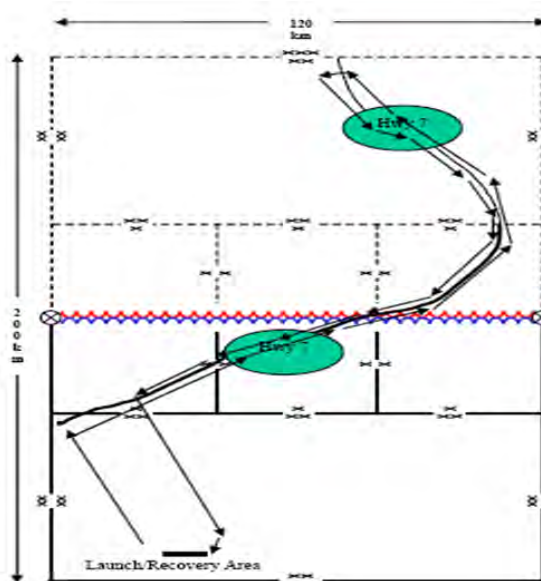


Figura G-2 – Possible Flight Pass for a Route Reconnaissance

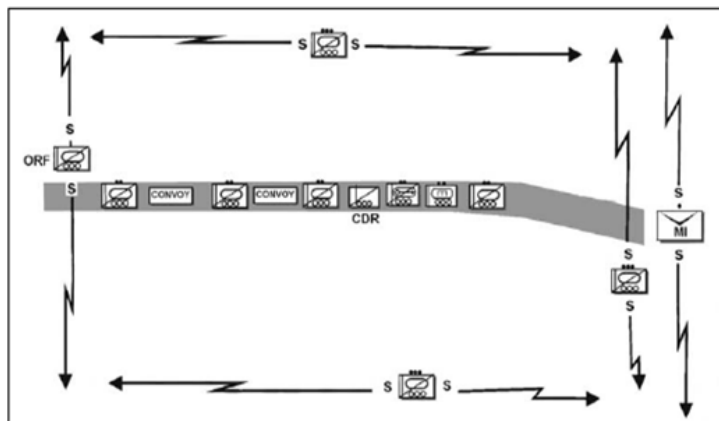


Figura 4.12 –Squadron Conducting Convoy Security



Cap Inf
Daniel Gomes

Incluído no plano de treino operacional do 1º Batalhão de Infantaria (1BI) neste último trimestre de 2013, têm vindo a ser cumprido um plano de treino de Tiro de Combate.

Tendo por base a noção de que, todo o tiro realizado com munição real deve ser considerado tiro de combate, e que, a evolução do mesmo deve passar pela individualização e posteriormente integrar no todo da unidade, apresentamos seguidamente as diferentes fases dos tipos de tiro de combate em execução no plano de treino do 1BI.

Segundo o novo manual de Tiro de Combate de Março de 2013, e em concordância com a formação adquirida por



quadros deste Batalhão no Curso de Instrutores de Tiro de Combate, o tiro de combate divide-se ge-

nericamente, em quatro níveis principais. Estes níveis são sempre precedidos de uma Sala Didática de tiro e compõem-se por: Tiro de Combate de Precisão, Tiro de Combate Reativo, Tiro de Combate Dinâmico e Tiro de Combate Operacional.

O Tiro de Combate de Precisão é aquele que avalia a consistência e técnica do atirador, tendo como objetivo garantir a eficácia do tiro em condições estáveis, sem condicionamentos físicos e táticos, validando a aprendizagem na Sala Didática de Tiro. Este tipo de tiro constitui a primeira fase de treino de tiro e foi efetuado na carreira de tiro (CT) de Borbela, em Vila Real, à distância de 100 metros, onde os atiradores, tinham como objetivo agrupar o maior número de disparos e caso fossem bem-sucedidos avançavam para a distância dos 200 metros. Esta distância e este tipo de tiro são permitidos pelas condições garantidas por esta CT, permitindo paralelamente, uma maior utilização, e uma evidente economia de meios.

O Tiro de Combate Reativo assume-se como o tiro (que anteriormente era referido como instintivo), onde a ameaça é próxima e a necessidade de disparar rapidamente retira tempo de preparação em favor da velocidade. Como este tiro não permite utilizar o aparelho de pontaria, deve-se treinar repetidamente a memorização muscular através do "Treino em Seco". Neste nível de tiro são introduzidas novas posições básicas de tiro que passam pelas posições de: anca, anca-ombro e caçador. Estas "cortam" substancialmente com técnicas aprendidas no passado, tendo como objetivo a aproximação da postura do atirador face a um ambiente real (movimentações em contacto provável e iminente). Neste bloco de tiro, que constituiu a segunda fase de treino, foram efetuadas varias sessões de tiro na CT do Centro de Tropas de Operações Especiais (CTOE), que passaram pelas abordagens estáticas às várias

posições e posteriormente às movimentações perpendiculares e laterais em relação à linha de alvos.

O Tiro de Combate Dinâmico (anteriormente referido como tiro de combate), é aquele onde são introduzidos condicionamentos físicos, psicológicos e táticos. Neste, verifica-se a introdução do fogo e movimento num ambiente tático e com a abordagem a resolução de problemas: falha de disparo, troca de carregador controlada e troca de carregador rápida. Nesta fase têm sido realizadas sessões de tiro na CT do CTOE, onde se abordou a movimentação individual do atirador ao longo de um percurso, tendo condicionamentos físicos e táticos inerentes, de forma a consolidar o desenvolvimento das técnicas do atirador.

O Tiro de Combate Operacional é aquele que é feito o mais aproximado do real, quer pelos condicionamentos induzidos, quer pela inclusão dos equipamentos e armamentos orgânicos, sendo o atirador integrado funcional-



mente na unidade que efetua a sessão. Este tipo de tiro torna-se mais difícil de efetuar pela ausência de CT vocacionadas para este efeito, sendo apenas possível nesta fase o Tiro de Combate Operacional até à unidade de escalão secção (UES).

O treino de tiro realizado no 1BI abordando os níveis acima referidos começando por algumas dificuldades iniciais, que passam pelo pouco à vontade dos militares, associado ao nervosismo intrínseco do "desuso" deste tipo de treino ao longo dos últimos ciclos de treino operacional, veio posteriormente a mostrar resultados francamente positivos.

Fruto de uma progressão natural e aptidões apuradas, assim como a integração funcional que conscientemente os militares adquiriram, demonstradas nas últimas sessões efetuadas, os índices de motivação e aquisição de competências de combate mostraram a importância de reforçar este tipo de treino, que deve assumir-se progressivo e constante.

Por tudo isto, importa realçar que o tiro de combate constitui-se como uma das matérias fundamentais no treino militar, e que, este deve ser encarado como uma das prioridades de treino, requerendo o dispêndio considerável de meios e de tempo disponível. Pois, o nível de ambição será sempre a prontidão operacional das forças e essa passará por uma conjugação do treino de tiro com a restante tática da condução das operações militares.



Ten Inf
Pedro Leite

De 3 a 28 de junho de 2013, decorreu no Regimento de Infantaria nº 13, o Estágio em Contexto Operacional (ECO) destinado aos oficiais alunos do Tirocínio para Oficial de Infantaria (TPOI) e aos sargentos alunos do 4º Curso de Formação de Sargentos de Infantaria (CFSI).

Enquadrados no 1º Batalhão de Infantaria (1BI), frequentaram o ECO quatro Aspirantes e seis Fur-



riéis, divididos em quatro grupos mistos (TPOI/CFSI) tendo sido integrados nas diversas Companhias do 1BI. Assim, a 1ª Companhia de Atiradores (1CAT), a Companhia de Apoio de Combate (CAC) e a Companhia de Comando e Serviços (CCS), em sistema de rotação dos grupos, ficaram responsáveis pela formação, validação e avaliação dos conhecimentos adquiridos, nas áreas de Atiradores, Apoio de Combate e Apoio de Serviços.

Partindo das atividades em curso no 1BI, que se encontrava na sua fase de regeneração de capacidades, os oficiais e sargentos alunos foram familiarizados com o ciclo de treino e prontidão das subunidades, enfatizando também a sua missão, organização, possibilidades e limitações, equipamentos, meios disponíveis e infraestruturas. Neste contexto e procurando desenvolver competências de comando e liderança e ao mesmo tempo aplicar, complementar e consolidar a formação militar, os oficiais e sargentos alunos efetuaram o planeamento e execução de operações,

instruções e treino em contacto direto com o comando de homens em integração funcional com os Comandantes de Pelotão e Comandantes de Secção.

Assim, durante quatro semanas os oficiais e sargentos alunos adquiriram conhecimentos técnicos em diversas áreas, com formação em VBR Pandur II 8x8, no rádio HF-VHF PRC-525AH, no Radar AN/PVS-5B, Míssil MILAN, em Morteiro Pesado 120mm, bem como, aplicaram os conhecimentos táticos em operações de cerco e busca, operação de nomadização (ações Subsequentes), CheckPoint, reação a IED, em operações de Vigilância e Contra vigilância do Campo de batalha (VCB), Reconhecimento, Anticarro e Morteiros Pesados, e ainda integraram e interagiram com a organização e articulação de meios, pessoal e material da CCS no Pelotão Sanitário, Pelotão de Transmissões, Pelotão de Reabastecimentos e Transportes e Pelotão de Manutenção.

Tutelados pelos oficiais subalternos e 1ºSargentos/2ºSargentos da Unidade, os alunos foram ainda orientados e integrados na dinâmica interna de uma unidade de tipo regimental, destacando-se o contacto com serviço Interno de Oficial de Prevenção, Sargento Dia e de Guarda.

O estágio, apesar da sua curta duração, permitiu aos alunos viverem em plenitude a vida regimental, o comando de tropas, em instrução ou em atividade operacional, sentindo as dificuldades inerentes à função que brevemente desempenharão, garantindo-lhes simultaneamente os conhecimentos e ferramentas que futuramente aplicarão no cumprimento das missões que lhes serão confiadas.



"Por único móbil a honra e a dignidade"



A ENGENHARIA NO APOIO ÀS POPULAÇÕES



Alf RC
Ruben Castro

O Regimento de Engenharia Nº3, em Espinho, mune a Brigada de Intervenção de uma capacidade de Apoio Geral de Engenharia, sendo um elemento chave no apoio do Exército à população civil, no cumprimento de diversas missões de interesse público. A forte ligação à população deste Regimento surge da realização de diversos apoios em diferentes âmbitos como os Exercícios Operacionais, destacando-se a participação no exercício Dragão 13, da Brigada de Intervenção, com a operação na Fonte da Rainha, no Mu-



Plano Aluvião – Bairro dos Pescadores

nício de Murça e beneficiação de um caminho de acesso a habitações na Freguesia de Salgueiro, Concelho de Murça, Vila Real, enquadrada num contexto de uma atividade CIMIC, num cenário de Operações de Apoio à Paz.

O apoio à população tem-se feito sentir também no âmbito do Plano de Atividade Operacional Civil (PAOC) com diversos trabalhos de movimentação de terras como a abertura, requalificação e alargamento de estradas, como por exemplo os apoios feitos à Câmara Municipal de Ribeira de Pena e Câmara Municipal da Covilhã, entre outros.

Para além deste plano, muitos outros apoios Inopinados Civis são prestados, como o apoio à Associação de Solidariedade Social “Sorriso da Rita” que visa ajudar crianças desfavorecidas com paralisia cerebral, colmatando as faltas de condições essenciais ao dia-a-dia através de obras de remodelação por forma a favorecer o máximo as condições de vida das mesmas.

Outro exemplo recente é o apoio ao Município de Espinho na limpeza de 2.000m de costa com a reposição e nivelamento do areal, colmatando assim os danos provocados pelos fortes ventos e intempéries.

Outras importantes intervenções de apoio às populações são os apoios feitos em parceria com a Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC) no combate a incêndios, no âm-



Plano Aluvião – Praia de Paramos

bito do Plano Lira, onde estiveram destacadas equipas munidas com Tratores de Lagartas, em Sever de Vouga, Alfândega da Fé, Serra do Caramulo – Tondela, Parque Natural do Alvão, Monção e Vila Praia de Âncora, empenhando também um Oficial de Ligação das Forças Armadas para o distrito de Aveiro.

Na prevenção e mitigação do efeito de intempéries, no âmbito do Plano Aluvião, estiveram destacadas equipas em Silvalde, criando um talude com o objectivo de proteger as habitações junto à zona costeira da acção do mar, em Paramos com a remoção do passadiço que se encontrava sem sustentação devido à acção do mar e na criação de uma barreira de protecção para a ETAR.



Plano Lira – Mondim de Basto

Outras importantes intervenções são a limpeza e abertura de corta-fogos para a prevenção de incêndios e melhoramento dos acessos às matas para um melhor combate aos incêndios, no âmbito do Plano Faunos, com o empenho de equipas de trabalho munidas com Tratores de Lagartas e equipas de segurança que garantem um empenho constante, sete dias por semana.

A capacidade de resposta a pedidos de apoio, acidentes graves ou catástrofes, aliada à capacidade de bem-fazer e à certeza de profissionalismo deposita na população um sentimento de confiança e descanso quando no que ao apoio de Engenharia diz respeito.



PROJEÇÃO DA FORÇA DO REGIMENTO DE INFANTARIA Nº14 PARA TAVIRA



Alf RC
Tiago Ferreira

No âmbito da rotação dos Encargos Operacionais do Exército no RI1-Tavira, foi projetado para aquela região em 02 de Setembro de 2013, um Pelotão de Atiradores, com um efetivo total de trinta e cinco militares. Foi constituído por um Oficial, cinco Sargentos e vinte e nove Praças da 1ª Companhia de Atiradores, do 2º Batalhão de Infantaria, do Regimento de Infantaria Nº14.

A nossa missão consistia em garantir a presença contínua no Quartel da Atalaia – RI1 TAVIRA, ministrar instrução e treino operacional e garantir atos de serviço. O Pelotão desenvolveu todo o tipo de treino, orientado essencialmente para as técnicas e procedimentos de um Pelotão de Atiradores. Foi ministrada a seguinte formação: Tática e Técnica de Atiradores; Armamento e Tiro; Saúde Higiene e Primeiros Socorros, Topografia; Combate em Áreas Edificadas; Transmissões e Combate Corpo a Corpo.



O Pelotão permaneceu em Tavira durante sete semanas, desenvolvendo o espírito de corpo e fomentando conhecimentos mútuos e a coesão entre todos, regressando ao Regimento de Infantaria Nº14 no dia 16 de Outubro de 2013. O esforço e dedicação de todos os militares que passaram este período em Tavira foram notórios, assim como todas as condições que o RI1 proporcionou. A força contribuiu para a boa imagem do RI14, assim como melhorou a sua capacidade operacional a todos os níveis.

Durante a permanência foram utilizados terrenos exteriores ao aquartelamento, nomeadamente a Carreira de Tiro, a Quinta das Oliveiras e as Salinas. O Encargo Operacional usufruiu das capacidades e infra-estruturas do RI1 e da excelente meteorologia que se fez sentir. Durante o treino operacional foi exigido o máximo rigor, realismo e exigência, sempre no estrito cumprimento das normas de segurança em vigor.



De realçar, ainda, a participação do Pelotão na cerimónia comemorativa do 365º aniversário do Regimento de Infantaria Nº 1, onde teve um papel preponderante na preparação de todo o evento.

O BEM-ESTAR DOS OUTROS: UM DESAFIO



Cap Sar
Marcelino Pereira

Alegrear-se com o bem-estar e o sucesso dos outros camaradas, eis que traz paz interior e felicidade profunda. Querer o bem-estar do outro faz bem para nós próprios.

Para isso necessitamos de treino, esforço, disciplina e conduta ética para o desapego de nós mesmos e colocar em primeiro lugar os interesses e o bem-estar dos outros.

É assim que nos tornamos altruístas. Para isso precisamos de cultivar algumas atitudes de paciência, compaixão, humildade e tolerância. Estas virtudes facilitam a empatia que nos leva a ocupar com os outros. Não serão porventura também estes os valores que os militares de todos os tempos exercitam em mais alto grau em tempos de paz e de guerra?

A lei deverá ser esta: “quanto mais consideração e respeito temos pelo outro, tanto mais felicidade genuína teremos”. O altruísmo, o ser para o outro, é uma componente essencial de todo o ser humano, independentemente da sua raça, cor ou religião.

Cada vez que acordamos para começar um novo dia, precisamos reavivar a decisão de querer o bem dos outros. O que pensamos, dizemos, fazemos, desejamos ou omitimos é aquilo que condiciona a paz interior ou a falta dela... Quem desvia o foco de atenção de si mesmo para os outros, conquista a liberdade e a paz. A preocupação excessiva consigo mesmo, aumenta o sofrimento, tornando-nos narcisistas e egoístas.

Para viver bem o tempo presente e ter algum sentido para a vida, é preciso tratar os outros como próximos, não prejudicando a vida de ninguém, fazer tudo pelo seu bem... As Religiões que ajudam a amar o próximo, a ter atitudes altruístas, a ter compaixão e respeito, são remédio para as dores da vida e chave para um mundo melhor, por isso se fala tanto nas Forças Armadas no conceito de moral e bem estar, que representam este caminho em direção ao outro, ao meu camarada que atravessa algum período difícil na sua vida.

O nosso bem-estar pessoal é fruto deste êxodo de nós mesmos, da capacidade da escuta atenta do outro. A atenção exagerada sobre nós mesmos, sobre o nosso ego, sobre os nossos problemas tornam-se fonte de doenças somáticas. O altruísmo é remédio que faz a vida saudável. Temos tantos exemplos na história de pessoas cuja existência e missão foi fazer o bem. Dizia um general inglês fundador do Escutismo que deveríamos passar por este mundo e deixá-lo melhor... Todo o bem que fazemos aos outros, não morre. Portanto, é o bem que fazemos que confere sentido à vida e nos projeta para a eternidade.

Neste mundo somos uma grande família, cujo segredo está na interação, na relação, na integração e reciprocidade entre as pessoas e os povos.

Cuidemos estes valores, lutemos por eles, façamos deles o grande farol das nossas curtas vidas que passam como a erva dos campos, sejamos bons samaritanos nos tempos conturbados que atravessamos, de crise económica, financeira, mas também de valores.

A Instituição militar que servimos orgulhosamente, será pioneira de bom exemplo, cheia de homens virtuosos, que fazem parte desta Nação Valente e Imortal.





TCor Art
Eugénio Gil

Introdução

No artigo apresentado no anterior número da revista da BrigInt, abordámos a problemática da Segurança das Informações, em que desenvolvemos algumas notícias que abalaram o mundo perante as bombásticas revelações de alguns “atores” que até à data das mesmas eram completamente desconhecidos para o mundo.

Esses atos e revelações trazem-nos à ideia questões que nos parecem extremamente importantes. Como podemos confiar em alguém que tem acesso a informação classificada? Como podemos mitigar o risco da divulgação dessa informação? Que mecanismos e métodos podem e devem ser utilizados para garantir a segurança das informações?

Para tentar responder a estas perguntas e a outras que devem ser preocupação permanente de todos e com maior rigor do Oficial de Segurança, iremos desenvolver algumas ideias e conceitos vertidos na PDE bem como esclarecer alguns pormenores com os quais nos deparamos e que nos criam algumas dificuldades mas, essencialmente enormes responsabilidades no tratamento de informação classificada.

Neste artigo não temos, no entanto, a intenção de detalhar e muito menos resumir a totalidade da publicação, uma vez que seria impossível condensar tal quantidade de informação num só artigo mas sim, salientar alguns dos aspetos considerados importantes utilizando vários conceitos e termos constantes na PDE.

A PDE 00-25-00 datada de Agosto de 2013, entra em vigor, complementando e consolidando muitas das ideias e determinações constantes nas publicações CINF-o (Instruções de Segurança Militar no Exército, de 1968) e no Guia do Oficial de Segurança de 1982.

Em relação as publicações portuguesas, anteriormente referidas, foram introduzidas diversas alterações para que, sejam consolidados e uniformizados procedimentos, se substituam e atualizem alguns dos documentos de referência na vertente da Segurança Militar, se integrem conceitos e procedimentos adotados na OTAN e ainda se incluam matérias referentes à Segurança Militar, condensando numa única publicação a informação que se encontrava dispersa.

Conceitos

Iniciamos esta primeira parte, com alguns conceitos sobre Segurança Militar. A Segurança Militar é o conjunto de medidas e disposições ativas e passivas, tomadas como proteção contra interferências, observação, espionagem e sabotagem, com a finalidade de im-

pedir a surpresa, garantir a liberdade de ação, preservar o segredo e evitar a subversão, a captura ou aniquilamento do pessoal, bem como a destruição, dano ou roubo do material e instalações.

Princípios Gerais da Segurança Militar

Para melhor aproveitamento dos meios a segurança deve ser concebida de forma realista estabelecendo corretamente as prioridades das medidas a adotar, a cobertura deve ser a mais completa possível, deve funcionar em permanência e por fim, o esquema de segurança implementado deve ser testado, revisto e atualizado com frequência.

Contra-Informação

A Contra-Informação (CI) é o conjunto de atividades relacionadas com a identificação e neutralização da ameaça à segurança, constituída por serviços de informações e organizações hostis ou por indivíduos relacionados com espionagem, sabotagem, subversão ou terrorismo.

Security vs Safety

Para termos a noção correta sobre o conceito de “Segurança” devemos utilizar dois termos distintos, Security e Safety. O conceito de Security baseia o seu centro de gravidade no cumprimento da missão, e consiste nas medidas ativas e passivas efetuadas com o objetivo de prevenir, detetar e neutralizar toda e qualquer atividade que seja causada intencionalmente por um elemento hostil, externo ou interno à Instituição.

Como medidas de Security podemos elencar algumas nomeadamente a elaboração de Planos de defesa e a implementação de controlos de acessos, entre outros. Por outro lado, o termo Safety tem como centro de gravidade o militar ou civil ao serviço na Instituição, encentando esforços na prevenção e proteção necessárias no ato e local de trabalho, no bem-estar e saúde individual e coletivo. O conceito de Safety, consiste em Planos de Combate a Incêndios, de Evacuação de Emergência (catástrofes naturais), entre outras.

Ameaças à Segurança Militar

A CI compreende as medidas de segurança, ativas ou passivas, de natureza militar e civil, destinadas a salvaguardar as nossas atividades, possibilidades e intenções, o pessoal, o material e as instalações, contra as atividades de informação, subversão e sabotagem desenvolvidas por uma qualquer ameaça, externa ou interna, atual ou potencial. De uma forma geral e com base no conceito visto anteriormente, numa perspetiva militar, podemos definir a Segurança como uma condição obtida quando, as instalações, as informações, o pessoal, o material e



as atividades estão protegidas contra uma determinada ameaça.

A ameaça depende da intenção e da capacidade dos opositores, e pode manifestar-se nas seguintes áreas: Terrorismo, Espionagem e/ou outras atividades de informação, Subversão e outras formas de neutralização do pessoal, Sabotagem do material e instalações, Crime Organizado e Agitação Social (TESSCO+AS).

Existem várias origens de ameaça à segurança e portanto, todas as atividades devem ser monitorizadas e avaliadas, na medida em que podem dar indicação das capacidades e intenções hostis.

Organização da Segurança Militar

Para fazer face às ameaças à Segurança Militar, devem-se desenvolver em permanência medidas ativas e passivas, de acordo com as seguintes áreas:

- Segurança da Informação
- Segurança do Pessoal
- Segurança Física
- INFOSEC

Mitigação do Risco

Um fator relevante no âmbito das medidas que permitem mitigar os riscos resultantes da ameaça aos meios CSI consiste na adoção de uma atitude pró-ativa de segurança, desenvolvendo ações que sensibilizem para as questões da segurança os responsáveis pela conceção, implementação e sustentação das CSI e ainda os utilizadores das mesmas. Para alcançar estes objetivos torna-se necessário implementar medidas das quais e entre outras, se salientam as seguintes:

- Difundir medidas de segurança que sejam sensatas e práticas;
- Formar e sensibilizar o pessoal para a segurança;
- Treinar o pessoal diretamente responsável pela segurança, fornecendo-lhes informação e conhecimentos adequados para a função;
- Aplicar o princípio da necessidade de conhecer;
- Conduzir verificações de segurança regulares e inspeções.

Instrução de Segurança Militar

O militar como elemento fundamental na segurança militar

Como regra, a eficiência das atividades de informação, subversão e sabotagem, resultam mais de falhas da nossa segurança militar, do que da agressividade e do tecnicismo que as ameaças empregam em tais atividades.

As falhas passíveis de acontecer na nossa segurança militar são resultantes de várias causas, mas salientam-se as mais relevantes:

- Carência de inspeções de segurança;
- Falta de meios adequados ou mau emprego dos mesmos;
- Ausência duma esclarecida mentalidade de segurança, por deficiência de instrução, que se traduz por:
 - (a) Menosprezo das possibilidades atribuídas às ameaças;
 - (b) Incredulidade quanto às necessidades de segurança;

É condição fundamental para o êxito na estruturação de qualquer sistema de segurança militar, a instrução de todo o pessoal quanto à necessidade desta segurança e quanto aos processos e procedimentos para a conseguir em permanência.

Objetivos Gerais da Instrução

Nesta conformidade, a instrução geral de segurança militar deverá ter como objetivos, mentalizar todo o pessoal quanto à necessidade de segurança militar, endoutrinar o pessoal quanto às suas obrigações e responsabilidades na execução das medidas de segurança e garantir a continuidade e persistência no cumprimento das medidas de segurança nas seguintes áreas fundamentais:

- (1) Segurança da Informação;
- (2) Segurança do Pessoal;
- (3) Segurança Física;
- (4) INFOSEC.

Conclusões

Muitos mais assuntos poderiam ser detalhados e tratados neste artigo mas procurou-se salientar os mais importantes aspetos da PDE, sendo que uma leitura detalhada por todos aqueles que estão envolvidos direta ou indiretamente nestes assuntos, é fundamental para cumprir com as mais elementares normas de segurança militar nas nossas Unidades.

Neste sentido continuaremos a escrever sobre este tão importante assunto, bem como, iremos realizar uma Jornada da Segurança Militar para os militares da Brigada de Intervenção.

Teremos para nos apoiar os Especialistas da área, nomeadamente, a Direção de Comunicações e Sistemas de Informação (DCSI) e o Centro de Segurança Militar e de Informações do Exército (CSMIE) e nesse sentido tentaremos contribuir para uma melhor compreensão desta temática e consequente melhoramento da Segurança Militar nas nossas Unidades.



Maj Inf
Hélder Coelho

Introdução

As operações conjuntas e multinacionais requerem um maior esforço de Ligação do que na maioria das outras operações militares. Este tipo de operações obriga a uma Ligação permanente e eficaz, com a finalidade de trocar informações, sincronizar as operações que ocorrem no Teatro de Operações (TO) e evitar o fratricídio. O facto de se trabalhar num ambiente multinacional que, por si só, é bastante complexo e exigente, obriga a um contacto diário e permanente com militares de outras nacionalidades, em outra língua que não a materna, o que dificulta a comunicação entre os mesmos. Uma má compreensão de uma ordem pode ter consequências, operacionais ou táticas, desastrosas numa determinada operação e colocar em causa o êxito da mesma.

Nestas operações, a confiança mútua é a chave para o sucesso e é neste contexto que o Oficial de Ligação (LNO) tem um papel importante e relevante a desempenhar. A Ligação inclui coordenação explícita de Doutrina e de Tática, Técnicas e Procedimentos (TTP's) requerendo paciência e diplomacia no relacionamento pessoal com os militares de outros Países. As diferenças culturais e sensibilidades devem ser bem geridas de modo a não ferir susceptibilidades que poderão colocar em causa o relacionamento entre Forças e por vezes o sucesso das operações.

Os LNO's cultivam um ambiente saudável, de sã camaradagem e de confiança mútua, coordenando continuamente ações com o intuito de alcançarem a cooperação e a unidade de esforço com outras Forças. No TO do KOSOVO, este tipo de ambiente está bem patente no *Joint Operations Center* (JOC¹), local onde trabalham os diferentes LNO's das Forças e Organizações, sendo vulgarmente denominado de "*JOC Family*".

1. Fundamentos da Ligação

A Ligação é o contacto ou intercomunicação mantida entre elementos de Forças militares ou outras agências por forma a assegurar um mútuo entendimento e unidade de propósito ou de ação. A Ligação é a técnica mais utilizada para estabelecer e manter uma comunicação física permanente entre Comandos.

É utilizada durante as operações e nas atividades diárias para facilitar a comunicação entre organizações, preservar a liberdade de ação e manter a flexibilidade.

As atividades de Ligação asseguram uma cooperação e entendimento entre Comandantes e Estados-Maiores (EM) de diferentes Comandos, uma coordenação de assuntos táticos para alcançar unidade de esforços e uma compreensão das medidas de coordenação para alcançar resultados.

A Ligação é uma ferramenta que aumenta a confiança

do Comandante e auxilia a superar atritos e a sincronizar operações.

2. O Oficial de Ligação

O LNO é o elemento que estabelece o contacto ou a Ligação entre duas organizações para comunicar e coordenar as atividades. Representa o Comandante e para o cumprimento da sua complexa missão necessita de possuir determinadas qualificações profissionais, para além de específicas características pessoais.

Um LNO com experiência, competente, confiável e informado é a chave para uma Ligação eficaz e eficiente num ambiente multinacional. Deve ser da plena confiança do Comandante e carece de ter a experiência e o posto necessário para a Missão.

Dependente do Escalão da Força para a qual o LNO trabalha assim está recomendado um posto ("*rank*"). Aos altos escalões, onde a complexidade das operações e o conhecimento para as mesmas deve ser superior, recomenda-se um LNO com um posto mais elevado.

Como exemplo, podemos referir que para o Corpo do Exército recomenda-se um Major como LNO, no entanto, em Operações de Apoio à Paz (*Peace Support Operations – PSO*) em ambientes internacionais este racional será diferente.

Trata-se apenas de uma recomendação, pois para Quartéis-generais Internacionais da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) verifica-se que para o Escalão Batalhão utilizam-se Majores ou Capitães como LNO's.

Utilizando um Oficial para cumprir a missão de Ligação, o Comandante mantém o seu "*manpower*" (utiliza eficientemente e eficazmente os recursos à sua disposição) enquanto garante um fluxo consistente e preciso de Informação, no entanto, as operações contínuas podem requer uma Equipa de Ligação para uma maior eficácia e eficiência da ligação.

O LNO representa o Comandante e por isso deve estar apto a: compreender a forma de pensar do seu Comandante e interpretar as suas mensagens corretamente; transmitir a Intenção do Comandante, Missão e Conceito de Operação; e representar a "posição" do seu Comandante.

As capacidades profissionais e as características pessoais, de um LNO eficiente, garantem a confiança e cooperação com a Unidade recetora. Com esse intuito, os LNO devem ter um conhecimento pormenorizado da sua Unidade (informações fornecidas e atualizadas pelo EM da sua Força), das quais realçam-se: Missão; TTP's; organização; capacidades; limitações; "CAVEATS" e equipamentos de comunicações.

(¹) O JOC são os olhos do Comandante da KFOR (COM KFOR) e é neste local que se faz a monitorização e a atualização da Situação corrente e das Operações em Curso até 72 horas, 24 horas por dia e sete dias por semana.



Os LNO devem ter um conhecimento profundo da Unidade recetora, ao nível: TTP; organização; capacidades; Missão; doutrina; procedimentos de EM; limitações; “CAVEATS” e rotinas.

3. A Equipa de Ligação da KTM

Portugal possui no TO do KOSOVO um Batalhão a duas Companhias [uma de manobra (Bravo Coy) e outra de apoio (Alfa Coy)]. O Comandante do Batalhão Português é o Comandante da Reserva da *KOSOVO FORCE* (KFOR) que designa-se por *KOSOVO TACTICAL MANOEUVRE BATTALION* (KTM). A KTM possui para além das duas Companhias portuguesas, uma Companhia de manobra húngara (Charlie Coy) e o 2º Comandante da KTM é o Comandante do Contingente Húngaro. O EM da KTM é constituído por Oficiais, Sargentos e Praças portugueses e húngaros, sendo de salientar que o Chefe de EM é português, tal como os restantes chefes de Secção, e os adjuntos dos chefes das Secções são húngaros.

Num ambiente multinacional é importante a utilização de um LNO, ou de uma Equipa de Ligação. Devido à complexidade dos conflitos atuais ou em PSO, a Ligação pode reduzir a fricção da interoperabilidade recorrendo-se à comunicação direta, através da presença física, facilitando desta forma a comunicação entre Forças e Comandos. A equipa de ligação da KTM é liderada por um Major português que possui um adjunto (Capitão) que é húngaro.



Fonte: KTM no Exercício “Gold Saber” (disponível em: <http://www.aco.nato.int/kfor.aspx>) (acedido em 27 de Maio de 2014)

O LNO destacado para o HK/KFOR (Major português) trabalha no JOC com vários LNO’s [LNO’s dos MNBG (West e East); LNO da *Multinational Specialized Unit* (MSU); LNO da *Europe Union Rule of Law Mission KOSOVO* (EULEX KOSOVO); LNO’s dos *Joint Regional Detachment* [JRD NORTH (JRD N), JRD CENTER (JRD C) e JRD SOUTH (JRD S)]; e LNO do J3 Air], permitindo desta forma que as coordenações sejam contínuas, informais e eficientes, facilitando o cumprimento da missão da KFOR.

O LNO húngaro trabalha diariamente no *Tactical Operations Center* (TOC) da KTM e quando destacado para operações, como a KTM tem sido projetada maioritariamente para o NORTE do KOSOVO, este LNO trabalha no TOC do *Forward Command Post* (FCP) do MNBG E.

4. O quotidiano do Oficial de Ligação da KTM no HQ/KFOR

O Oficial de Ligação da KTM fica alojado no Camp Film City, onde se encontra o HQ/KFOR. O facto de não estar alojado no Camp Slim Lines, junto ao seu Batalhão, deve-se ao reduzido Notice to Move (NTM) que está estipulado ao LNO (normalmente de 10’) para se apresentar no JOC em caso de alguma ocorrência grave no TO do KOSOVO.



Fonte: Visita da Presidente do Kosovo, Madame AHAGA, ao HQ/KFOR (disponível em: <http://www.aco.nato.int/kfor.aspx>) (acedido em 27 de Maio de 2014)

O LNO, diariamente, é responsável por disponibilizar toda a informação relevante das últimas 24 horas para que os Oficiais de EM da KTM possuam esses dados, e os possam trabalhar.

O LNO deverá estar apto a fazer apresentações ao Grupo de Comando da KFOR nas diversas reuniões ao longo do dia, quer sejam nas reuniões em que esteja presente em representação do Comandante da KTM quer nas reuniões em que seja solicitada a sua presença.

Durante o seu dia-a-dia deve responder a todos os pedidos de informação relacionados com a KTM que tenham origem no JOC, no HQ/KFOR ou nas Forças que estão no KOSOVO, mas deve dar conhecimento ao seu Comandante.

O LNO deve coordenar os mais variados assuntos e situações com os elementos da estrutura do HQ/KFOR com a finalidade de facilitar o planeamento e execução de Treinos, Exercícios e Operações da KTM. O LNO da KTM tem uma ligação muito estreita com a célula J3 – Operations em virtude de colaborar ativamente no planeamento das atividades.

No final do dia e antes das Forças enviarem os respetivos relatórios diários para o HQ/KFOR, os militares que trabalham diariamente no JOC (onde inclui-se o LNO da KTM entre outros militares de outras Forças e Branches) reúnem-se para apresentar os seus brifingues diários.

Esta reunião serve para atualizar a informação disponível no JOC para que o JOC Director faça o seu brifingue no Command Group Evening Update (CGEU). Na véspera das operações, treinos ou exercícios, o LNO da KTM pode ter que apresentar algum brifingue neste fórum explicando a operação que foi planeada pela KTM. O CGEU ocorre diariamente após o JOC HUDDLE e antes da 3ª refeição.



Fonte: Sala no HK/KFOR (disponível em: <http://www.aco.nato.int/kfor.aspx>) (acedido em 27 de Maio de 2014)

Quando ocorrem operações, treinos ou exercícios o ritmo de trabalho e “stress” aumenta proporcionalmente à alteração do Estado de Segurança. Em situações reais e como consequência da alteração do Estado de Segurança, as Forças podem ter que ser projetadas para as áreas de maior probabilidade de empenho.

É aqui que o LNO assume um papel fundamental, recebendo informações da sua Força e transmitindo-as no JOC. Estas informações conjugadas com as informações recebidas pelos *Branches* são apresentadas ao Comandante da KFOR (COM KFOR).

5. A formação do Oficial de Ligação da KTM no HQ/KFOR

Para desempenhar a sua função eficaz e eficientemente, o LNO deverá possuir uma formação adequada para o cargo, do qual se realçam os seguintes pontos: perfil linguístico, credenciação / segurança, meios informáticos, experiência / conhecimento e comunicação.

O perfil linguístico do LNO deve ser no mínimo de 3-3-3-2, de acordo com o padrão da OTAN. Em ambiente internacional a Ligação faz-se com diversos elementos de várias nacionalidades e a língua utilizada é o Inglês.

É requisito essencial possuir a credenciação adequada à função que neste caso é *NATO SECRET*. Para o cumprimento da sua função é essencial ter conhecimentos de segurança física e das comunicações, sendo neste momento um fator crítico e que deve ser considerado.

O LNO deve possuir conhecimentos e experiência na utilização do software e das ferramentas da Microsoft utilizados nos meios informáticos da OTAN. No trabalho diário no JOC, o LNO terá que trabalhar com diversas ferramentas / aplicações que se encontram ao seu dispor e que são sistemas de apoio à decisão no JOC HQ/KFOR.

As diferenças culturais, linguísticas, técnicas e outras (entre os diversos LNO, e outros elementos que trabalham no HQ), obrigam a que o LNO tenha sensibilidade por forma a criar uma boa atmosfera e ser bem acolhido no seio dos quais terá que interagir.

A confiança mútua, que se ganha com o tempo e as ações praticadas durante um certo período de tempo, é a chave para que as operações, treinos ou exercícios sejam bem-sucedidos em ambientes multinacionais.

Na elaboração de uma *Fragmentary Order* (FRAGO) ou JOC ORDER, o LNO poderá ser chamado a colaborar na execução das mesmas, sendo essencial ter o conhecimento da *Standard Operating Procedure* (SOP) que estabelece o conceito de emprego da KTM, tal como ter conhecimento de possíveis limitações, *CAVEAT's* ou Regras de Empenhamento (ROE) das subunidades da KTM (não esqueçamos que a KTM possui uma companhia húngara). O LNO, também deve ter conhecimento das Ordens, Planos e outros Documentos da KFOR ou da KTM necessários à condução das Operações, de modo a que possa auxiliar os elementos que trabalham no HQ/KFOR.

Conclusão

O ambiente multinacional é extremamente enriquecedor e dinâmico, mas muito exigente. O LNO pela exposição a que está sujeito nas diversas e diferentes solicitações, pela prontidão que lhe é exigida, pelo conhecimento que é necessário possuir da sua Força e por representar o seu Comandante no HQ/KFOR, fazem com que tenha um quotidiano bastante ativo e ocupado, o que o obriga a ser bastante profissional e responsável. Não esqueçamos que em ambiente multinacional, a “herança” da nossa Bandeira e dos nossos antepassados está sempre presente.

O ambiente internacional deve ser visto como um desafio, no sentido de interagir com militares de diversas nacionalidades, tendo como resultado a criação de fortes laços de camaradagem e amizade que perduram ao longo da Vida. A confiança mútua, fruto da amizade e camaradagem permite a troca de informação de uma forma direta, rápida e sem formalismos.

A formação, conhecimento e experiência (qualificações profissionais) são fundamentais para o desempenho da função. Desta forma, o LNO está em condições de apoiar e aconselhar o seu Comandante e EM, na Tomada de Decisão.

A “compreensão” assume uma importância elevada, para além dos representantes dos Países não serem English Native Speakers, a forma de trabalhar e de executar as tarefas são, também, diferentes.

O JOC no HQ/KFOR apresenta-se como um excelente exemplo de interoperabilidade entre os representantes dos diversos Países que contribuem para a estrutura das Forças existentes no TO do KOSOVO.

É aqui que a imagem, conhecimento, profissionalismo e postura do LNO fazem com que seja visto como um embaixador da KTM no seio do HQ/KFOR.



Ten Sar
António Dias

"Alarga o espaço da tua tenda, estende sem medo as lonas que te abrigam, e estica as tuas cordas, fixa bem as tuas estacas..."
Isaías 54, (2)

Partir para uma missão internacional significa abrir o coração para acolher o outro e ir ao seu encontro. A presença dum padre \ capelão no meio militar tem por base a missão inerente à vocação, particularizada em três pontos fundamentais:

- 1) Assegurar e fomentar o diálogo interpessoal e a preocupação humana, espiritual, moral e ética do militar.
- 2) Promover e coordenar actividades religiosas e de formação humana com todos os que assim o desejarem.
- 3) Colaborar e incrementar, em colaboração com os responsáveis dos outros serviços, o bem-estar, o serviço à pessoa e a dedicação ao bem comum.

Se esta é a missão primeira do capelão nas Forças Armadas, partir em missão para o Afeganistão é abrir ainda mais o coração para acolher o outro e ir ao seu encontro. Ser "homem de Deus", presença e oração, deixando que os mais diversos desafios sirvam para nos superarmos e vivermos a catolicidade da paz. Numa cultura e religião muçulmana, é deixarmos que o chamamento que Deus faz a Abraão, "o pai das três religiões monoteístas" seja luz para a nossa postura, convite para sairmos de nossa casa e para sairmos de nós. Homem que atravessa fronteiras, Abraão é sobretudo o homem que se atravessa a si mesmo. Viajante transitivo e intransitivo. A presença portuguesa nestes 6 meses é uma tentativa de viver esta dimensão...

Para isso e com a mudança para o campo de KAIA era necessário conhecer cada militar, conhecer o empenhamento de cada componente, para assim, poder compreender e ajudar nos momentos de maior dificuldade. O Incremento da unidade e o espírito de família no Contingente, relativizando os momentos menos bons, realçando os objectivos nobres da missão, construindo pontes nas relações interpessoais, dando pistas para ultrapassar momentos menos conseguidos.

Celebração da Eucaristia Dominical

Uma das principais missões do capelão é promover e coordenar actividades religiosas e



criar momentos para a formação cristã. O edifício reservado ao culto é um bom exemplo do respeito e capacidade de diálogo que o Cristianismo dá para nos situarmos num país e cultura diferentes. Dispondo de três salas de culto, todos podem usar esses espaços para as suas celebrações, para o sacramento da reconciliação e oração pessoal.

Celebrar a Eucaristia no nosso primeiro dia da semana é deixarmos que a Palavra de Deus seja luz para estes meses de empenhamento e de convívio, cumprindo cabalmente a missão a que fomos chamados. Pequenos gestos significam a universalidade da Palavra do Senhor, o sentido de comunhão e a capacidade do povo português em bem receber, até nos nossos momentos de oração e celebração.

Preparámos onze militares para o Sacramento da Confirmação que foi celebrado na Igreja de Santa Maria Maior a 27 de Novembro, presidindo Sua Ex.^a Rev.ma o Sr. Bispo de Vila Real, D Amândio Tomás.

Cerimónias internacionais

Memorial Cerimonial - O capelão do Contingente português foi o primeiro a participar num novo conceito do Memorial Cerimonial (a nossa homenagem aos mortos), que alarga esta cerimónia a todos os credos. Além de ser um sinal de diálogo e respeito com todas as religiões, também um Imã (Imame) participava nesta homenagem aos mortos com os seus cânticos do Corão. Todo o Estado Maior da ISAF, algumas representações diplomáticas bem como umas duas centenas de militares da Coligação participaram nesta cerimónia.

Missas Internacionais - Os capelães católicos em Kaia, organizaram três missas internacionais, procurando mostrar a universalidade da nossa fé e o sentido de comunhão.

O grupo coral do Contingente português preparou cânticos em seis línguas (latim, português, inglês, francês, italiano e espanhol) convidando toda a assembleia a participar e recebendo um agradecimento da parte de todos. Cada celebração era sempre uma lição de catolicidade.

Ajuda humanitária



A educação é primordial na mudança de mentalidades e na transformação dum povo. Consciente disso, procurei que algumas instituições e empresas fornecessem alguma ajuda humanitária que recebemos no TO, fundamentalmente material escolar, foi entregue a duas escolas e à comunidade católica de Cabul.

Juntos estes meses, solidificámos amizades, fomentámos o diálogo e o respeito, como único caminho com futuro, protegendo e promovendo a humanidade. Atravessámos fronteiras para construir a Paz, atravessámos fronteiras para nos continuarmos a construir como pessoas e cristãos...

A generosidade e entrega de cada um engrandeceram Portugal!



G4 BrigInt

"Sem uniformes padronizados, (cuja primeira experiência se verifica em Inglaterra com o Novo Exército, a partir de 1645), a preocupação nesta área limitava-se ao fornecimento de algum calçado, botas e coletes de proteção em pele de vaca para a cavalaria, ainda que parece certo que os soldados de cada terço usariam para se identificar, um lenço da mesma cor no braço ou chapéu"

A padronização de uniformes ou no mínimo o uso de uniformes de campanha, para identificação de determinado tipo de força, é uma preocupação permanente nas Forças Armadas de qualquer país, sendo-o também no Exército Português há longos anos.

O relato transcrito acima diz respeito ao início do século XVI e está inserido numa descrição sobre a "logística" das Forças do Exército, quando em campanha naquela época. Existe neste relato algo que devemos fixar: "os soldados de cada terço usariam para se identificar, um lenço da mesma cor no braço ou chapéu". À época, já era identificada a necessidade de uniformizar os terços (ou Regimentos), onde esta prática procurava caracterizar todos os elementos pertencentes a uma determinada força com uma peça comum de fardamento. É sobre esta temática que é elaborado o presente artigo, não para fazer uma descrição da evolução histórica dos uniformes de campanha, mas sim para levantar algumas questões que conduzam o leitor a uma reflexão sobre a sua uniformização no Exército e as suas vantagens.

Nos primeiros tempos da guerra da Restauração, o fardamento não estava uniformizado e as diversas forças não se distinguiam pelo uniforme. "Os soldados que tinham uma uniformidade de armamento defensivo e ofensivo, dentro de um terço, quanto ao traje usavam arbitrariamente casacas militares, botas ou sapatos, calções, calças e meias e chapéus que não tinham um padrão comum" Os uniformes usados estavam relacionados com as possibilidades que cada militar possuía em adquirir o seu traje. Existem relatos que alguns oficiais tentavam vestir todos os soldados que recrutavam com a mesma cor. No entanto, os terços, mais tarde deixaram de usar o lenço da mesma cor no braço ou chapéu e passaram a usar casacas idênticas no corte e na cor.

Só em finais do século XVII é que se começou a dar aos soldados de um determinado corpo de tropas, um tecido de cor uniforme que os distinguisse não só dos inimigos, como dos outros corpos do mesmo Exército. Em Portugal, é em 1715 que os panos a entregar aos regimentos, para a realização das fardas para as tropas, são comprados e distribuídos pela Coroa.

Neste caminho tendente à uniformização do fardamento no Exército, surgiu em 1762 o primeiro regula-

mento de uniformes do Exército e da Marinha, através de um alvará do Conde Lippe. Era clara a tendência para a padronização, com "todos os homens a fardar de igual, com fardamento do mesmo talhe e feitio, distinguindo-se os regimentos pelas cores das golas, bandas, canhões das mangas, forros, calções e vestias", assim como para a sua implementação e supervisão, com "Os coronéis e os comandantes de regimento, que eram diretamente responsabilizados pela exacta observância das normas relativas ao fardamento,...". No entanto, este regulamento não expressava uma ideia clara sobre os chapéus e sobre o calçado, que se mantinha assim fora da uniformização.

Podemos dizer que em 1762 iniciou-se um processo de uniformização que foi sendo alterado ao longo dos tempos, como foi o caso do Plano de Uniformes saído da reorganização de 1806, que alterou a cor do uniforme e em que o chapéu foi substituído por uma barretina de feltro. Outros regulamentos e Planos foram surgindo até aos nossos dias, assentes numa linha condutora de uniformização. O último Regulamento de Uniformes de Militares do Exército, doravante designado por RUE, é bem o exemplo da continuação do processo iniciado em 1762.

Mas é legítimo questionarmos o porquê da uniformização do Uniforme de campanha. Existem várias razões, como por exemplo alcançar o espírito de corpo e a disciplina dos corpos. No entanto, gostaríamos de nos focar em duas outras: a procura da diferenciação dos civis e dos exércitos inimigos, através dos uniformes.

Ou seja, a procura de uma uniformização que ajudasse na proteção do militar enquanto combatente individual, assim como da Força em que está integrado. Esta preocupação também não é nova, razão pela qual desde que o Exército possui regulamento de Uniformes, existe legislação que disciplina a sua utilização. O regulamento do Exército de 1708 refere que existiam duas irregularidades, respeitantes ao fardamento, que à época se praticavam e que eram alvo de punição. "Todo o militar que vendesse ou pessoas de qualquer natureza que comprassem peças de fardamento do Exército, além dos artigos lhe serem confinados, sujeitava-se ao pagamento de uma multa de dez mil reis e à condenação à morte do soldado

que a praticasse"

Esta orientação tem permanecido ao longo do tempo, ainda que sem medidas tão gravosas. No século passado, houve um esforço muito grande para regular os usos e costumes da guerra, como podemos observar no Protocolo Adicional I às convenções de Genebra no seu artigo 37 - proibição de perfídia - refere que "É proibido matar, ferir ou capturar um adversário recorrendo à perfídia" adiantando depois alguns exemplos de perfídia: "simular ter um estatuto protegido utilizando sinais, emblemas ou uniformes das Nações Unidas, Estados neutros ou de outros Estados não partes do conflito". Ou seja, no século passado os Exércitos possuíam os seus Uniformes padronizados, mas a regulamentação caminhava no sentido de definir quem poderia usar uniformes militares e em que circunstâncias,



que a praticasse"

que a praticasse"

Esta orientação tem permanecido ao longo do tempo, ainda que sem medidas tão gravosas. No século passado, houve um esforço muito grande para regular os usos e costumes da guerra, como podemos observar no Protocolo Adicional I às convenções de Genebra no seu artigo 37 - proibição de perfídia - refere que "É proibido matar, ferir ou capturar um adversário recorrendo à perfídia" adiantando depois alguns exemplos de perfídia: "simular ter um estatuto protegido utilizando sinais, emblemas ou uniformes das Nações Unidas, Estados neutros ou de outros Estados não partes do conflito". Ou seja, no século passado os Exércitos possuíam os seus Uniformes padronizados, mas a regulamentação caminhava no sentido de definir quem poderia usar uniformes militares e em que circunstâncias,



pois a referida regulamentação parece estar relacionada com a proteção do Combatente e com a Unidade onde combatia. O Exército Português, através do seu Código de Justiça Militar, também estabelece crimes de guerra por utilização de métodos de guerra proibidos, utilizando a perfídia.

Atualmente encontramos legislação que na essência defende o mesmo princípio, ou seja, a definição de por quem, quando e em que circunstâncias os Uniformes militares de campanha podem ser usados. O Regulamento de Disciplina Militar (RDM) em vigor, menciona no seu artigo 5º- âmbito da aplicação - "Pela sua condição de militares, os militares, no activo e na reserva, fora da efectividade de serviço estão sujeitos à disponibilidade própria da sua situação, nos termos previstos no respectivo Estatuto, e ao dever de aprumo, quando façam uso de uniforme, nos termos legalmente admitidos." No artigo 24º do referido regulamento, estabelece que em cumprimento do dever de aprumo incumbe ao militar apresentar-se devidamente uniformizado, quando faça uso do uniforme.

A regulamentação da utilização do Uniforme no Exército foi e continua a ser uma preocupação permanente e, tendo presente que a realidade se antecipa às normas, a regulamentação do uso de uniformes terá de manter-se. O exemplo do que acabamos de referir é expresso por despachos de sua Ex.^a o Gen CEME de 2011, onde regula o uso de: uniformes especiais e peças de fardamento necessárias para o desempenho de tarefas específicas; boinas com uniforme; distintivos de cursos, qualificações e funções, assim como as condições de uso e sua localização nos Uniformes de campanha, que no presente regulamento é o Uniforme nº3.

Assim, se já existe um regulamento de Uniformes do Exército e despachos posteriores que regulam este assunto, o leitor poderá questionar se estará tudo bem. Como já referimos, a realidade ultrapassa as normas com maior ou menor velocidade. Nos referidos despachos de Sua Ex.^a o General CEME, foi necessário introduzir um número máximo de distintivos a usar no Uniforme, que na realidade nem sempre é cumprido. Por outro lado, na fita de identificação individual o nome do militar deverá aparecer apenas escrito em Português, mas o que observamos, algumas vezes, é o uso das referidas fitas com a Bandeira Nacional, símbolos, e nomes com escrita em linguagem cirílica ou árabe. Salienta-se ainda que algumas vezes os distintivos usados no Uniforme nº 3 são os regulamentados para o Uniforme nº 2, ou num extremo, poucas vezes observado, o uso de fardamento já não previsto no RUE.

Mas esta uniformização também é alterada, de forma involuntária, pelo canal de reabastecimento, que por vezes fornece artigos que após algum uso se deterioram de tal forma que perdem a cor, como foi o caso de algumas boinas castanhas, que quando apanharam água passaram a avermelhadas e facilmente se confundiram com as boinas vermelhas dos Comandos. Outras vezes um determinado tipo de artigo é fornecido com dimensões diferentes das padronizadas.

A uniformização dos uniformes de campanha, sem

margem para dúvida, fortalece o espírito de corpo e a disciplina. Uma uniformização correta e do conhecimento de todos, aumenta a proteção de Combatente e da sua Unidade. Bem sabemos, felizmente, que em território nacional, não temos uma ameaça definida, mas se tivéssemos, estamos certos que a uniformização do Uniforme de campanha ajudaria as sentinelas a distinguir os nossos combatentes dos civis e de outras forças neutras ou opositoras. Na sequência do que estamos a falar permita-nos o leitor apresentar um exemplo concreto. Em 2013, no Afeganistão, elementos talibãs usaram uniformes do Exército americano para passar num posto de controlo do Exército Afegão e entrar numa zona restrita de Cabul, tendo provocado baixas ao Exército Afegão. Numa investigação posterior, averiguou-se que existiam determinados pormenores como distintivos e outros aspectos no uniforme usados pelos talibãs que não eram uma cópia exata dos Uniformes americanos e que, se tivessem sido detetados, poderiam ter evitado as baixas.

Assim, julgamos que a regulamentação dos uniformes deverá continuar a ser um trabalho contínuo e permanente e é nesta senda que a Brigada de Intervenção tem trabalhado desde 2010, através da elaboração de Normas de Execução Permanente para este efeito. A BrigInt irá continuar a trabalhar, com o duplo objetivo de cumprir os regulamentos estabelecidos superiormente para manter a uniformização do Exército, mas acima de tudo para criar uma cultura de uniformização dos Uniformes de Campanha. Sendo a Brigada de Intervenção uma Grande Unidade do Exército, que projeta Forças para zonas de conflito, a proteção da Força é e continua a ser uma preocupação permanente, que também passa pelo uso do Uniforme de campanha que seja conhecido de todos e usado segundo as normas estabelecidas. Esta cultura começa, em cada um de nós, que servimos a Brigada de Intervenção.

Referências Bibliográficas:

Gabriel Espirito Santo, Grandes Batalhas da História de Portugal, Restauração 1640-1668, Academia Portuguesa de História.

Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, Nova História Militar de Portugal, Vol. 5, Circulo de leitores

Portaria n.º 254/2011 de 30 de Junho.

Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, Nova História Militar de Portugal, Vol. 5, Circulo de leitores.

Protocolo Adicional às conveções de genebra, de 12 de Agosto de 1949, relativo à proteção das vítimas dos conflitos armados internacionais, de 12 de Dezembro de 1977, incorporada na legislação portuguesa pela aprovação da resolução da Assembleia da República nº 10/92, de 1 de abril, e ratificada pelo decreto do Presidente da República nº 10/92, de 1 abril.

Jorge Bacelar Gouveia, Direito Internacional Humanitário, Introdução Textos Fundamentais, Almedina.

Lei nº 100/2003 de 15 de Novembro.

Lei orgânica nº2/2009 de 22 de Julho.

Despachos 163, 164, 165, 166 de 2011 de sua Ex.^a o General Chefe de Estado Maior do Exército.



Cap TTrans
António Pereira

O Comandante de Unidade de Escalão Companhia (UEC), como primeiro patamar da cadeia de comando com competência disciplinar, para punir e louvar, é um elemento primordial para a administração da justiça.

Esta competência, aliada ao facto de ter sob o seu comando um efetivo que possibilita um contacto mais próximo e sólido com os subordinados, proporciona ao Comandante de UEC as ferramentas ideais para, ao seu nível, poder avaliar mais concreta e detalhadamente o esforço dos seus militares, podendo exercer o seu papel, de forma oportuna e justa.

Assim sendo, o seu esforço diário no cuidado do moral e da disciplina da sua subunidade, acaba por refletir-se na Unidade em que se insere, pelo que deverá ser considerado um elemento chave ao nível da administração da justiça.

Para além das atribuições que lhe são conferidas pelo RGSUE e por outros regulamentos, o Comandante de UEC é o responsável perante o comandante de batalhão pela disciplina da unidade que comanda.

Desta forma, é importante a sua formação na área da Justiça e Disciplina, de forma a dotá-lo dos conhecimentos e procedimentos necessários à administração da justiça, ao longo do tempo em que irá exercer as suas funções, mas também no futuro da sua carreira, no exercício de cargos de maior responsabilidade e risco, como sejam o de comandante de batalhão e de regimento.

É importantíssimo que ainda como Oficial Subalterno, lhe seja dada a oportunidade de elaborar processos na área da Justiça, que vão do simples Processo de Averiguações até ao mais complexo Processo Disciplinar, de forma a sensibilizá-lo para a legislação em vigor aplicável, bem como para os procedimentos a respeitar, refinando a sua argúcia no discernimento correto e rigoroso do que é importante numa determinada infração disciplinar, em termos da matéria de facto e de direito, e assim nortear a sua conduta na elaboração dos vários relatórios necessários no âmbito dos processos que lhe forem atribuídos para instruir.

Desta maneira, não deverá ser descurada a preocupação do seu comandante, no sentido de fomentar a instrução de quadros, no âmbito da disciplina e em orientações do Comando e do escalão superior, face à atuação dos milita-

res quer como graduados ou como comandantes dos vários escalões hierárquicos face às vicissitudes da vida militar nas diversas componentes, pessoal e profissional.

Este contacto com a Justiça e Disciplina, é importante para a preparação individual do futuro Comandante de UEC, pois bem sabemos que inúmeros são os casos em que, por motivos que se prendem com a gestão de recursos humanos, muitos são os subalternos que são nomeados para o desempenho de funções de posto superior.

Nesta senda, um dos grandes desafios dos atuais capitães Comandantes de UEC na administração da justiça, prende-se com o dever de ir preparando "os seus" subalternos para o futuro, de modo a que estes possam absorver o máximo de "conhecimento de escola" possível.

É importante que os subalternos no seu último ano, façam a preparação prévia para complementar, nomeadamente a organização do seu dossier do futuro Comandante de UEC, onde a administração da justiça não deverá ser es-

quecida, o que por si só não será suficiente, mas criará uma base sólida à aquisição das competências legais, nomeadamente na frequência do Curso de Promoção a Capitão.

É igualmente de realçar, o papel do Comandante de UEC na instrução conti-

nua dos seus subordinados, nomeadamente das praças, através da promoção de palestras e ações de formação, a realizar na subunidade, de forma a sensibilizá-los para os procedimentos e dever de cuidado que os mesmos deverão ter face a situações que lhes poderão ocorrer no seu quotidiano, como sejam as diligências que devem ser tomadas para não entrar em situação de ausência ilegítima ou deserção, o conhecimento perfeito dos seus deveres elencados no RDM, normas gerais de conduta no âmbito do RGSUE e quais as sanções disciplinares aplicáveis no cometimento de determinada infracção, entre outros aspetos, de modo a que o desconhecimento dos regulamentos e da legislação em vigor por um lado não sirva de desculpa e por outro o seu conhecimento como elemento dissuasor e preventivo de situações que por vezes podem por em causa o decoro e a disciplina.

A competência dos oficiais que exercem as funções de Comandante de UEC para conceder recompensas e para punir, estão contempladas nos quadros anexo A e B ao RDM





Tendo em conta esta competência conferida pelo RDM, este deverá ter a necessária sensibilidade para, em função de uma determinada infração disciplinar praticada por um seu subordinado, decidir se a medida da pena ultrapassa ou não a sua competência, antes de a colocar à consideração do escalão superior.

Raciocínio idêntico se coloca relativamente à questão do reconhecimento do mérito dos seus militares, permitindo-lhe recompensar, de uma forma adequada e oportuna, os militares que sob o seu comando e ao seu nível, julgue serem merecedores de reconhecimento pelos serviços prestados, bem como propor ao escalão batalhão, os que merecerem.

Em resumo, é importante que o Comandante de UEC na administração da justiça, tenha em conta os seguintes aspetos:

- Reconhecer adequada e oportunamente, o bom desempenho dos seus militares, louvando-os ao seu nível, ou quando se justificar, elaborar as propostas de louvor para o escalão superior;
- Exercer a competência disciplinar, instaurando os competentes processos de averiguações e disciplinares, dando sempre conhecimento ao seu escalão superior e socorrendo-se sempre que necessário da subsecção de justiça da Unidade;
- Cuidar do potencial humano, instaurando os competentes processos de averiguações por acidente, sempre que haja matéria para o caso;
- Cuidar da disciplina, do moral e do bem-estar da subunidade, exercendo um papel ativo através da cadeia de comando, quer no sentido descendente, fazendo cumprir as determinações superiores, quer no sentido ascendente, expressando de forma leal e honesta as suas preocupações e necessidades básicas dos seus militares.

Este assunto indiscutivelmente não se esgota nesta abordagem, no entanto pelas razões apontadas é incontornável o papel do Comandante de UEC na administração da justiça, o qual está consubstanciado no desempenho dos capitães e subalternos, que com a sua experiência de comando e empenhamento, exercem ou exerceram estas funções nas nossas subunidades, do qual são exemplo os camaradas que deram o seu contributo para a elaboração deste artigo.



*Cap TTrans António Pereira
Cap Inf Lobão de Moura
Cap Eng Neto Pereira*



*Cap Inf
Xavier da Costa*

Cap Inf CMD Pedro Balinha **COMPETIÇÃO DESPORTIVA MILITAR DE TIRO FASE II - BRIGINT**



O Regimento de Infantaria Nº19, no âmbito das Competições Desportivas Militares do ano de 2014, acolheu na cidade de Chaves, no período entre 10 e 14 de março de 2014, o Campeonato Desportivo Militar (CDM) de Tiro, Fase II Brigada, de acordo com a calendarização de execução anual das Competições Desportivas Militares da Brigada. A competição teve por finalidade apurar os militares que foram selecionados para representar a Brigada de Intervenção no CDM de Tiro, Fase III – Exército.

O Regimento contou com um excelente complexo de carreiras de tiro devidamente certificadas, possuindo todas as condições para a realização deste tipo de provas. As condições meteorológicas foram excelentes, o sol apresentou-se radiante e a temperatura foi amena, podendo os atletas potenciar todas as suas capacidades, por forma a conseguir alcançar os melhores resultados individuais.

O tiro de espingarda decorreu na Carreira de tiro de 100 metros, com 3 sessões de tiro diferentes para cada atirador (de pé, deitado e joelhos) em sete linhas de tiro. Sendo respeitado o Regulamento Técnico do Tiro de Espingarda. Nas instalações da Carreira de tiro de 50 metros decorreu o campeonato de Tiro de pistola.



Para os atletas masculinos, o campeonato foi composto por duas fases, tiro de precisão e tiro Duelo. Os elementos femininos apenas competiram no tiro de precisão. O regulamento em vigência foi o Regulamento Técnico do Tiro de Pistola. Nada faltou neste campeonato, desde as munições aos típicos pastéis de Chaves, foram reforçados os bares da Unidade e foi instalado um bar de campanha junto às instalações da Carreira de tiro de 100 metros, de forma a satisfazer os mais exigentes atletas, assegurando esta iguaria nos vários dias em que decorreu o evento.

Neste Campeonato participaram 75 atletas representando as seguintes Unidades da Brigada: Unidade de Apoio da Brigada de Intervenção, Regimento de Infantaria Nº 13, Regimento de Infantaria Nº 14, Regimento de Infantaria Nº 19, Regimento de Artilharia Antiaérea Nº1, Regimento de Cavalaria Nº 6 e Regimento de Engenharia Nº 3..

Sagrou-se vencedora deste campeonato com a **TAÇA MÉRITO DESPORTIVO** a equipa do **REGIMENTO DE CAVALARIA Nº 6**.





COMPETIÇÃO DESPORTIVA MILITAR DE DUATLO-BTT FASE II – BRIGINT

Decorreu nos dias 18 e 19 de fevereiro de 2014, sob organização do Regimento de Infantaria nº14, a Competição Desportiva Militar (CDM) de Duatlo – BTT, que se efetivou na região do Crasto, em Viseu.



Esta CDM, relativa à fase II – Brigada de Intervenção (BrigInt), que vai selecionar os melhores classificados para os Jogos do Exército 2014, teve a participação de 46 atletas oriundos das seguintes unidades da BrigInt: Unidade de Apoio da BrigInt, Regimento de Infantaria nº13, Regimento de Infantaria nº14, Regimento de Infantaria nº19, Regimento de Cavalaria nº6, Regimento de Artilharia Antiaérea nº1 e Regimento de Engenharia nº3.

O Regimento de Infantaria nº14 participou nesta competição com uma equipa masculina (1 escalão). Nesta competição, que decorreu num ambiente de salutar camaradagem e de convívio, o troféu de mérito desportivo - Brigada de Intervenção, foi atribuído ao Regimento de Infantaria nº13, em cerimónia de encerramento presidida pelo Exmo. 2º Comandante da BrigInt, Coronel Tirocina do de Infantaria Eduardo Manuel Braga da Cruz Mendes Ferrão.

MARATONA BTT – FASE II - BRIGINT

Os Campeonatos Desportivos Militares têm como objetivo fomentar o culto da camaradagem espírito de corpo entre os elementos que servem na Brigada e no Exército simultaneamente contribuindo assim para enaltecer e prestigiar a Instituição Militar.

Nos dias 06 e 07 de março de 2014, o Regimento de Infantaria N.º 13 organizou o Campeonato Desportivo Militar (CDM) BTT Fase II no âmbito das Competições Desportivas Militares. A prova teve lugar no dia 07 de março de 2014, com partida e chegada no Regimento de Infantaria N.º 13 em Vila Real. Na prova estiveram presentes militares do RI13, RI14, RC6, RE3 e UnAp/BrigInt.



Através desta prova ficaram apurados os campeões individuais e coletivos da BrigInt para atribuição do Troféu de Mérito Desportivo, bem como selecionados os atletas que representam a BrigInt no CDM BTT Fase III – Exército. De salientar que o vencedor individual do CDM BTT Fase II – Brigada foi o 1º Sar Pedro Botelho do RI13 e a equipa vencedora o Regimento de Infantaria N.º13.

Para a realização desta competição muito contribuíram com o seu apoio, a Câmara Municipal de Vila Real, a Associação Regional de Ciclismo de Vila Real, a Polícia de Segurança Pública de Vila Real, a BilaBiker's e Casa Dolores, que facultaram meios humanos e materiais para a realização da prova.

CORTA MATO RI13

O Regimento de Infantaria N.º 13 realizou no dia 28 de fevereiro de 2014 o Corta Mato "Infantes do Marão" no Centro de Instrução e Treino Operacional da Fraga da Almotolia (CITOFA). Esta atividade enquadra-se no Plano de Moral e Bem-Estar e teve como finalidade promover a prática da atividade física e o convívio entre todos os militares e civis da Unidade.

A adesão e a participação foi massiva, a prova consistiu de duas voltas àquela área de treino realizadas num am-



biente de convívio e de competição salutar entre todos os participantes, contribuindo assim para o fortalecimento dos laços de coesão e de união entre todos os Infantes do Marão



Cap Cav
Samuel Gomes

Por despacho de 19Dec13, de SExa o GEN CEME foi aprovada a calendarização das Competições Desportivas Militares (CDM) de 2014, Fase III, a realizar na modalidade de Jogos do Exército (JE), no período de 05 a 11 de Abril. Calendarizadas as provas e definida a realização dos II JE na Escola das Armas (Mafra) e na Escola de Sargentos do Exército (Caldas da Rainha), a Fase II das CDM (fase Brigada) e o estágio para a Fase III destinado a



selecionar os melhores atletas para representar a Brigada de Intervenção (BrigInt), necessitaram de ser antecipados

para os meses de fevereiro e março.

As datas para a realização das provas da Fase II foram as seguintes:

- Duatlo BTT, organizado pelo RI14 de 18 a 19 de fevereiro;
- Orientação, organizado pelo RC6 de 24 a 27 de fevereiro;
- BTT, organizado pelo RI13 de 06 a 07 de março;
- Tiro, organizado pelo RI19 de 10 a 14 de março;
- Corta-mato, organizado pelo RE3 de 20 a 21 de março.

A Fase II, que este ano contou pela primeira vez com a participação dos militares do RAAA1 teve um total de 379 inscrições (48 Oficiais, 188 Sargentos e 143 Praças), distribuídas por 7 equipas.

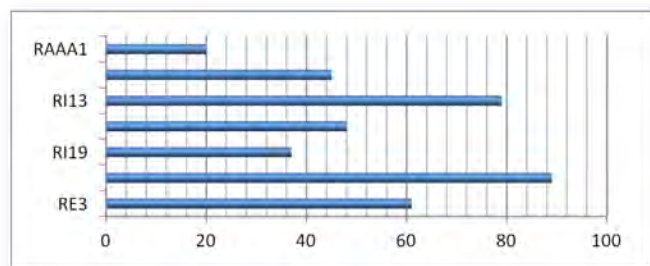


Gráfico 1 - Participação por Unidades da BrigInt nas CDM Fase II

As CDM 2014 consagraram o RC6 como vencedor do "Troféu Brigada de Intervenção", pelo terceiro ano consecutivo, destacando-se a acesa e salutar disputa, até à última prova, entre os Dragões D'Entre Douro e Minho e os Infantes do Marão, em que foi necessário recorrer a cri-

Equipas	Orientação	Tiro	Duatlo BTT	BTT	Corta-mato	Total	Classificação Final
RC6	1	1	2	2	2	8	1º
RI13	3	2	1	1	1	8	2º
RE3	2	4	3	3	3	15	3º
Cmd/UnAp	4	3	6	5	5	23	4º
RI14	5	5	4	4	6	24	5º
RI19	7	6	5	6	4	28	6º
RAAA1	6	7	7	6	7	33	7º

Tabela 1 - Classificação Final das CDM Fase II

térios de desempate para apurar o Campeão de 2014.

Os militares da BrigInt participaram nos II JE (Fase III), perfazendo um total de 80 inscrições (7/47/26) com 66 atletas (7/38/21), cuja proveniência teve a seguinte distribuição:

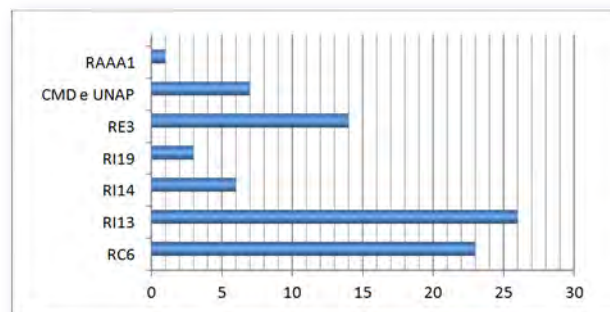


Gráfico 2 - Participação por Unidades da BrigInt nos II JE

As excelentes classificações obtidas nos II Jogos do Exército possibilitaram à Brigada melhorar os resultados do ano de 2013, vencendo novamente a Taça "Comando de Instrução e Doutrina" nas modalidades de Corta-mato, Tiro Desportivo e Duatlo BTT e obtendo o segundo lugar nas modalidades de BTT e Orientação.

O desempenho coletivo nas várias competições, numa inequívoca demonstração de caráter abnegação e espírito de sacrifício ímpares e próprias de campeões, assegurou a vitória do "Troféu Comando do Exército" à Brigada de Intervenção, pelo quarto ano consecutivo.

Equipas	Orientação	Tiro	Duatlo BTT	BTT	Corta-mato	Total	Classificação Final
BrigInt	8	9	9	8	9	43	1º
CID	9	7	7	9	7	39	2º
BrigMec	4	6	8	7	3	28	3º
BrigRR	7	8	3	4	4	26	4º
CmdLog	3	5	6	6	5	25	5º
CFT	5	1	5	5	8	24	6º
ZMM	2	4	4	4	6	20	7º
CmdPass	6	2	3	4	2	17	8º
ZMA	1	3	4	4	1	13	9º

Tabela 2 - Classificação Geral II JE

O desempenho dos militares da BrigInt na Fase III, levou os selecionadores do Exército a convocarem 4 militares (0/3/1) para a modalidade de Orientação e 6 militares (0/2/4) para o Tiro Desportivo, a fim de participarem na Fase IV – Forças Armadas



Imagem 2 – A "foto de família" dos atletas, apadrinhada pelo Exmo 2ºCmdt/BrigInt (CorTir Inf Eduardo Ferrão) exibindo os prémios obtidos decorrentes do magnífico desempenho, deixando ficar fama ilustre nos II Jogos do Exército.



CONCERTO DE ANO NOVO DA BRIGADA DE INTERVENÇÃO ESGOTA O TEATRO ACADÉMICO DE GIL VICENTE

Perante um público entusiasmado, que encheu por completo o Teatro Académico de Gil Vicente, uma das maiores e mais prestigiadas salas de espetáculos de Portugal, realizou-se no dia 16 de janeiro, em Coimbra, o tradicional Concerto de Ano Novo da Brigada de Intervenção.

Este concerto é já um marco na agenda cultural de Coimbra, sendo promovido pela Brigada de Intervenção, com o apoio da Câmara Municipal e do Teatro Académico de Gil Vicente, espelhando as excelentes relações institucionais existentes.

Este ano, a Banda Sinfónica do Exército brindou o público com um rico programa musical, que cativou o público ao longo de mais de duas horas, concluindo com um momento único tocando a marcha Radetzky – Strauss, sendo acompanhada pelo som das palmas do público.



Ficou a certeza, pela adesão da população conimbricense, e pela garantia do apoio das entidades envolvidas, que novos espetáculos musicais da Banda Sinfónica do Exército se seguirão em Coimbra, mostrando a riqueza da cultura musical militar e confirmando a proximidade do Comando da Brigada de Intervenção à cidade que o acolhe.

VISITA DE SUA EXCELÊNCIA REVERENDÍSSIMA O BISPO DAS FORÇAS ARMADAS E SEGURANÇA D. MANUEL LINDA

No dia 6 maio de 2014, o Comando da Brigada de Intervenção recebeu a visita pastoral de Sua Excelência Reverendíssima (S.E.R.) o Bispo das Forças Armadas e Segurança (FAS), D. Manuel Linda.



Após a receção e a apresentação de cumprimentos de uma representação de Oficiais, Sargentos, Praças e Civis da Unidade no Salão Nobre, S.E.R. o Bispo das FAS assistiu a um brifingue pelo Exmo. Comandante da Brigada, MGen Aguiar Santos.

A visita continuou com uma passagem pela Biblioteca a que se seguiu, na Capela de Sant'Anna, um momento musical pelo Coro e Fanfarra da Brigada de Intervenção, que deixou S.E.R. e todos os presentes visivelmente agradados e provocou rasgados elogios.

A visita terminou com a assinatura do Livro de Honra da Brigada de Intervenção e a entrega de uma prenda simbólica.



CERIMÓNIAS COMEMORATIVAS DO 38º ANIVERSÁRIO DO REGIMENTO DE ENGENHARIA Nº 3

No dia 09 de maio de 2014, decorreram as cerimónias do 38º Aniversário do Regimento de Engenharia Nº 3, as quais foram presididas pelo Exmo. Tenente-General VCEME, TGen António Carlos de Sá Campos Gil.



As Comemorações tiveram início em 08 de Maio com um Concerto, realizado pela Banda Militar do Porto, que teve lugar no Centro Multimeios de Espinho. O Programa das Cerimónias do dia 09 maio 14, foi o seguinte: Missa na Igreja Matriz de Espinho; Receção dos Convidados, a que se seguiu a Guarda de Honra ao Exmo. TGen VCEME; Inauguração do "Espaço Memória" e lançamento do Livro do Regimento; Cerimónia Militar; Fotografia regimental e Almoço Convívio aberto a todos os convidados.



De realçar ainda a apresentação da nova Heráldica, bem como do Hino do Regimento, o qual foi, pela primeira vez, cantado. Uma vez mais, estas Cerimónias contaram com a presença de outras altas individualidades militares e civis, emprestando brilho e solenidade às Comemorações do Aniversário.

INÍCIO DO 22º CURSO DE OEPE E DO 16º CURSO DE MEPE

Iniciaram-se no passado dia 12 e 27 de março de 2014, o 22º Curso de Operador de Equipamento Pesado de Engenharia e o 16º Curso de Mecânico de Equipamento Pesado de Engenharia respetivamente. Tendo como objetivo habilitar militares, para o desempenho de funções como Condutor/a Manobrador/a de Equipamentos de Movimentação de Terras, e Mecânico de Equipamento de Movimentação de Terras estes Cursos são certificados pelo IEFP, através do Centro de Emprego e Formação Profissional de Entre Douro e Vouga - Rio Meão.



Estes Cursos são uma ferramenta indispensável para o desempenho das suas funções na instituição militar, e trata-se de uma boa ferramenta de trabalho para o seu futuro ingresso no mercado civil de trabalho. Este ano, são 16 os formandos que frequentam o 16º Curso de Mecânico de Equipamento Pesado de Engenharia, e pela primeira vez, o Curso será frequentado por um Militar do Exército Brasileiro. Apresentaram-se para a frequência do 22º Curso de Operador de Equipamento Pesado de Engenharia 15 militares provenientes de varias Unidades do País.

Aos militares que agora iniciam este Curso desejam-se os maiores êxitos.



A Escola das Armas é a entidade responsável pelo curso de VBR PANDUR II 8X8. No entanto, compete ao Regimento de Infantaria N.º 13 como polo de formação a responsabilidade de formar condutores, chefes de viatura e apontadores de porta canhão 30mm.

De 20 de janeiro de 2014 a 04 de fevereiro de 2014 decorreu o 1º Curso de Chefe de Viatura e o 1º Curso de Con-

RC6.

Salienta-se o recurso à pista de autocrosse da localidade de Sanguinhedo, onde pela primeira vez um curso teve a experiência e a oportunidade de conduzir em circuito fechado, explorando ao máximo as capacidades que a pista permite.

O circuito exterior permite ao formando conduzir em

asfalto e em terra batida, enquanto que, no circuito interior deparamo-nos com uma pista mais técnica, onde os condutores tomam a real perceção das capacidades desta viatura. De referir que tudo isto decorreu com o máximo de segurança.

No final de cada curso da VBR PANDUR II 8X8 foi realizada uma pequena

cerimónia de entrega dos diplomas aos formandos, contando com a presença do Exmo. Cmdt do RI13, Coronel de Infantaria Loureiro Magalhães, entidade que presidiu à cerimónia.

O corpo de formadores foi constituído por um diretor

de curso Ten Infª Nelson Paulo, um adjunto de curso, dois chefes de equipa de formação, cinco formadores e sete auxiliares de formação. De 10 a 21 de fevereiro de 2014, decorreu o Curso de Formação de Chefes e Apontadores dos Veículos Blindados de Rodas PANDUR II 8X8 PCan .30mm.

O Curso, sob direção do Cap Cav Humberto Rosa, contou com 03 formadores e 28 formandos distribuídos pelas especialidades de Chefe de Viatura (12) e Apontadores Viatura VBR PANDUR (16).

Os formandos, (Oficiais, Sargentos e Praças), que frequentaram o curso foram oriundos do RI 13, RI14 e RC6. O corpo de formadores contou com a colaboração de um Oficial do RI13, um Sargento oriundo do RI14 e um do



A formação foi conduzida no sentido de habilitar os formandos para o desempenho das funções de chefe, condutor e apontador da viatura blindada de rodas PANDUR II, sendo que no curso de chefes se privilegiou a formação nos diversos equipamentos, armamento e comandos que o mesmo tem à sua disposição.

O curso de condutores teve especial enfoque na condução e nos serviços de manutenção diários e mensais da viatura e o curso de apontadores no conhecimento dos equipamentos e armamento que a viatura possui bem como a manutenção e a condução de tiro.



O Regimento de Infantaria Nº 13 comemorou o seu Dia Festivo em 9 de abril de 2014, evocando a História dos Infantes do Marão e procurando manter viva a tradição desta Unidade militar.

O Programa do Dia da Unidade iniciou-se com a Alvorada Festiva e o Içar da Bandeira Nacional. A Cerimónia Militar foi precedida da Cerimónia de Homenagem a os Mortos pela Pátria e já na Parada "La Lys" incluiu a apresentação das Forças em Parada à AE, integração do Estandarte Nacional na Formatura Geral, alocação pelo Comandante da Unidade, alocação do Exmo. Comandante da BrigInt, imposição de condecorações e desfile das Forças em Parada. No final realizou-se o tradicional almoço de confraternização no Pavilhão Gimnodesportivo.



A Cerimónia Militar foi presidida pelo Exmo. Major-General Aguiar Santos, Comandante da Brigada de Intervenção. Na sua intervenção, o Comandante da BrigInt lembrou o fortíssimo legado histórico que o Regimento de Infantaria 13 possui que marca indelevelmente o seu desempenho e fez um público reconhecimento do trabalho que diariamente aqui é desenvolvido e que tem contribuído significativamente para o cumprimento da missão da Brigada de Intervenção e do Exército.

Estiveram presentes diversas entidades civis e militares que muito honraram o RI 13 com a sua presença e dignificaram esta cerimónia.

TOMADA DE POSSE DO EXMO. COMANDANTE DA UNAP/BRIGINT



Realizou-se a Cerimónia de tomada de posse do Comandante da Unidade de Apoio da Brigada de Intervenção, o TCor Artilharia Fortunato Manuel Figueiredo Mariano Alves.

As atividades decorreram dentro do cunho de dignidade e simplicidade, de acordo com os padrões de brio e eficiência, característicos da instituição militar.



Decorreu no dia 07 de Março, no Salão Nobre do Comando da Brigada de Intervenção uma cerimónia simples mas revestida de grande simbolismo, a despedida por motivo de passagem à situação Reserva de militares do Comando e da Unidade de Apoio. A cerimónia, presidida pelo Exmo. Comandante da Brigada de Intervenção, MGen Carlos Henrique de Aguiar Santos, foi conduzida pelo G1/BrigInt, onde foi lida pelo Capitão Camelo uma sumula de carreira dos militares em questão e entregue uma lembrança alusiva à sua passagem pela Unidade.



TOMADA DE POSSE DO COMANDANTE DO REGIMENTO DE INFANTARIA Nº 19, COR INF "CMD" ARMANDO DOS SANTOS RAMOS

A 15 de janeiro de 2014, tomou posse como Comandante do Regimento de Infantaria Nº 19 o Coronel de Infantaria Armando dos Santos Ramos.

A cerimónia realizou-se na parada do Regimento e contou com a presença dos militares e civis do Estado-maior, do Batalhão de Apoio e Serviços, da Companhia de Comando e Serviços e da Fanfarra Militar.



Após a entrega do estandarte da Unidade pelo 2º Comandante, em cerimónia militar, simbolizando a tomada de posse, o Ex.mo Sr Comandante proferiu uma alocução e recebeu continência das Forças em Parada.



Seguidamente, o Comandante recebeu a apresentação de cumprimentos dos Oficiais, Sargentos, representação de Praças e Funcionários Civis, e um briefing sobre a situação da Unidade.

Após o almoço, seguiu-se a revista à Unidade.



TIRO DA RECCE COY

A Brigada de Intervenção aprontou uma Recce Coy, de 01Jan13 a 31Dec13, a ser atribuída à IRF/NRF 2014, com um período de stand-by de 01Jan14 a 31Dec14 a fim de cumprir missões e tarefas no âmbito das Peace Support Operations, Collective Defense e Disaster Relief. Prepara-se para apoiar a projeção, retração e sustentação da Recce Coy para e do Teatro de Operações.



A Recce Coy/NRF2014 realizou, de 27Jan14 a 21Fev14, as suas sessões de tiro de armas colectivas e individuais nas carreiras de tiro de 50m e de 100m do RI19, tendo

esta unidade, prestado o apoio administrativo-logístico necessário à sua realização

VIA SACRA DA DIOCESE DAS FORÇAS ARMADAS E DE SEGURANÇA NO REGIMENTO DE ARTILHARIA ANTIAÉREA N.º 1

Em 02Abr14, teve lugar no Regimento de Artilharia Antiaérea n.º 1 a já tradicional Via Sacra.

Esta celebração religiosa contou com a presença do Chefe do Estado-Maior do Exército, Exmo Senhor General Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo e foi presidida por sua Sua Excelência Reverendíssima D. Manuel Linda, Bispo da Diocese das Forças Armadas e de Segurança.

Associaram-se ainda a esta cerimónia da Quaresma, para além de quantidade assinalável de cidadãos anónimos das Freguesias que circundam o Regimento, diversos Capelães militares, delegações de Alunos das várias Academias (Escola Naval, Academia Naval e Força Aérea), militares da GNR, os Presidentes das Uniãos de Freguesia de Queluz/Belas e Massamá/Monte Abraão e os respetivos Párocos,



bem como um considerável número de militares do Regimento.

Os cânticos e o apoio musical estiveram a cargo da Banda Sinfónica do Exército, que contribuiu de forma decisiva para o engrandecimento da Via Sacra.

Cumprido o percurso das "estações", Sua Excelência Reverendíssima D. Manuel Linda, agradeceu a presença da população e dirigiu palavras entusiásticas à organização e ao Regimento de Artilharia Antiaérea N.º1, na pessoa do seu Comandante, Cor Art Borges da Fonseca.

CERIMÓNIA DE ASSINATURA DO ACORDO DE PRINCÍPIOS ENTRE O EXÉRCITO E A CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS (Criação do Museu Militar de Artilharia de Costa)



Com o patrocínio de Sua Excelência o Ministro da Defesa Nacional (MDN), Dr. Aguiar Branco, decorreu em 28 de janeiro de 2014, no Prédio Militar n.º 5 (PM/05) – Bateria da Parede, prédio militar este à guarda do RAAA1, a cerimónia de assinatura de acordo de princípios entre o Exército e a Câmara Municipal de Cascais (CMC).

Este acordo visa o estabelecimento de um protocolo de colaboração entre o Exército e o Município de Cascais com vista à criação do Museu Militar de Artilharia de Costa, de um Parque Temático e um Jardim, abertos ao público, naqueles terrenos da Bateria do Regimento de Artilharia de Costa, cujas tradições o RAAA1 é herdeiro.

Este Regimento assegurou a limpeza do local e a preparação das instalações da Bateria para a realização do evento, designadamente a colocação de redes de camuflagem, mesas, cadeiras e ornamentações, púlpitos, bandeiras, telas e computador.

Para tal, foi necessário montar um dispositivo de se-



gurança do aquartelamento e dos materiais envolvidos nas atividades, e procedeu-se ainda à montagem de iluminação exterior e interior, através de geradores para ali deslocados, para assegurar o normal decorrer dos trabalhos. O RAAA1 manteve ainda ligação estreita com a CMC, no fornecimento de fotos, plantas do local e colaboração ao nível logístico.

A cerimónia teve a presença da Exma. Secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional, Sra. Dra. Berta Cabral, do Exmo. Chefe de Estado-Maior do Exército, General Artur Pina Monteiro, do Exmo. Presidente da Câmara de Cascais, Dr. Carlos Carreiras, entre outros convidados.

Com a chegada ao local de todas as entidades militares e civis convidadas, a cerimónia iniciou-se com uma breve resenha histórica sobre a Artilharia de Costa em Portugal e a apresentação do projeto do futuro Museu e espaços circundantes.

Após esta apresentação, tomaram a palavra o Exmo. Presidente da Câmara de Cascais, o Exmo. General CEME e a Exma. Secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional, tendo no final dos discursos sido assinado o Acordo de Princípios entre o Exército e a Câmara Municipal de Cascais.

O evento terminou com uma visita às instalações da Bateria, nomeadamente a uma das Peças C 15,2/47 m/44 de Artilharia de Costa.



ATIVIDADE OPERACIONAL

No âmbito da atividade operacional do Regimento de Cavalaria Nº6, destacam-se os seguintes exercícios: Exercício de tiro realizado no RI19 de 27Jan a 20Fev14. Este exercício teve como objetivo manter a aptidão e a proficiência ao nível do tiro de combate com armamento individual.



De 24Fev14 a 27Fev14 realizou-se o Exercício "Plutão 142", no qual participaram os Pelotões de Autometralhadoras do 1º Esquadrão de Autometralhadoras e o Pelotão de Exploração do Esquadrão de Apoio de Combate.



O objetivo deste exercício foi a validação da instrução ministrada nos meses de janeiro e fevereiro, focada no desempenho das tarefas individuais por guarnição, na entrada e saída de zona de reunião e na ocupação deliberada de uma posição de combate.

No período de 11 a 13Mar14, decorreu no Comando da Brigada de Intervenção, o Exercício "MAPEX/DRAGÃO" fase de planeamento do Dragão 14.

Este Exercício contou com a participação de 02 Oficiais, 01 Sargento e 01 Praça do Grupo de Autometralhadoras, 02 Oficiais da Recce Coy e 01 Oficial do Estado-Maior do Regimento de Cavalaria Nº6.



Destaque ainda para o Exercício "Mercúrio 141" da Recce Coy que decorreu de 21 a 28Mar14, no Campo Militar de Santa Margarida.

Este exercício teve como finalidade manter a capacidade operacional para planear, controlar e executar tarefas táticas, associadas às Operações Defensivas, passíveis de serem desempenhadas pela Recce Coy/NRF2014.

Foi ainda realizada uma sessão de fogos reais com o armamento orgânico das diferentes versões das viaturas blindadas Pandur 8x8.



VISITA DA SECRETÁRIA DE ESTADO ADJUNTA E DA DEFESA NACIONAL

No âmbito das atividades do Dia da Defesa Nacional, S.Exª a Secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional (SEADN), Dra. Berta Cabral, visitou o Centro de Divulgação do Dia da Defesa Nacional (CDDDN) de Braga, situado no interior do Regimento de Cavalaria nº 6. A visita decorreu no final da 1ª fase da 10ª edição, que decorreu de 20Jan14 a 23Abr14, e teve como ob-



jetivo conhecer as atividades que diariamente são realizadas com os jovens do Dia da Defesa Nacional. Simultaneamente, a visita a Braga



também serviu para conhecer o Regimento e as capacidades do Grupo de Autometralhadoras e do Esquadrão de Reconhecimento. De salientar que nesta 1ª fase da 10ª Edição do Dia da Defesa Nacional, passaram pelo RC6 um total de 7.640 jovens, de ambos os géneros (cerca de 138 jovens/dia).

CELEBRAÇÃO EUCARÍSTICA PASCAL NA BRIGADA DE INTERVENÇÃO

Teve lugar no dia 15 de março na Brigada de Intervenção, na Capela de Sant'Anna, a Celebração Eucarística da Páscoa, celebrada pelo Capitão Capelão Marcelino Pereira.



A cerimónia, repleta de sentimento, contou com a presença de Oficiais, Sargentos, Praças, Funcionários Cívicos do Comando e Unidade de Apoio da Brigada, representantes do Centro de Recrutamento de Coimbra, Núcleo da Liga dos Combatentes de Coimbra, Manutenção Militar de Coimbra e Delegação de Coimbra dos Serviços Sociais das Forças Armadas.

Os cânticos, devidamente enquadrados na Quadra Pascal, ficaram a cargo do Coro e da Fanfarra da Brigada de Intervenção, que assim contribuíram para elevar o significado e sentimento que o evento exige e merece.



Cor Inf "CMD"
Armando Ramos

"Tenho o grande prazer de dizer que o comportamento das tropas foi excelente e valoroso"

Tenente General Hamilton na
defesa da passagem, deTormes
(8 a 14 Nov 1812)

De todos os feitos do Regimento de Infantaria N.º 19, é nas guerras peninsulares que vamos buscar as nossas maiores glórias: a nossa divisa de honra e a comemoração do dia da Unidade, 25 de Março, evocando a reconquista da vila de Chaves aos Franceses, durante a 2ª invasão Napoleónica a Portugal.

Além de termos querido honrar os valentes militares que nos antecederam e os seus maiores feitos históricos, o Dia da Unidade foi também uma possibilidade para, através das mais variadas iniciativas, abrimos a Unidade à cidade e às populações.

Assim, no âmbito das comemorações do 205º Aniversário da tomada de chaves pelo General Silveira, estas, foram iniciadas com um campeonato de futsal, que contou com a participação de equipas da cidade, nomeadamente, Destacamento Territorial do GNR, Posto de Trânsito do GNR, Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro da GNR, Polícia de Segurança Pública, Bombeiros Voluntários Flavienses, Casa do Pessoal do Hospital de Chaves e Câmara Municipal de Chaves.



Aproximando-se o "dia maior" e aproveitando o fim-de-semana, o Regimento de Infantaria ofereceu aos flavienses, no dia 21 de março, uma Conferência subordinada ao tema "A Guerra do Ultramar e o esforço das gentes da região de Trás-os-Montes" realizado no Auditório do Centro Cultural de Chaves sendo conferencistas convidados o Coronel Américo Fernandes Henriques, professor de História Militar e membro do Concelho Científico da Comissão Portuguesa de História Militar e o advogado flaviense Dr. Ernesto Areias, onde numa conferência estruturada em duas partes, abordaram primeiramente a Guerra em África, os seus principais intervenientes, os três Teatros de Operações, caracterização da forma de combate, o fim do império e as suas consequências e, de seguida, o esforço das gentes da região de Trás-os-Montes, nesta guerra tão marcante para a sociedade portuguesa.



No dia 22, no mesmo auditório e, como vem sendo prazenteira tradição, atuou a Orquestra Ligeira do Exército,

regida pelo Sargento-Mor Fernando Vidal, e que muito agradou ao público de Chaves e dos concelhos limítrofes, deixando a sala de espetáculos de Chaves em lotação esgotada.



Nos últimos dois meses levámos cabo vários melhoramentos: restaurou-se monumento aos "mortos da guerra do ultramar", a fachada frontal do Regimento e casa da guarda, as escadas frontais ao edifício de comando e o átrio principal do edifício de comando; chegado o dia 25 de Março, toda Unidade estava engalanada para receber os seus ilustres convidados. Depois da Homenagem aos Mortos, cerimónia de profundo reconhecimento àqueles que deram a sua vida em defesa da Pátria, foi em Parada Militar que chegámos ao ponto alto das comemorações.



No início da sua, o Coronel de Infantaria Armando dos Santos Ramos agradeceu a presença do Comandante da Brigada de Intervenção Major General Aguiar Santos, afirmando que é o "reconhecimento da Importância desta unidade no aprontamento do seu encargo operacional mas também no apoio ao aprontamento das unidades da Brigada de Intervenção", do presidente da Câmara Municipal de



Chaves, António Cabeleira, interpretando-a como "um reconhecimento dos laços de amizade e cooperação entre as autoridades civis e militares", dos presidentes das Câmaras de Boticas, Montalegre, Valpaços e representante da autarquia de Vinhais, agradecendo os seus "apoios", dos presidentes das Juntas de Freguesia do concelho de Chaves, da PSP, GNR e Bombeiros, na pessoa dos seus comandantes locais e distritais, bem como do Bispo da Diocese de Vila Real, D. Amândio Tomás.

"O esforço continuado, a firmeza, a dedicação e a de-





terminação que tem sido apanágio de todos quantos fazem parte do regimento permitir-nos-á encarar os próximos tempos com expectativa, mas com muita confiança, certos que haveremos de contornar todos os obstáculos e continuar a cumprir a missão que nos foi confiada e a honrar o Exército português”.



O Comandante do Regimento de Infantaria Nº- 19 colmatou a sua intervenção afirmando que “somos militares e como tal o cumprimento da missão foi e será para todos nós um imperativo sagrado. Tenho a certeza que o nosso esforço não será em vão”.

O Major-General Aguiar Santos expressou o “enorme orgulho” que sente pelo quartel flaviense, “quero em primeiro lugar dar todo o conhecimento do enorme orgulho que sinto por ter sob o meu comando um regimento com um tão forte legado histórico mas também tão rico de realizações no presente. O seu legado histórico é no dia de hoje celebrado e está indelevelmente ligado á cidade que o acolhe”, elogiou o Comandante da Brigada de Intervenção.



“É sob a orientação e dinâmica do seu comandante com

o empenho de todos os fronteiros de Chaves que diariamente o Regimento de Infantaria 19 cumpre as missões e tarefas que lhes são atribuídas”, notou o Major- General Aguiar Santos, lembrando o histórico recente do Regimento, nomeadamente no aprontamento do sexto contingente nacional para o Afeganistão, referindo que o Regimento de Infantaria cumpriu “significativamente para o cumprimento da missão da Brigada e do Exército na satisfação dos compromissos assumidos por Portugal no âmbito militar”, congratulando o “trabalho e dedicação que foi reconhecido pelos militares dos três ramos das Forças Armadas que integram este contingente”.

As últimas palavras do Comandante da Brigada de Intervenção foram de incentivo para o RI 19, “o vosso Comandante da Brigada acredita em vós e sabe que pode continuar a contar com a vossa dedicação à missão da Brigada e do Exército para que ontem como hoje e a despeito das dificuldades continuemos a cumprir Portugal aquém e além fronteiras”.



Após a imposição das condecorações aos militares recentemente agraciados, com a entrega das Medalhas de Mérito Militar, Medalhas de Comportamento Exemplar e Medalhas Comemorativas da Campanha, os convidados assistiram ao Desfile das Forças em Parada e a uma atuação da Banda Militar do Porto, terminando o “Dia da Unidade” com um almoço convívio.



As comemorações concluíram-se com uma exposição no fim do mês de Abril na Biblioteca Municipal e na Praça General Silveira e com o III Torneio de Golfe a 10 de Maio no Campo do Palace Vidago.



COMEMORAÇÕES DO DIA DO REGIMENTO DE INFANTARIA Nº14 E CERIMÓNIA DE ENTREGA DO ESTANDARTE NACIONAL DO 2ºBI/BRIGINT/KFOR À BRIGADA DE INTERVENÇÃO.

No âmbito do programa das Comemorações do Dia do Regimento de Infantaria nº14, em 2014, o Comando do Regimento realizou os seguintes eventos:

- Exposição de fotografia alusiva à Primeira Grande Guerra, no Palácio do Gelo e no Fórum Viseu, de 28 de março a 22 de abril;



- Concerto pela Orquestra Ligeira do Exército, efetuado no dia 12 de abril, no Teatro Viriato, às 21H30;

- Prova de atletismo denominada "Viriatos 2014", no dia 13 de abril, percorrendo diversos arruamentos da cidade de Viseu, tendo reunido cerca de 350 atletas masculinos e femininos;

- Cerimónias militares comemorativas do Dia do RI14, que decorreram no dia 14 de abril, no Regimento e na cidade de Viseu, as quais foram presididas por S. Ex^a o Chefe do Estado-Maior do Exército, General Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo.

Estas cerimónias integraram também a entrega à Brigada de Intervenção do Estandarte Nacional da força do 2ºBI/KFOR que cumpriu missão no Kosovo; Deste conjunto de atividades, já realizado, será ainda organizada uma Palestra alusiva à participação do Corpo Expedicionário Português, em geral, e do Regimento de Infantaria Nº 14, em particular, na 1ª Grande Guerra, no dia 24 de abril, pelas 15:00 horas, no auditório do Instituto Português do Desporto e Juventude, em Viseu.



INÍCIO DAS JORNADAS DO DIA DA DEFESA NACIONAL NO REGIMENTO DE INFANTARIA Nº 14.

Tiveram início no Regimento de Infantaria nº14, no dia 29 de abril, as jornadas do Dia da Defesa Nacional (DDN) correspondentes ao ciclo de 2014 e respeitantes a um total de 113.471 jovens convocados, de ambos os géneros, as quais se desenvolvem, no período compreendido entre 20 de janeiro e 15 de dezembro do presente ano, nos 12 Centros e Núcleos de Divulgação de Defesa Nacional (CDDDN/NDDDN), no continente e nas regiões autónomas, constituídos expressamente para o efeito.



Para a Edição de 2014, que apresenta um programa tipo previamente definido, o RI14 constitui-se como um Núcleo de Divulgação do DDN, localizado neste Regimento, mas utilizando também instalações fixas do Instituto Politécnico de Viseu (IPV), sendo ativado de 29 de abril a 31 de julho e de 1 a 8 de setembro, e para o qual foram convocados para comparecimento a esta atividade 5.347 jovens masculinos e femininos (cerca de 90 jovens por dia).

FORMAÇÃO SOBRE TORRE MULTIATIVIDADES



O Regimento de Infantaria Nº 13 realizou, no dia 16 de Abril, uma formação no âmbito da montagem e operação da Torre Multiatividades (TMA).

Esta formação foi ministrada pelo Tenente-Coronel De Beir, responsável técnico pelas TMA. Esta ação visou sobretudo harmonizar os procedimentos, tarefas e verificações de segurança inerentes à montagem e operação da TMA.



A formação contou com a participação de 25 militares do RI 13.



Unidade	Início	Fim	Tipo de Apoio
RI14	18Fev14		Apoio ao Corta Mato Distrital promovido pela Delegação Regional de Educação do Centro.
RI14	22Fev14	23Fev14	Apoio à realização do Encontro Nacional de Dirigentes Associativos de Psicologia realizado no RI 14.
RI14	09Mar14		Apoio à Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Viseu.
RI14	22Mar14		Apoio à Câmara Municipal de Tondela, na reflorestação da Serra do Caramulo, com a presença de 22 Militares.
RI14	23Mar14		Apoio com a presença de viatura de combate a incêndios e respetiva guarnição e com a Torre Multiatividades no âmbito das Comemorações do Dia Internacional da Proteção Civil 2014, em colaboração com a Câmara Municipal de Oliveira de Frades e o Comando Distrital de Operações de Socorro de Viseu.
UNAP	1º Semestre 2014		Apoio com cedência da carreira de tiro da Gala/Figueira da Foz para realização de tiro às seguintes Unidades Militares e Forças de Segurança: RI10; RA4; CSMC; CRC; Guarda Nacional Republicana; Polícia de Segurança Pública; ASAE; SEF; Polícia Judiciária; Polícia Marítima; Serviços Prisionais.
UNAP	1º Semestre 2014		Apoio à Delegação Centro da Fundação Portuguesa de Cardiologia, com cedência de instalações para sessões de ginástica e realização de palestras no âmbito do Programa de Iniciação à Atividade Física.
UNAP	1º Semestre 2014		Apoio ao Instituto de Emprego e Formação Profissional de Coimbra com cedência de instalações no âmbito da Formação de Educação e Formação de Adultos – Nível 2 na Área de Formação em Hotelaria e Restauração.
UNAP	22FEV14		Apoio à Escola Secundária D. Duarte e Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra com cedência de instalações no âmbito de uma formação em Ações de Paz e Ajuda Humanitária.
UNAP	22NOV13	04ABR14	Apoio à Faculdade de Ciências do Desporto e da Educação Física da Universidade de Coimbra com cedência de instalações e participação de militares no âmbito do Programa de Doutoramento em Ciências do Desporto.
RI19	19DEC13		Apoio à Santa Casa da Misericórdia de Vidago, com a cedência de estrados para a montagem do palco da Festa de Natal.
RI19	21DEC13		Apoio ao Agrupamento de Escuteiros de Chaves, com a cedência da cozinha e do refeitório desta unidade, para a realização da Ceia de Natal do Agrupamento.
RI19	26ABR14		Apoio ao convívio da Companhia de Caçadores N° 2474, com uma Secção na realização da Cerimónia de Homenagem aos Mortos e a Celebração de uma Missa, no RI19.
RI19	27ABR14		Apoio nas festividades em Honra de Nossa Senhora das Brotas, com o transporte da padroeira por 6 militares do RI19, em Chaves.
RI19	27ABR14		Apoio na Comemoração do 125º Aniversário dos Bombeiros Voluntários Flavienses, com a cedência de uma tribuna, de estrado e bandeiras para o ponto de continência, em Chaves.
RC6	12MAR14	16MAR14	Apoio à DORH – Feira Qualifica - Fórum de Educação, Formação, Juventude e Emprego na Exponor em Matosinhos, com cedência de 03 viaturas blindadas Pandur e 01 rede de camuflagem tipo 4.
RC6	23ABR14	24ABR14	Apoio à Arquidiocese de Braga com cedência de instalações no âmbito do IV Encontro Nacional de Educação Moral Religiosa Católica do ensino secundário.
RC6	25ABR14		Apoio à Câmara Municipal de Barcelos com cedência de 01 viatura Chaimite para Exposição no centro da cidade no âmbito das Comemorações do 25 de Abril.
RC6	28ABR14		Apoio à Escola Secundária Carlos Amarante com cedência de instalações na realização da IX Edição do Open Escolar de Orientação.
RC6	03MAI14		Apoio na Procissão da Invenção da Santa Cruz em Barcelos com uma Força de efetivo Secção a fim de prestar Guarda de Honra ao Pálio no decurso da procissão.



Unidade	Início	Fim	Tipo de Apoio
RAAA1	19Dec		Distribuição de roupas e brinquedos a populações carenciadas da área de influência do RAAA1.
RAAA1	28Jan	13Jun	Ações de divulgação do Dia da Defesa Nacional.
RAAA1	04Fev		Colheita de sangue promovida pelo Instituto Português do Sangue e da Transplantação.
RAAA1	23Abr		Reconhecimento na Serra da Arrábida tendo em vista ações de patrulhamento e vigilância para o Verão 2014.
RAAA1	25Abr	27Abr	Participação na exposição evocativa do 40º aniversário do 25 de Abril no Terreiro do Paço, Lisboa.
RE3	01JAN14	05JAN14	Apoio à Câmara Municipal de Espinho na construção de dunas de areia e abertura de valas para contenção do avanço do mar numa extensão de 500m, no âmbito da proteção da costa contra intempéries.
RE3	30JAN14		Apoio ao Pólo Permanente do RA5, em Vila Nova de Gaia, no abate e desrame de duas árvores de dimensões consideráveis, na sequência da difusão da Norma de Segurança 01/IGE/13 – Abate de Árvores.
RE3	06FEV14	09FEV14	Apoio à Câmara Municipal de Espinho na reconstrução de uma duna de areia e criação de um talude de reforço para contenção do avanço do mar a fim de prevenir o avanço deste em direção à Estação de Tratamento de Águas Residuais.
RI13	01Mar14		Participação como elemento da Proteção Civil com exposição de material no Dia da Proteção Civil do Município de Vila Real.
RI13	05Mar14	07Mar14	Montagem e operabilidade da TMM na Escola Secundária São Pedro Vila Real, inserida na Semana das Jornadas Pedagógicas.
RI13	22Mar14		Cedência do grande auditório à Associação de Deficientes das Forças Armadas – Porto.
RI13	18Abr14		Participação na Procissão do Enterro do Senhor.
RI13	23Abr14	25Abr14	Apoio à Camara Municipal de Vila Real nas comemorações do 40º Aniversário do 25 de Abril com portas abertas às escolas (23Abr) e à população em geral (25Abr).







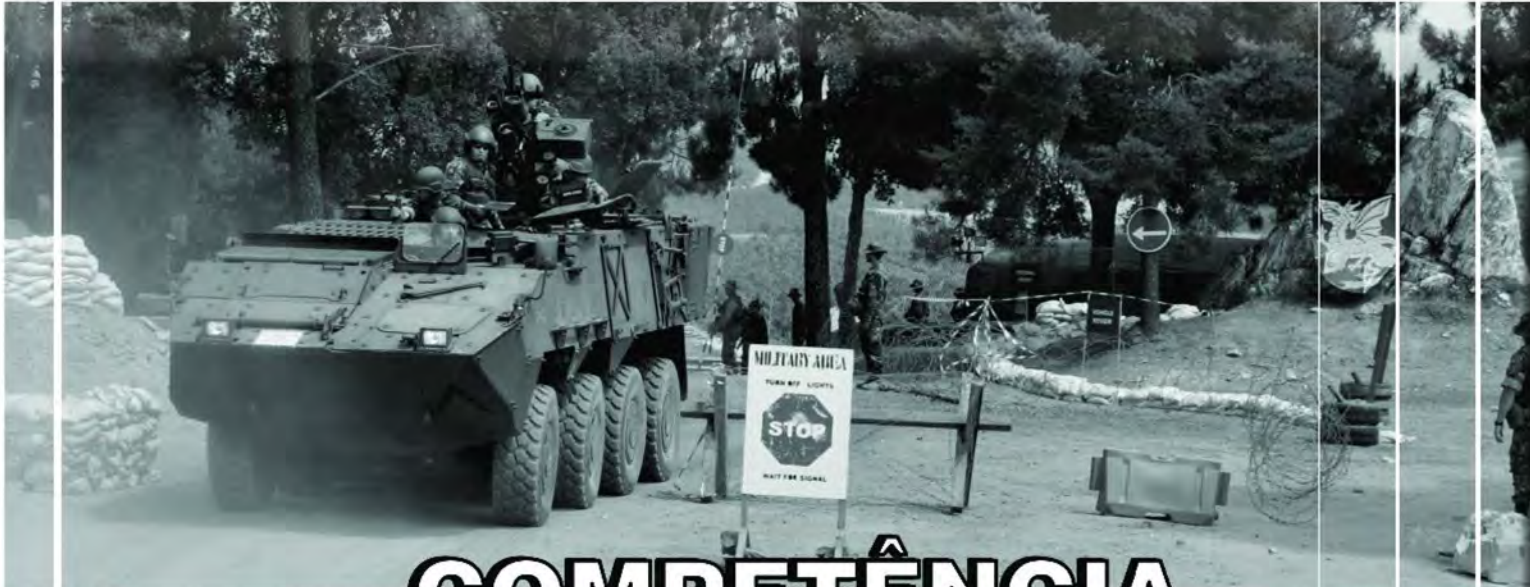
À VOLTA DE UM DELTA HÁ SEMPRE LUGAR PARA MAIS UM.



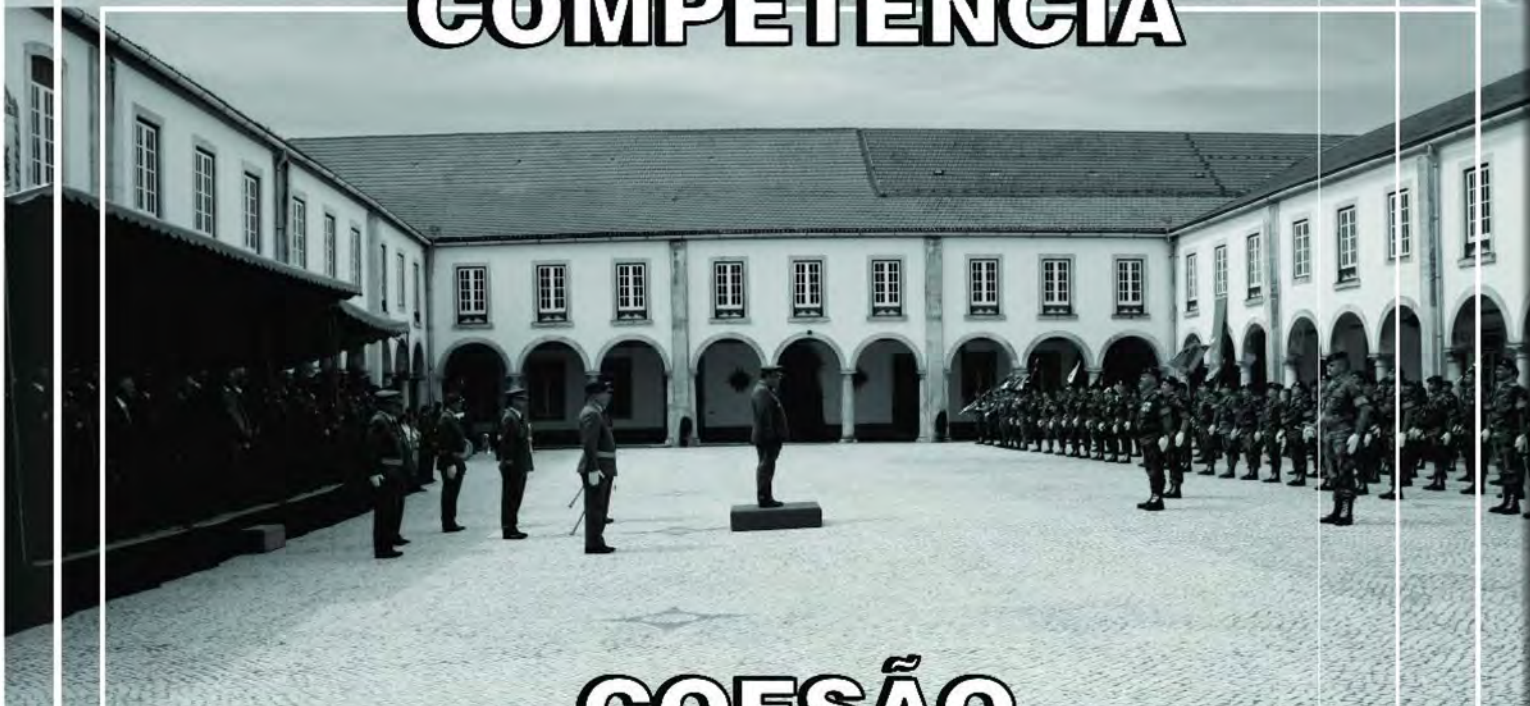
Eleito café de confiança há 13 anos consecutivos.

Este é o café dos amigos. O café da família. O café dos momentos de partilha. O café à roda do qual giram as nossas histórias, as nossas conversas e os nossos sonhos. Há 13 anos consecutivos que este é o café em que mais confiamos. Delta, marca de confiança dos portugueses.

O CAFÉ DA SUA VIDA 



COMPETÊNCIA



COESÃO

